

**ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO
DO ESTORIL**

**MESTRADO EM TURISMO
RAMO GESTÃO ESTRATÉGICA DE DESTINOS TURÍSTICOS**

**ALQUEVA – ROTEIRO PARA UM DESTINO
TURÍSTICO SUSTENTÁVEL**

Rita Rodrigues Raposo Cacito Espada

Dezembro de 2011

**ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO
DO ESTORIL**

**MESTRADO EM TURISMO
RAMO GESTÃO ESTRATÉGICA DE DESTINOS TURÍSTICOS**

**ALQUEVA – ROTEIRO PARA UM DESTINO
TURÍSTICO SUSTENTÁVEL**

Dissertação apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril para obtenção do grau de Mestre em Turismo, Especialização em Gestão Estratégica de Destinos Turísticos

Orientador Científico: Professor Doutor José Sancho Sousa e Silva

Rita Rodrigues Raposo Cacito Espada

Dezembro de 2011

DEDICATÓRIA

À memória da minha avó Vitória e do meu tio *Naicinho*.

AGRADECIMENTOS

A elaboração da presente dissertação não teria sido possível sem a colaboração e o apoio de um conjunto de pessoas e entidades, às quais expresso os meus sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar, e em simultâneo, os meus agradecimentos à minha família e ao meu orientador científico.

Aos meus pais, irmãs, sobrinha e cunhados, agradeço a compreensão, o apoio e o incentivo constantes. Um agradecimento especial ao meu primo Ricardo pela compreensão por não me ter sido possível estar tão presente nos últimos tempos.

Ao meu orientador científico Doutor José Sancho Silva, com quem tive a honra e o privilégio de trabalhar, a minha sincera gratidão pela extraordinária orientação científica, pela partilha de conhecimentos e pela permanente disponibilidade. Igualmente importantes foram o incentivo e a amizade constantes, elementos que se tornaram preciosos e fundamentais para a realização da presente investigação.

À Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril pelo apoio institucional na pessoa da ex Directora do Conselho Directivo, Mestre Eunice Rute Gonçalves, e do seu actual Presidente, Doutor Fernando João Moreira.

No âmbito do trabalho empírico, compete-me agradecer a imprescindível cooperação de diversas instituições e empresas e às pessoas que as representam, nomeadamente:

- Ao Turismo de Portugal, I.P., Arq. Luís Portugal;
- À Turismo do Alentejo, E.R.T., Presidente Dr. António Ceia da Silva;
- Ao Turismo Terras do Grande Lago, Presidente Dr. Francisco Chalaça e Dr. Paulo Cristo;
- À Câmara Municipal de Alandroal, Presidente Dr. João Aranha Grilo e Dra. Marta Rodrigues;
- À Câmara Municipal de Barrancos, Presidente Dr. António Pica Tereno, Dr. Jacinto Saramago e Dra. Célia Chamorro;
- À Câmara Municipal de Moura, Presidente Dr. José Pós-de-Mina, Vereador do Turismo Dr. Santiago Macias e Dra. Maria de Jesus Mendes;
- À Câmara Municipal de Mourão, Presidente Dr. José Santinha Lopes e Dra. Célia Caleiro;

- À Câmara Municipal de Portel, Presidente Dr. Presidente Norberto Patinho e Dra. Eugénia Alinho (e também pela amizade);
- À Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, Presidente Dr. José Calixto e Dra. Maria de Jesus Gamado;
- À Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo, Dr. António Lacerda e Dr. Fernando Pires;
- À Break! Momentos Fantásticos;
- Às Casas do Montado;
- À Estalagem de Monsaraz;
- À Gescruzeiros e à Nautialqueva;
- À Herdade Monte Outeiro;
- À Hospedaria Pêro Rodrigues;
- À Hotel de Moura;
- À Hotel Santa Comba;
- Ao Hotel Rural Refúgio da Vila;
- E à Pensão Residencial Alentejana.

Ainda neste contexto, agradeço a todos os profissionais dos postos de informação turística dos concelhos de Alandroal, Barrancos, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz pelo auxílio na aplicação dos questionários.

À minha colega e amiga Rosário Alves um agradecimento muito especial pelo apoio recebido.

Cumpre-me agradecer também a um conjunto de pessoas que de diferentes formas contribuíram para a realização deste trabalho: Ana Cláudia Gonçalves, Ana Moura, Ana Moreira, Álvaro Mendão, Francisco Patola, João Raposo, Maria João Lopes, Obdulia Coca e Susana Gonçalves.

Agradeço ainda a todos os amigos e colegas as manifestações de apoio.

A todos Muito Obrigada pela colaboração, apoio e estímulo!

RESUMO

Nas últimas décadas, o Turismo consolidou-se como um dos principais sectores económicos à escala mundial, nacional, regional e local, sendo amplamente reconhecido o seu efeito multiplicador, alavancando riqueza no seu próprio sector e no desenvolvimento de outros sectores económicos.

No entanto, o desenvolvimento da actividade turística nem sempre acarreta impactes positivos, podendo incompatibilizar-se com os desígnios patentes no conceito de desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, o paradigma da sustentabilidade aplicada à actividade turística representa actualmente um dos maiores reptos que o sector enfrenta.

A presente investigação incide sobre a problemática da sustentabilidade nos destinos turísticos. Desta forma, corporiza o cruzamento dos modelos conceptuais existentes, evidenciando sinergias e boas práticas e, delimita os princípios inerentes a uma gestão integrada dos destinos turísticos com o enunciado dos pressupostos e das vantagens decorrentes.

Aplica o modelo conceptual ao caso concreto do destino Alqueva de forma a verificar quais as condições que devem estar reunidas para que esta região se possa afirmar turisticamente num contexto nacional e internacional de concorrência acrescida.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo Sustentável, Planeamento Turístico, Gestão Estratégica, Destino Turístico, Alqueva

ABSTRACT

In recent decades, tourism has established itself as one of the leading economic sectors not only at the global scale, but also at national, regional, and local levels, and its multiplying effect is widely recognised, leveraging wealth in its own area of activity and across other economic sectors.

However, tourism development does not always entail positive impacts, and it might actually be inconsistent with the principles endorsed by the concept of sustainability.

In this context, the paradigm of sustainable development applied to the tourism activity constitutes one of the biggest challenges for the sector.

The present research focuses on the issue of sustainability addressed to tourism destinations. Thus, it embodies the intersection between the existing conceptual models, highlighting synergies and best practice, and determines the inherent principles in tourism destinations' integrated management, by foregrounding assumptions and their resulting benefits.

It applies the conceptual model to the Alqueva's tourism destination so as to understand the essential conditions for this region to become a renowned tourism destination within the scope of the escalating national and international tourism competition.

KEYWORDS: Sustainable Tourism, Tourism Planning, Strategic Management, Tourism Destination, Alqueva

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

A21 | Agenda 21

CE | Comissão Europeia

CAE-Ver.3 | Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 3

DL | Decreto-Lei

DMO | *Destination Management Organization*

DR | Diário da República

EFMA | Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva

ENDS | Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

ERT | Entidade Regional de Turismo

GST | Grupo de Sustentabilidade do Turismo

LAC | *Limits of Acceptable Change*

LBPOTU | Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo

NUT | Nomenclatura de Unidade Territorial para Fins Estatísticos

OMT | Organização Mundial de Turismo

ONG | Organizações Não Governamentais

PDTA | Pólo de Desenvolvimento Turístico do Alqueva

PENT | Plano Estratégico Nacional de Turismo

PIENDS | Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

PIOT | Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território

PMOT | Plano Municipal de Ordenamento do Território

PNPOT | Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território

POAAP | Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão

POTA | Plano Operacional de Turismo do Alentejo

PP | Plano Pormenor

PROT Alentejo | Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo

PROZEA | Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira do Alqueva

PU | Plano de Urbanização

RCM | Resolução de Conselhos de Ministros

SWOT | *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*

TER | Turismo no Espaço Rural

TGLA | Turismo Terras do Grande Lago Alqueva - Alentejo

TH | Turismo de Habitação

TIC | Tecnologias de Informação e Comunicação

UT | Unidade Territorial

VAB | Valor Acrescentado Bruto

ÍNDICE GERAL

Dedicatória	iii
Agradecimentos	v
Resumo	vii
<i>Abstract</i>	viii
Lista de Siglas e Acrónimos	ix
Índice Geral	xi
Índice de Figuras	xiii
Índice de Gráficos	xiv
Índice de Quadros	xvi
Índice de Anexos	xviii
Índice de Apêndices	xix
I INTRODUÇÃO	01
1.1 Enquadramento e objectivos	01
1.2 Justificação da escolha do objecto de estudo	03
1.3 Estrutura e organização da dissertação	03
II REVISÃO CONCEPTUAL E ESPECIFICIDADES DO TURISMO.....	05
2.1 Actividade Turística e Sistema Turístico	05
2.2 Desenvolvimento Sustentável	09
2.3 Turismo Sustentável	12
2.4 Impactes do Turismo	16
III GESTÃO INTEGRADA DE DESTINOS TURÍSTICOS	19
3.1 Destino Turístico	19
3.2 A Integração do Planeamento Estratégico, Turístico e Territorial	23
3.3 Desenvolvimento Regional e Local	27
3.4 Desafios, parcerias e acções	29
3.5 Competitividade dos Destinos Turísticos	33
IV METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	40
4.1 <i>Roteiro</i> metodológico	40
4.2 Observação e respectivos instrumentos	43
4.2.1 Inquéritos por questionário	45
4.2.1.1 Inquérito aos Visitantes	46
4.2.1.2 Inquérito aos Agentes Turísticos.....	50

V CASO PRÁTICO EM PORTUGAL: ALQUEVA	53
5.1 Caracterização Geral da Região Alentejo.....	53
5.2 Caracterização Geral dos Concelhos Objecto de Estudo: Alandroal, Barrancos, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz	65
5.3 Caracterização da área abrangente do Alqueva.....	68
5.3.1 Alqueva – historial da barragem	68
5.3.2 A intervenção da EDIA.....	71
5.3.3 Instrumentos de Gestão Territorial relacionados com a área objecto de estudo	73
5.4 Política nacional para o sector do Turismo e o Pólo de Desenvolvimento Turístico do Alqueva	83
5.5 Potencialidades turísticas do Alqueva.....	86
5.5.1 Caracterização da oferta turística primária e secundária	86
5.5.2 Projectos turísticos em carteira para a região.....	92
VI ANÁLISE EMPÍRICA DE DADOS	95
6.1 Apresentação de dados – Inquérito aos Visitantes	95
6.2 Apresentação de dados – Inquérito aos Agentes Turísticos	107
VII DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DO DESTINO TURÍSTICO ALQUEVA	115
7.1 Análise SWOT	115
7.2 Desafios e factores críticos de sucesso	121
7.3 Adequação do modelo Alqueva às boas práticas do domínio da gestão integrada dos destinos turísticos	123
VIII CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
BIBLIOGRAFIA	134
ANEXOS	151
APÊNDICES	154

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 Sistema de Turismo: SISTUR.....	08
FIGURA 2 Características Básicas dos Destinos Turísticos	20
FIGURA 3 Modelo de BUTLER para o Ciclo de Vida dos Destinos Turísticos	21
FIGURA 4 <i>Destination Management</i> – Modelo OMT.....	33
FIGURA 5 Pontos-Chave para a Competitividade dos Destinos Turísticos.....	35
FIGURA 6 Etapas do Procedimento Científico.....	40
FIGURA 7 Localização territorial da NUT II Alentejo.....	54
FIGURA 8 Localização dos Concelhos integrantes do destino Alqueva	66
FIGURA 9 Localização da área de influência do EFMA	71
FIGURA 10 PROZEA – Cenários de Desenvolvimento Turístico.....	81

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 Género (% do total de referências).....	95
GRÁFICO 2 Escalão etário (% do total de referências)	96
GRÁFICO 3 Visitantes por país de residência (% do total de referências).....	96
GRÁFICO 4 Residentes em Portugal por NUT II (% do total de referências).....	97
GRÁFICO 5 Nível de instrução (% do total de referências)	97
GRÁFICO 6 Rendimento mensal líquido (% do total de referências).....	98
GRÁFICO 7 Motivo principal da visita (% do total de referências)	99
GRÁFICO 8 Primeira vez que visita a região? (% do total de referências)	99
GRÁFICO 9 Como obteve conhecimento da região? (% do total de referências)	100
GRÁFICO 10 Considerou outro destino? (% do total de referências)	100
GRÁFICO 11 Meio de transporte utilizado na deslocação (% do total de referências)	101
GRÁFICO 12 Duração da estada (% do total de referências)	101
GRÁFICO 13 Alojamento utilizado (% do total de referências)	102
GRÁFICO 14 Boas práticas de sustentabilidade (% do total de referências).....	103
GRÁFICO 15 Grau de satisfação global da visita (% do total de referências).....	103
GRÁFICO 16 Intenção de regresso ao destino Alqueva (% do total de referências)	104
GRÁFICO 17 Expectativas de desenvolvimento turístico para a região do Alqueva (% do total de referências)	104
GRÁFICO 18 Grau de satisfação do destino em função dos atributos seleccionados (pontuação média das várias referências)	105
GRÁFICO 19 Principais aspectos a resolver adequadamente no destino do Alqueva (% do total de referências)	106
GRÁFICO 20 Principais problemas a resolver no destino Alqueva (% do total de referências)	108
GRÁFICO 21 Interlocutores que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável do destino Alqueva (% do total de referências)	109
GRÁFICO 22 Principais desafios que se levantam à implementação de uma gestão estratégica integrada (% do total de referências).....	110
GRÁFICO 23 Principais pontos fortes do destino Alqueva para o desenvolvimento turístico (% do total de referências)	110
GRÁFICO 24 Principais fragilidades do destino Alqueva para o desenvolvimento turístico (% do total de referências)	111
GRÁFICO 25 Principais oportunidades do destino Alqueva para o desenvolvimento turístico (% do total de referências)	112

GRÁFICO 26 Principais ameaças do destino Alqueva para o desenvolvimento turístico (% do total de referências)	113
GRÁFICO 27 Principais benefícios económicos, sociais e patrimoniais expectáveis com o futuro desenvolvimento turístico do destino Alqueva (% do total de referências)	114

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 Quadro resumo dos impactos positivos e negativos do Turismo	17
QUADRO 2 Sistema de Gestão Territorial: âmbitos de actuação e respectivos instrumentos ..	27
QUADRO 3 Diferentes níveis de actuação do sector público no Turismo	30
QUADRO 4 “Casos” indagados <i>versus</i> instrumentos de observação	45
QUADRO 5 Utentes dos Postos de Turismo do destino Alqueva	47
QUADRO 6 Inquérito aos Visitantes - Caracterização Bloco I: Variáveis sócio-demográficas.	48
QUADRO 7 Inquéritos aos Visitantes - Caracterização Bloco II: Variáveis de motivação e caracterização da visita.....	49
QUADRO 8 Inquérito aos Visitantes – Caracterização Bloco III: Variáveis de boas práticas de sustentabilidade nos empreendimentos turísticos.....	49
QUADRO 9 Inquéritos aos Visitantes - Caracterização Bloco IV: Variáveis de satisfação da visita e expectativas de desenvolvimento da região do Alqueva	50
QUADRO 10 Inquérito aos Agentes Turísticos.....	51
QUADRO 11 Inquérito aos Agentes Turísticos – Caracterização Bloco II: Variáveis sobre a opinião sobre o planeamento e o desenvolvimento turístico futuro do destino Alqueva	52
QUADRO 12 Subsistema de infra-estruturas terrestres de nível nacional / europeu e de nível regional / sub-regional.....	54
QUADRO 13 Infra-estruturas Terrestres: rodoviárias e ferroviárias	55
QUADRO 14 População Residente Região Alentejo por NUT III - 2009.....	56
QUADRO 15 Total Nº Empresas, Nº Pessoal ao Serviço e Volume de Negócios da Região Alentejo por NUT III - 2008	58
QUADRO 16 Total Nº Empresas, Nº Pessoal ao Serviço e Volume de Negócios da Região Alentejo por NUT III (2008), Sessão I <i>Alojamento, Restauração e Similares</i> , segundo CAE – Rev.3	59
QUADRO 17 Indicadores económicos por NUT II 2007 e 2009	60
QUADRO 18 Oferta Hoteleira por NUT II 2008 e 2009	61
QUADRO 19 Indicadores da Procura Hoteleira por NUT II 2008 e 2009	62
QUADRO 20 Oferta e indicadores da Procura nos Parques de Campismo por NUT II 2008 e 2009.....	63
QUADRO 21 Oferta Estabelecimentos do Turismo de Habitação e Turismo no Espaço Rural por NUT II 2008 e 2009.....	64
QUADRO 22 Indicadores da Procura nos Estabelecimentos do Turismo de Habitação e Turismo no Espaço Rural por NUT II 2008 e 2009	65

QUADRO 23 Indicadores territoriais e sociais dos Concelhos integrantes do destino Alqueva 2008 e 2009.....	66
QUADRO 24 Instrumentos de gestão territorial com incidência na NUT II Alentejo <i>versus</i> destino Alqueva.....	73
QUADRO 25 POAAP – Áreas fundamentais da Zona de Protecção	75
QUADRO 26 POAAP – Unidades Territoriais com vocação turística e capacidade máxima de camas turísticas	76
QUADRO 27 PROT Alentejo – Subsistema de Desenvolvimento Turístico: Síntese da Zona C	79
QUADRO 28 Instrumentos de gestão territorial de âmbito municipal analisados.....	82
QUADRO 29 Recursos Turísticos do destino Alqueva	89
QUADRO 30 Destino Alqueva – Portfólio de Produtos Turísticos.....	91
QUADRO 31 Resumo dos Projectos Turísticos com parecer favorável do Turismo de Portugal, I.P. nos Concelhos do destino Alqueva (2005 / 2011)	93
QUADRO 32 Matriz SWOT ao Destino Alqueva – Forças e Fraquezas.....	115
QUADRO 33 Matriz SWOT ao Destino Alqueva – Oportunidades e Ameaças	120
QUADRO 34 A Competitividade dos Destinos Turísticos (modelo abstracto) <i>versus</i> a situação no Alqueva	124

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO I PROT Alentejo – Subsistema de Desenvolvimento Turístico.....	152
ANEXO II Projectos Turísticos com parecer favorável do Turismo de Portugal I.P. nos concelhos do destino Alqueva (2005 / 2011)	153

ÍNDICE DE APÊNDICES

APÊNDICE I N° de utentes dos postos de informação turística do destino Alqueva - 2009	155
APÊNDICE II Questionário aos Visitantes.....	156
APÊNDICE III Listagem nominativa dos Agentes Turísticos inquiridos	160
APÊNDICE IV Questionário aos Agentes Turísticos	161
APÊNDICE V Inventário dos Recursos Turísticos do destino Alqueva	165

I | INTRODUÇÃO

1.1 | Enquadramento e objectivos

Hoje em dia o Turismo é uma actividade importante com impactes positivos e negativos que vão desde o plano económico, social, cultural e ambiental à escala mundial, nacional, regional e local.

Para fazer face aos efeitos nefastos, o turismo é uma actividade que carece de planeamento adequado sendo ao nível dos destinos turísticos que este instrumento se revela mais efectivo.

Neste sentido, a revisão da bibliografia aponta para a necessidade de se optarem por práticas de planeamento integrado de forma a se garantirem os pressupostos do desenvolvimento sustentável, pelo que a presente investigação sistematiza os modelos conceptuais que optam para a gestão integrada dos destinos turísticos. Esta perspectiva conceptual foi objecto da necessária integração e foi complementada com o estudo de um caso concreto, o Alqueva, que em termos territoriais integra seis concelhos, nomeadamente Alandroal, Barrancos, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz.

Ao nível desta região, faz-se um apelo a um conjunto de dados empíricos, procedeu-se a um diagnóstico estratégico do Turismo e cotejou-se a realidade existente com os modelos de boas práticas existentes.

A análise desta realidade conduziu à fixação de um quadro de orientações de desenvolvimento para a região que se considera adequado face às práticas associadas à sustentabilidade dos destinos turísticos.

Salienta-se ainda que, ao nível da actual estratégica nacional para o Turismo, preconizada pelo Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT), a zona envolvente à albufeira da barragem do Alqueva é identificada como um dos Pólos de Desenvolvimento Turístico, fruto das suas reconhecidas potencialidades passíveis de serem operacionalizadas, promovendo o desenvolvimento turístico da região que, por sua vez, permitirá diversificar a base económica da mesma.

A área objecto de estudo da presente dissertação será designada doravante por destino Alqueva.

Enquanto objectivo geral da investigação pretendeu-se avaliar a evolução do processo de desenvolvimento de um destino turístico emergente, especificamente do destino Alqueva e analisar a sua compatibilidade com os modelos de sustentabilidade e de qualidade integrada.

Por outro lado, a leitura da bibliografia de referência sobre as tendências modernas do turismo coloca a intervenção ao nível dos destinos como absolutamente estratégica, evidenciando que é neste plano que as necessidades do ambiente, do património cultural, da comunidade local e das empresas tendem a congregar-se de uma maneira expedita e directa, facilitando o papel do planeamento integrado e norteado pelas perspectivas do desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, o cerne da presente dissertação incorre em dar resposta à seguinte pergunta de partida:

Existem condições para que (futuramente) o destino Alqueva se desenvolva de forma sustentável?

A confirmar-se a questão supra mencionada, consideramos importante colocar outra, a título secundário:

Quais os benefícios expectáveis para o desenvolvimento da região envolvente ao Grande Lago do Alqueva?

No que concerne aos objectivos específicos, foram determinados os seguintes:

- a. Investigar as formas de planeamento e as principais linhas estratégicas estabelecidas a nível institucional para o desenvolvimento do destino Alqueva;
- b. Indagar qual(ais) o(s) principal(ais) projecto(s) turístico(s) privado(s) para o destino Alqueva;
- c. Percepcionar os principais desafios que se colocam à consolidação do destino turístico Alqueva;
- d. Analisar os produtos turísticos a desenvolver na área em estudo;
- e. Determinar a existência de mecanismos de implementação de boas práticas de sustentabilidade no destino;

- f. Analisar se o desenvolvimento turístico do Alqueva tem condições de ocorrer em conformidade com os modelos internacionais de boas práticas para a gestão da qualidade e sustentabilidade dos destinos turísticos.

1.2 | Justificação da escolha do objecto de estudo

A escolha do objecto de estudo patente na presente dissertação prende-se com motivos de índole profissional e pessoal.

Em termos profissionais, com base na literatura de referência, consideramos que se torna fundamental assumir o conceito de turismo sustentável enquanto processo de desenvolvimento controlado e responsável dos destinos, tendo por base uma gestão racional dos recursos. Assim, pode-se reter que o crescimento e a consolidação do destino Alqueva passam pela sua gestão integrada aliada aos princípios do desenvolvimento sustentável.

Existem ainda motivos de ordem pessoal, uma vez que subsiste uma enorme empatia com a região Alentejo e, enquanto cidadãos, uma imensa preocupação pela regeneração dos recursos naturais, como forma de garantir o usufruto dos mesmos pelas gerações vindouras.

1.3 | Estrutura e organização da dissertação

A presente dissertação encontra-se estruturada em oito capítulos, os quais se passam a descrever.

No presente **Capítulo I**, descreve-se o enquadramento e objectivos gerais e específicos do objecto de estudo, assim como a justificação da escolha do mesmo e as linhas de força maior em que se divide este trabalho.

O **Capítulo II** visa o enquadramento e a conceptualização do fenómeno turístico, além de comportar uma abordagem teórica ao conceito de desenvolvimento sustentável e de turismo sustentável e à identificação dos impactes do turismo.

No **Capítulo III**, através de uma abordagem holística, discute-se a problemática da gestão integrada de destinos turísticos, recorrendo-se especificamente à operacionalização de um conjunto de conceitos e modelos conceptuais sobre o destino turístico e respectivo ciclo de vida;

o planeamento estratégico enquanto ferramenta de gestão turística e territorial; a importância da actividade turística no desenvolvimento regional e local; e a intervenção de todos os *stakeholders* no processo de planeamento integrado dos territórios turísticos. Por fim, apresenta-se uma apreciação analítica dos modelos conceptuais que preconizam uma gestão integrada dos destinos turísticos.

A base conceptual adquirida permitiu fazer a ligação à componente empírica. Assim, no **Capítulo IV**, num primeiro momento, expõe-se o procedimento científico que esteve na base da presente investigação e, num segundo, descreve-se todo o trabalho empírico implementado, abordando instrumentos de observação, sua metodologia e objectivos associados.

Tendo em conta que o estudo de caso desta dissertação recaiu sobre o destino turístico Alqueva, no **Capítulo V** procede-se a uma caracterização genérica sobre este e sobre a região macro onde se insere, a NUT II Alentejo. Abordam-se aspectos associados ao posicionamento territorial, social, económico e turístico, bem como questões relacionadas com a área abrangente do Alqueva, consideradas pertinentes para o enquadramento do objecto de estudo, e expõe-se uma avaliação do potencial turístico da região.

A “discussão” dos dados empíricos é concretizada no **Capítulo VI**, apresentando-se as percepções dos interlocutores auscultados, nomeadamente os visitantes do destino Alqueva e um painel de agentes turísticos (entidades institucionais e empresários do sector).

É objecto do **Capítulo VII** a sistematização da informação disponível fruto da revisão da bibliografia da especialidade e dos dados empíricos recolhidos. Neste sentido, operacionaliza-se primeiramente uma reflexão estratégica recorrendo à análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*), apresentando-se seguidamente um conjunto de factores críticos de sucesso para o desenvolvimento sustentável do destino Alqueva; por fim, procede-se ao cruzamento da análise efectuada aos modelos conceptuais de gestão integrada de destinos turísticos (subcapítulo 3.5) com o objecto de estudo – destino Alqueva.

Por fim, no **Capítulo VIII** apresentam-se as conclusões decorrentes do estudo apresentado, face aos objectivos propostos e às hipóteses levantadas. Apontam-se ainda limitações à pesquisa, contributos científicos para a área do turismo e futuras pistas de investigação neste domínio.

II | REVISÃO CONCEPTUAL E ESPECIFICIDADES DO TURISMO**2.1 | Actividade Turística e Sistema Turístico**

O turismo é um dos fenómenos mais expressivos do advento da globalização e das sociedades pós-industriais. Enquanto “(...) fenómeno económico e social reflecte os avanços e as conquistas da humanidade mas como acto voluntário do homem determina e caracteriza o modo de vida das sociedades modernas.” (CUNHA: 2006; 67).

De facto, é a partir da segunda metade do século XX, que a actividade turística se desenvolve exponencialmente, fruto da acção conjugada de diversos factores: progresso económico, técnico e tecnológico, e social (CUNHA: 2007).

Ao nível do progresso económico, apontam-se factores como o incremento do rendimento das famílias e do seu nível de vida; face ao progresso técnico e tecnológico, evidencia-se o desenvolvimento dos meios de transporte (com especial destaque para a aviação comercial e o automóvel), traduzido em mais mobilidade colectiva e individual e ainda, o aparecimento das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), como os sistemas de distribuição global ou a comunicação em tempo real, aproximando lugares e pessoas; ao nível do progresso social, aponta-se a diminuição do tempo de actividade laboral, registando-se uma redução da jornada de trabalho semanal, a obtenção de direito a férias e a férias pagas, assinalando-se um aumento progressivo do número de dias de férias, o que se traduz num aumento do tempo livre e em novas opções do uso do mesmo (CUNHA: 2007; CAVACO: 2006; OMT: 2003a).

Há ainda que sublinhar que o fenómeno turístico envolve necessariamente uma deslocação para fora da área de residência habitual, criando uma relação e adaptação com outro espaço: o lugar turístico (CAVACO: 2006), ou seja, o destino turístico.

Ao longo das últimas décadas, o turismo consolidou-se como um dos sectores económicos com um crescimento mais célere à escala mundial. É amplamente reconhecido como uma das maiores actividades económicas mundiais pela sua capacidade de gerar riqueza e emprego (CCE: 2003; CUNHA: 2006; OMT: 1999; OMT: 2003a) e como catalisador de desenvolvimento noutros sectores económicos.

Observando a procura turística internacional, no que às chegadas de turistas diz respeito, desde 1950 (25 milhões de chegadas internacionais) que se regista uma evolução praticamente constante até à actualidade, como transparece nas análises efectuadas pela Organização Mundial de Turismo (OMT) (OMT: 2003a e OMT: 2010).

O ano de 2009, apesar do registo de decréscimo, somou 880 milhões de chegadas de turistas internacionais, menos 4,2 % do que em 2008, correspondendo a menos 39 milhões de chegadas. Já as receitas internacionais de turismo alcançaram 612 mil milhões de euros, assinalando também uma evolução negativa, com uma diminuição de 4,1% (INE: 2010c e TP: 2011).

Por sua vez, o destino Europa sofreu também uma descida de 5,6% de turistas (menos 27 milhões), recebendo 52,2% do total das chegadas internacionais a nível mundial, ou seja, 460 milhões de turistas (*Idem*: 2010c; TP: 2010a; TP: 2011). As receitas registaram igualmente uma descida (menos 7,8%, a preços correntes), atingindo 296 mil milhões de euros (TP: 2011):

A Europa foi uma das regiões [do globo] que registou um dos piores desempenhos regionais durante o ano de 2009, em parte, devido à manutenção do valor elevado do euro comparativamente às divisas de outros destinos, assim como do cenário de crise verificado em muitos dos mercados emissores locais da Europa. (...) (INE: 2010c; 16).

Em Portugal, no ano em análise, o consumo turístico representou 10,3% do Produto Interno Bruto (PIB), atingindo o valor de 16,5 mil milhões de euros. Por outro lado, as receitas turísticas externas atingiram 6,9 mil milhões de euros, menos 7,1% do que em 2008 (TP: 2010a e INE: 2010c): “O turismo em Portugal reflectiu o decréscimo do turismo mundial, sequência da retracção económica dos seus principais mercados. No entanto, os últimos meses do ano de 2009 apresentaram sinais de inversão nas tendências (...)” (TP: 2011; 6).

Quanto aos turistas internacionais, os últimos dados oficiais disponíveis reportam-se a 2007 e apontam para um valor global de 12,3 milhões, quantitativo este ao nível do alcançado em 2001 (12, 2 milhões) (OMT citado por TP: 2010b).

As quebras generalizadas face ao ano homólogo (2008) manifestadas pelos principais indicadores estatísticos espelham a actual crise económica internacional e evidenciam também os prejuízos resultantes das “(...) restrições em viajar devido à prevenção a uma possível pandemia de gripe A (H1N1).” (TP: 2010a; 19).

No que diz respeito à definição conceptual do Turismo, o fenómeno tem suscitado diferentes abordagens por parte de diversos autores ao longo dos tempos, devido à sua complexidade e natureza intangível, multifacetada e multidisciplinar. Como acentua a OMT:

(...) existe un amplio debate académico sobre qué es exactamente el turismo (...), lo que ha originado multitud de definiciones, cada una ellas subrayando aspectos distintos de la misma actividad. En este sentido, cabe afirmar que no existe definición correcta o incorrecta, ya que todas contribuyen de alguna manera a profundizar en el entendimiento del turismo. (OMT: 1998; 43)

A OMT assume a inexistência de uma definição absoluta de turismo, “(...) existe todavía un debate abierto para intentar llegar a un concepto unívoco y estándar del turismo que quede reflejado en una definición universal.” (OMT: 1998; 45).

Neste contexto, importa referir que existem distintas tipologias de definições, podendo ser agrupadas em definições económicas, técnicas e sistémicas (BENI: 2004 e SILVA: 2009).

As definições económicas tendem a valorizar unicamente os efeitos económicos directos, indirectos e induzidos. Há autores que consideram esta perspectiva incompleta, na medida que o turismo é também um fenómeno social, territorial e, como tal, deve abarcar estas componentes nesta definição (BENI: 2004).

Por sua vez, as técnicas permitem harmonizar as estatísticas de turismo com o objectivo de padronizar as mesmas a nível geral, destacando-se as definições oficialmente adoptadas pela OMT, tentando criar um sistema estatístico coeso: “(...) el turismo representa un potencial enorme de desarrollo y progreso para el futuro, se hace cada vez más perentoria la necesidad de disponer de estadísticas fiables y homogéneas (...)” (OMT: 1998; 44).

Dada a transversalidade do turismo é essencial que seja analisado sob o ponto de vista holístico, ou seja, procurando “(...) a essência *total* do assunto (...)” (BENI: 2004; 36), dentro do seu próprio sistema e através das relações que cria com outros, como por exemplo, o económico, o social, o ambiental, o tecnológico, o institucional, o científico e académico:

- La naturaleza de la actividad turística es un resultado complejo de interrelaciones entre diferentes factores que hay que considerar conjuntamente desde una óptica sistemática, es decir, un conjunto de elementos interrelacionados entre sí que evolucionan dinámicamente. (OMT: 1998; 47);
- O turismo não é um sector isolado que vive e se desenvolve por si próprio mas antes uma actividade que integra uma grande multiplicidade de outras com as quais se fortalece e às quais acrescenta novas funções e abre novos horizontes. (CUNHA: 2007; 124);
- (...) sendo Turismo uma actividade transversal, que atravessa todo um conjunto de sectores, das quais depende a sua sustentabilidade, deverá também a sua abordagem ser pluridisciplinar, assentando numa visão sistémica e holística do sector.” (ALMEIDA: 2010; 7).

O Turismo assume-se, assim, como um sistema aberto, uma vez que associa,

(...) um conjunto de elementos que estabelecem conexões interdependentes entre si de carácter funcional e espacial como sejam as zonas de proveniência dos visitantes (emissoras), as zonas de

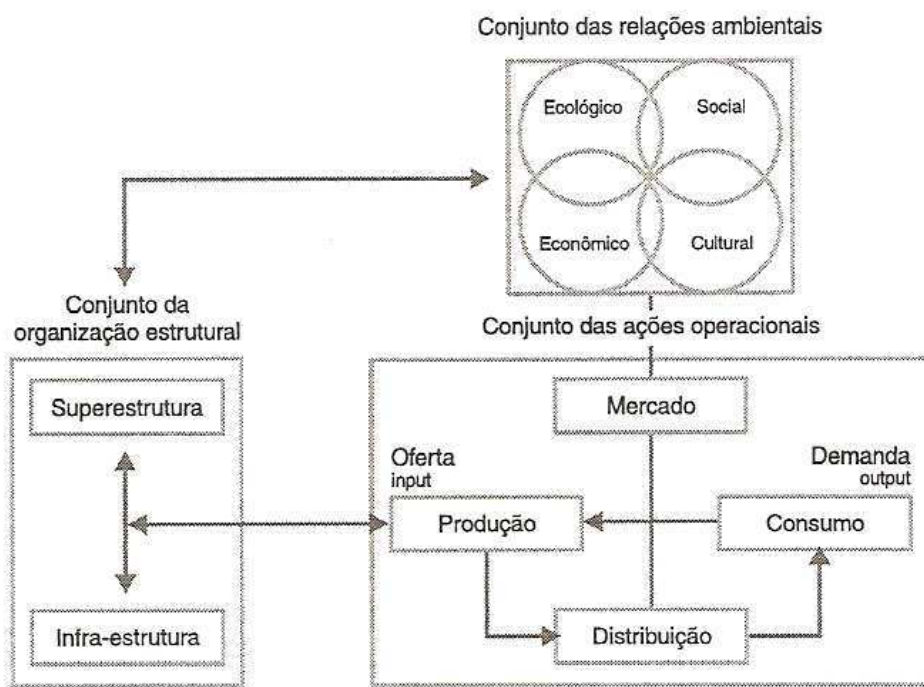
destino (receptoras), as rotas de trânsito e todas as actividades que produzem os bens e serviços turísticos (actividade turística). (CUNHA: 2007; 111).

Para muitos autores, o sistema funcional do turismo divide-se em dois subsistemas, a procura e a oferta:

(...) o **sistema funcional do turismo** (...) constitui o fulcro de todo o desenvolvimento da actividade turística na medida em que evidencia as conexões que se estabeleçam entre todos os elementos que formam o sistema quando se age sobre um deles ou quando um deles sofre qualquer influência (negativa ou positiva) ou não acompanha o desenvolvimento dos restantes. (CUNHA: 2007; 113)

Todavia, a perspectiva de BENI (2004) vai para além da visão de CUNHA (mencionada supra) ou da óptica da OMT (1998), referindo como elementos básicos para entender a actividade turística: a procura, a oferta, o espaço turístico e os operadores do mercado.

FIGURA 1 | SISTEMA DE TURISMO: SISTUR



FONTE: Adaptado de BENI: 2004

No modelo de BENI (ver Figura 1) sobressaem três blocos no sistema turístico – conjunto das relações sistémicas ou ambientais; conjunto da superestrutura e da infra-estrutura; conjunto das acções operacionais (mercado) –, sendo que as duas primeiras influenciam de uma forma decisiva a terceira.

De facto, sendo o turismo uma actividade cujo desenvolvimento se cruza claramente

(...) com as condições decorrentes do relacionamento interinstitucional fora do sistema, nomeadamente com as suas intersecções nos planos económico, ecológico, social e cultural, obriga à consideração destas realidades, as quais estão fora do controlo do sistema mas influenciam fortemente o seu desenvolvimento (...) (SILVA: 2009; 48).

Ainda no entendimento de BENI, é fundamental considerar a complexa organização pública e privada que enquadra o mercado, a qual influencia as condições da produção e do consumo. Neste contexto, é imperioso englobar as directrizes que derivam da política oficial do turismo, da malha jurídica e administrativa existente e das estratégias governamentais definidas (a denominada superestrutura), bem como os elementos que transcorrem da ocupação do território, da infra-estruturação básica, da urbanização e das componentes de acesso e de transporte (a infra-estrutura).

É perante este enquadramento que surge a componente do mercado, onde se assinala a relação entre a oferta e a procura de bens, serviços e capitais, além de uma dinâmica da distribuição que pode proporcionar o recurso a processos e canais distintos, com uma participação variável de intermediários.

2.2 | Desenvolvimento Sustentável

A par do crescimento económico do turismo, nas últimas décadas e em especial nos últimos anos, também o consumo de recursos naturais e a sua degradação e / ou esgotamento tem aumentado de forma preocupante, o que tem despertado o alarme tanto em entidades governamentais como não governamentais.

O desenvolvimento económico das actuais sociedades, considerado predatório (MOTA *et al.*: 2005; FARIA: 2002), não deve ser sinónimo de exploração exaustiva do património natural, sob pena de comprometer a sobrevivência das futuras gerações.

Actualmente, e de acordo com MOTA *et al.* (2005; 9), “(...) a modernização é fértil em promessas e riscos, em possibilidades e ameaças que afectam o conjunto do tecido social, a estrutura das actividades económicas e o equilíbrio ambiental.”

A crescente preocupação e consciencialização em relação às questões ambientais e à garantia das actividades económicas como forma de preservação da qualidade de vida das populações estão patentes no conceito de *Desenvolvimento Sustentável*.

Como enfatiza SOROMENHO-MARQUES (1998), a crise ambiental à escala internacional revela-se como uma dimensão recente:

(...) só a partir dos anos 60 (...) [do século XX] se impõe a necessidade de uma política de ambiente internacional como tentativa para encontrar uma resposta, no mesmo plano e na mesma escala, aos problemas críticos, cujos contornos planetários exigem uma acção concertada entre Estados. (*Idem*: 1998; 185)

Em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, realça-se a “(...) a preocupação relativa à necessidade urgente de se controlarem e reduzirem os danos que se têm vindo a sentir no Ambiente, especialmente ao nível dos recursos naturais e da saúde pública.” (ALMEIDA: 2010; 70).

Apesar da consciência ambiental ter dado os primeiros sinais de alerta na década de 70, este conceito é introduzido e enfatizado pela primeira vez em 1987, pela Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, sob a égide da Organização das Nações Unidas, através da publicação do Relatório “O Nosso Futuro Comum”, conhecido também como Relatório *Bruntland*¹.

Neste documento afirma-se que o desenvolvimento sustentável “(...) é o desenvolvimento que dê resposta às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras darem resposta às delas.” (NAÇÕES UNIDAS: 1991; 54), encontrando-se assente em três pilares interdependentes de desenvolvimento: Económico, Social e Ambiental.

Sustentável significa, deste modo, o desenvolvimento que terá de garantir:

- a eficácia económica às populações das próximas décadas;
- a existência de qualidade de vida e equidade social para repartir com mais justiça os benefícios provenientes do crescimento económico;
- e, a prudência ecológica que garanta o usufruto dos recursos naturais pelas gerações vindouras, satisfazendo as suas necessidades, de que ambos os critérios, económico e social, dependem.

Os três pilares de desenvolvimento devem ainda ser ampliados para uma dimensão institucional, tendo em conta todos os intervenientes no processo do desenvolvimento sustentável (organizações governamentais, sindicatos, associações empresariais e organizações não governamentais). Esta dimensão pretende alertar para os moldes de governação, sua

¹ Nome da Primeira-Ministra da Noruega, Sra. *Gro Harlem Bruntland*, Presidente da Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento.

transparência, flexibilidade e democracia, e para o envolvimento dos restantes grupos de interesse e da sociedade civil (MOTA *et al.*: 2005).

Desde a publicação do Relatório *Brundland* o processo de desenvolvimento sustentável encontra-se implementado na agenda política mundial, enquanto estratégia de acção da generalidade das autoridades governamentais.

A Agenda 21 (A21) e a Declaração do Rio, resultantes da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento (ou Cimeira da Terra), realizada no Rio de Janeiro em 1992, constituem importantes documentos que norteiam a implementação da sustentabilidade no modelo de desenvolvimento dos países e apela a um espírito de responsabilidade comum, uma parceria entre todos os *stakeholders*, desde o poder central, regional e local, o sector privado, os grupos da sociedade civil até ao cidadão comum.

Em 2000, um outro documento, a Declaração do Milénio, emanado pelas Nações Unidas, enfatiza os princípios patentes no desenvolvimento sustentável do planeta que se exige, salientando a responsabilidade de todos os intervenientes e determinando metas “(...) que pretendam contribuir para inverter a tendência de degradação do ambiente e de agravamento da insustentabilidade das condições de vida em grande parte do planeta.” (MOTA *et al.*: 2005; 16).

No contexto europeu, a União Europeia possui um papel essencial, assumindo o compromisso político de uma Europa mais sustentável a longo prazo:

O desenvolvimento sustentável dá à União Europeia **uma visão positiva a longo prazo** de uma sociedade mais próspera e mais justa, que promete um ambiente mais limpo, mais seguro e mais saudável, uma sociedade que oferece uma melhoria da qualidade da nossa vida, da dos nossos filhos e da dos nossos netos. (CCE: 2001; 2).

Este compromisso consagra-se no plano de acção *Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável*, lançado no Conselho Europeu de Gotemburgo em 2001, onde se assume a necessidade de “ (...) uma **acção urgente, uma liderança política** empenhada e perspicaz, **uma nova abordagem da tomada de decisões políticas**, uma ampla **participação e responsabilidade internacional**.” (CCE: 2001; 4).

A nível nacional, o governo português veicula também esse compromisso através da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) para o período compreendido entre 2005 e

2015 e da aplicação do seu correspondente Plano de Implementação (PIENDS)². Sendo o seu grande desígnio:

Retomar uma trajectória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atractivos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social, ambiental e de responsabilidade social. (APA: 2008; 12).

A ENDS assenta em sete objectivos de acção, que respondem aos três pilares do desenvolvimento sustentável, especificamente:

1. Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”;
2. Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética;
3. Melhor Ambiente e Valorização do Património;
4. Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social;
5. Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território;
6. Um Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação;
7. Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada (*Idem*: 2008).

O terceiro objectivo - *Melhor Ambiente e Valorização do Património* - pretende:

(...) assegurar um modelo de desenvolvimento que integre, por um lado, a protecção do ambiente, com base na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, por forma a que o património natural seja evidenciado como factor de diferenciação positiva e, por outro, o combate às alterações climáticas que, sendo em si mesmo um desafio para diversos sectores da sociedade, deve ser encarado como uma oportunidade para a sustentabilidade. (*Idem*: 2008; 13).

Quando nos reportamos ao desenvolvimento sustentável invoca-se um processo de mudança, onde a exploração dos recursos e os objectivos económicos e sociais se desenvolvem de forma harmoniosa entre as necessidades presentes e as futuras. Não se trata assim de uma oposição ao progresso, mas sim de um desenvolvimento controlado e responsável, isto é, de uma gestão racional dos recursos.

2.3 | Turismo Sustentável

Nos últimos anos a consolidação e a evolução do sector do turismo, face a um mercado cada vez mais global, mais exigente e mais competitivo, tem possibilitado aos turistas o acesso a diferentes mercados e a uma variada gama de opções de escolha de produtos e serviços.

O sector encontra-se em constante mutação, tanto pelo lado da oferta como da procura. Pelo lado da oferta, assistimos a uma crescente concorrência, resultado do aparecimento de novos produtos, novos destinos, do desenvolvimento continuado da rede de transportes e das novas TIC.

² A versão final da ENDS e respectivo PIENDS foram aprovados pela Resolução de Conselhos de Ministros (RCM) nº 109 / 2007, de 20 de Agosto.

Do lado da procura, os turistas revelam alterações nos seus comportamentos e preferências, dando resposta ao constante crescimento da actividade turística nos últimos anos e às transformações económicas, sociais, ambientais e políticas da sociedade actual. Factores como a maior disponibilidade de tempo livre, o aumento do nível económico, a maior facilidade de acesso à informação e o aumento do nível de cultura, têm despertado um aumento do consumo turístico.

As modificações nos hábitos dos consumidores acompanham as preocupações ambientais, revelando-se mais conscientes, o que incute mudanças no subsistema turístico da oferta e na gestão do “palco” de acção de todas as actividades turísticas, o destino turístico:

(...) como consequência do crescente movimento ambiental, os consumidores estão a tornar-se mais conscientes da sua capacidade de decisão, e da forma como influenciam o sistema de mercado pela decisão que tomam. (...) (Weaver e Opperman, citado por LIMA e PARTIDÁRIO: 2002; 9).

Em conformidade, o conceito de desenvolvimento sustentável aplicado ao turismo traduz-se no de Turismo Sustentável, permitindo ao sector a rentabilidade a longo prazo sem pôr em causa os recursos naturais e culturais, sendo estes, o capital base, ou seja, os alicerces da actividade turística.

A OMT, reconhecendo a existência de limites ao consumo dos recursos naturais e culturais decorrente da actividade turística, define Turismo Sustentável como aquele que:

(...) atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades económicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida. (OMT: 2003b; 24).

A sustentabilidade do turismo tem assim como propósitos a qualidade da experiência vivida pelos turistas, a salvaguarda do património cultural e natural, a melhoria das condições de vida da comunidade anfitriã e a garantia de desenvolvimento económico. Assentando, deste modo, em três características capitais - qualidade, durabilidade e equilíbrio - e nos princípios económico, social e ecológico.

Neste sentido, a OMT define os seguintes princípios para o desenvolvimento do Turismo Sustentável:

- Os recursos naturais, históricos, culturais e outros voltados ao turismo são conservados para que continuem a ser utilizados no futuro, sem deixar de trazer benefícios para a sociedade actual. (...)
- O desenvolvimento turístico é planeado e gerenciado de modo a não gerar sérios problemas ambientais ou socioculturais para a área turística. (...)

- A qualidade ambiental geral da área turística é mantida e melhorada onde necessário. (...)
- Um alto nível de satisfação dos turistas é mantido para que os destinos turísticos conservem seu valor de mercado e sua popularidade. (...)
- Os benefícios do turismo são amplamente estendidos a toda a sociedade. (...) (OMT: 2003b; 24).

O processo de desenvolvimento do turismo baseado no desenvolvimento sustentável – Turismo Sustentável – alia o ordenamento do território, o crescimento económico e social das populações e a preservação e protecção do capital cultural e natural, não comprometendo a preservação dos recursos e satisfazendo as necessidades dos turistas actuais e das regiões receptoras.

Neste sentido, salientamos as publicações internacionais *Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo* e o *Código Mundial de Ética do Turismo*, as quais se assumem como documentos de referência que norteiam a implementação do processo de desenvolvimento sustentável do turismo a nível mundial.

O primeiro documento³, adoptando os objectivos da A21, demonstra a preocupação do sector do Turismo pela “(...) protecção dos recursos naturais e culturais que representam o centro dos seus negócios, e conta também com os meios para protegê-los.(...)” (OMT: 2003b; 145), apresentando assim, importantes orientações dirigidas a organizações governamentais, administrações nacionais, organizações comerciais e empresas.

O Código Mundial de Ética do Turismo⁴ faz um forte apelo a todos os agentes, uma vez que não tem força de lei, logo a sua aceitação é voluntária, no intuito de fomentarem um turismo sustentável, responsável e equitativo. Compreende nove artigos, dos quais sublinhamos o artigo 3º, sob o título *O turismo, factor de desenvolvimento sustentável*, ponto1:

O conjunto dos actores do desenvolvimento turístico têm o dever de salvaguardar o ambiente e os recursos naturais, na perspectiva de um crescimento económico são, contínuo e sustentável, capaz de satisfazer equitativamente as necessidades e as aspirações das gerações presentes e futuras; (OMT: 2001a; 7)

Em concomitância, destacamos também o papel da Comissão Europeia (CE) nesta matéria, através de um esforço continuado em emitir orientações para tornar o destino Europa mais sustentável:

Garantir a sustentabilidade económica, social e ambiental do turismo europeu constitui uma questão fundamental, não só para o desenvolvimento sustentável da Europa e do mundo, como também para a viabilidade, o crescimento contínuo, a competitividade e o sucesso comercial deste sector de grande importância económica. (CCE: 2003; 3).

³ A Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo foi publicada em 1993, pela Organização Mundial de Turismo, pela *World Travel and Tourism Council* e pelo Conselho da Terra.

⁴ Aprovado pela OMT em 1999.

Para tal fim, identificou desafios chave, que correspondem a um conjunto de acções a implementar tendo como objectivo que os destinos e os empresários se tornem mais sustentáveis e que os turistas sejam mais responsáveis. Constituindo-se como principal desafio a actividade e crescimento sustentáveis:

(...) consiste em determinar de que forma se poderá gerir o crescimento previsto para o sector, na Europa e à escala mundial, nas próximas duas décadas, a fim de garantir o respeito pelos limites a capacidade de regeneração da sua base de recursos e, ao mesmo tempo, manter a viabilidade comercial. (...) (CCE: 2003; 5).

Deste modo, a CE abraçou uma política de turismo europeia renovada, cujo objectivo é “(...) **melhorar a competitividade da indústria europeia do turismo e criar mais e melhor emprego através do crescimento sustentado do turismo na Europa e a nível mundial.**” (CCE: 2006; 4).

Para dar resposta a esta política, a CE criou o Grupo de Sustentabilidade do Turismo (GST) formado por representantes dos intervenientes abrangidos, sendo um dos seus compromissos a elaboração da A21 para um turismo sustentável.

O GST criou o documento *Agenda para um Turismo Europeu Sustentável e Competitivo* onde se assume a premissa de:

(...) encontrar um equilíbrio adequado entre o bem-estar dos turistas, as necessidades do ambiente e da cultura, e o desenvolvimento e a competitividade dos destinos turísticos e das empresas (...) [adoptando] uma abordagem política integrada e global, no âmbito da qual todas as partes interessadas partilhem os mesmos objectivos. (CCE: 2007b; 4).

Neste sentido, apontam-se oito desafios chave para que o turismo europeu se desenvolva de forma sustentável:

- Reduzir a sazonalidade;
- Abordar o impacto do transporte turístico;
- Melhorar a qualidade do emprego no sector do turismo;
- Manter e melhorar a prosperidade e qualidade de vida da comunidade, em função da mudança;
- Minimizar o impacto da utilização de recursos e da produção de resíduos;
- Conservar e acrescentar valor ao património natural e cultural;
- Possibilitar o gozo de férias a todos;
- Utilizar o turismo como ferramenta no desenvolvimento sustentável global (CCE: 2007a; 8 - 17).

Impõe-se assim, que o sector tem de se adaptar ao novo paradigma da sustentabilidade como forma de manter o posicionamento no mercado e a sua competitividade.

O processo de Turismo Sustentável “(...) lida com a capacidade de um destino permanecer competitivo em relação a outros mais novos e menos explorados; de atrair visitantes pela primeira vez, bem como repetidos; de permanecer singular culturalmente; e de estar em equilíbrio com o ambiente natural.” (OMT: 2003a; 37).

O êxito da actividade turística mede-se pelo contributo à qualidade de vida dos turistas e das populações e não somente através do incremento do número de visitantes e / ou receitas originadas (OMT: 2003a).

2.4 | Impactes do Turismo

O Turismo representa um sector de grande importância estratégica para o desenvolvimento global, nacional, regional e local, desenvolvimento que se reflecte em impactes a nível económico, social, cultural e ambiental.

No entanto, estes impactes podem reflectir-se em positivos e / ou negativos. A constatação da existência de impactes prejudiciais provenientes do turismo colocou em destaque o célere e espontâneo crescimento do mesmo (OMT: 2001b):

Nas últimas décadas, o turismo tem demonstrado claramente sua capacidade de gerar riqueza e prosperidade. Foi percebido como verdadeira fonte geradora de empregos e bem-estar social. Porém, há casos em que o turismo produz pouca riqueza, escassa prosperidade e um elevado custo social, ambiental e público. (VIGNATI: 2008; 113).

O Quadro seguinte apresenta sumariamente os efeitos favoráveis e desfavoráveis que a actividade turística pode originar a nível económico, social e cultural, e ambiental.

QUADRO 1 | QUADRO RESUMO DOS IMPACTES POSITIVOS E NEGATIVOS DO TURISMO

IMPACTES	POSITIVOS	NEGATIVOS
ECONÓMICOS	<ul style="list-style-type: none"> - Entrada de divisas: produz mais riqueza, contribui para o equilíbrio da balança de pagamentos e para o PIB; - Impulsiona a criação de emprego (directo, indirecto e induzido); - Efeito multiplicador noutros sectores (por exemplo: a construção civil, a agricultura, os transportes): rentabilidade, aumento do investimento; - A actividade turística é um motor da actividade empresarial; - Diversificação da economia regional e local; - Incentivo ao desenvolvimento de Pequenas e Médias Empresas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento dos preços de bens e serviços no destino / inflação; - Custos de oportunidade dos recursos; - Grande dependência da economia local pela actividade turística; - Especulação imobiliária; - Sazonalidade da procura turística.
SOCIAIS E CULTURAIS	<ul style="list-style-type: none"> - Incremento da qualidade de vida e bem-estar das populações; - Fomenta as relações e as oportunidades sociais: intercâmbio cultural; - Revigora o interesse das populações locais pela sua própria cultura; - Reabilitação e preservação do património cultural (edificado e imaterial); - Dinamização de espaços culturais (exemplo: teatro, museus). 	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de aparecimento de <i>ghettos</i>; - Aculturação da identidade cultural do destino; - Deterioração do património cultural; - Conflitos e tensão na comunidade local; - Aumento da criminalidade (roubo, vandalismo), da prostituição, do jogo ilegal, do terrorismo e das drogas; - Aumento da insegurança; - Diferenças sociais entre visitantes e residentes. - Densidade turística; Saturação / Sobrecarga turística
AMBIENTAIS	<ul style="list-style-type: none"> - Preservação dos recursos naturais: criação de medidas para a sua conservação; - Melhoria da qualidade ambiental; - Incremento da atractividade ambiental dos destinos; - Educação ambiental: contribuição para a consciencialização das questões ambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Danos no ambiente físico: <ul style="list-style-type: none"> • Poluição (sonora, solo, água, ar; visual); • Erosão dos solos; • Destruição e perturbação dos ecossistemas; - Contribuição para as alterações climáticas; - Aumento do consumo dos recursos naturais; - Crescente uso dos solos de capacidade agrícola para áreas urbanizadas; - Diminuição da capacidade de atracção dos destinos turísticos.

FONTE: Produção própria a partir de OMT: 1998; OMT: 2001b; OMT: 2003a; e SILVA: 2009

Diante do reconhecimento dos efeitos adversos do turismo, suas implicações nos territórios turísticos e comunidades integrantes dos mesmos, como forma de os conter e maximizar os impactes positivos, é necessário que o desenvolvimento da actividade turística adopte práticas de Planeamento, o qual deverá ser, por um lado, integrado através da participação de todos os *stakeholders*, e por outro, equilibrado aliando Sociedade e Natureza.

No subcapítulo 3.2, desenvolve-se uma análise conceptual ao Planeamento face à sua importância na promoção de um turismo sustentável e à sua aplicação à gestão estratégica dos destinos turísticos.

Ao nível das estratégias susceptíveis de serem implementadas como forma de minimizar os efeitos decorrentes dos impactos negativos do turismo, realçamos o conceito de capacidade carga e o de *Limits of Acceptable Change* (LAC).

O conceito de capacidade de carga coloca limites ao crescimento desenfreado da actividade turística, sendo definido pela “(...) máxima utilização possível de qualquer local sem causar efeitos negativos sobre os recursos, nem reduzir a satisfação de visitantes ou criar impactos adversos sobre a sociedade, economia e cultura locais.” (McIntyre citado por OMT: 2003a; 176).

Mediante a sensibilidade de cada local (ou património edificado), este conceito calcula as modificações que a actividade turística poderá provocar, assumindo-se como:

(...) uma medida compósita da qualidade, da quantidade e da sensibilidade do património natural do sítio e da capacidade das construções. O objectivo é o de estimar o número máximo de visitantes, sem perigo para o local, que podem ser recebidos e desenvolver as suas actividades correntes. (CUNHA: 2007; 108).

Procura assim, perante um determinado sítio, dar resposta a questões como:

- Quais os locais ou regiões mais adequados para o desenvolvimento de propostas turísticas?
- Quantos visitantes o local pode receber?
- Que tipos de actividade ou empreendimento turístico são adequados ao local?
- Qual a infra-estrutura necessária?
- Existem limitações de recursos relevantes ao desenvolvimento turístico?
- Quais os mecanismos necessários para controlar as operadoras e os turistas? (OMT: 2003a; 176).

No entanto, em determinados sítios poderá ser difícil a aplicação deste conceito, em alternativa poder-se-á empregar o modelo LAC, estabelecendo limites a uma mudança aceitável entre a presença humana e uma área natural, como por exemplo, instalar degraus e criação de trilhos numa floresta que facilitem as caminhadas dos visitantes, evitando desta forma a delapidação alienatória da fauna e da flora (OMT: 2003a).

Este modelo “(...) utiliza as perspectivas dos residentes e o conhecimento científico para elaborar condições adequadas a um determinado local.(...)” (*Idem*; 177).

III | GESTÃO INTEGRADA DOS DESTINOS TURÍSTICOS**3.1 | Destino Turístico**

O destino turístico é em primeira instância um território, um espaço geográfico que, fruto da sua capacidade de atracção da procura turística, sofre uma nova estruturação territorial, onde “(...) operam processos de transformação que podemos designar por *turistificação* (...)” (CUNHA: 2006; 197), criando uma amálgama de recursos, produtos, bens, facilidades e serviços (oferta turística), com o intuito de satisfazer as necessidades da mesma.

No fundo, assumem-se como “(...) Espaços que, tendo uma vocação inicial, são transformados para desempenhar uma nova missão.” (*Idem*: 2006; 197), de carácter turístico. Assim:

- Um destino é, assim, antes de tudo um território modificado (...) mas também um complexo onde se estabelece uma relação sistémica de recursos, infra-estruturas e serviços que garantem um processo de produção e consumo com vista a satisfazer as necessidades turísticas. (...)” (*Idem*: 2006; 197);
- O Território, não sendo ontologicamente turístico, pode ser objecto de interesse turístico se os recursos nele existentes tiverem características que possam ser fruídas pelos turistas. Esta fruição é uma relação interactiva com potenciais efeitos importantes nos turistas e no território e que nem sempre são benéficos, podendo mesmo afectar a qualidade do território e a permanência dos recursos turísticos. Para evitar que isto aconteça, o território deve ser organizado e a presença dos turistas planeada. Não apenas em atenção ao presente mas, sobretudo, para que, no futuro, outros possam fruir com vantagem os mesmos recursos. (VIEIRA: 2007; 222).

Como enfatiza VIEIRA (2007; 169), “(...) o turismo plasma-se no território de tal forma que o seu desenvolvimento produz nele sempre alterações de vária natureza e intensidade e (...) é o próprio turista que ‘produz’ e ‘consome’ o território e este só tem interesse quando isso acontece.”

Conforme decorre da revisão da literatura, o Destino Turístico congrega um conjunto de elementos essenciais: Atracções; Infra-estruturas e Equipamentos públicos e privados; Acessibilidades; Recursos Humanos; Imagem e Identidade; e Preço (OMT: 2007). A Figura seguinte ilustra a visão de SILVA (2009):

FIGURA 2 | CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DOS DESTINOS TURÍSTICOS



FONTE: SILVA: 2009; 93

Neste sentido, pode-se constatar que, para definir Destino Turístico, é necessário equacionar um conjunto de características comuns: a existência de um espaço geográfico homogéneo, espaço este que os seus visitantes vejam como objectivo de visita, deve agregar uma oferta estruturada de serviços e infra-estruturas de forma a satisfazer as necessidades dos visitantes (acessos, transportes, alojamento, restauração, animação); esta ideia é complementada por VALLS (2004), o qual afirma que o Destino Turístico deve ser dotado de uma imagem de marca atractiva e comercializar-se tendo em conta a sua função conjunta:

(...) is a physical space (...). It includes tourism products such as support services and attractions and tourist resources (...). It has physical and administrative boundaries defining its management, and images and perceptions defining its market competitiveness. (...) (OMT: 2007; 1).

O Destino Turístico é, assim, um espaço territorial que apresenta características comuns, combina uma multiplicidade de serviços, produtos e intervenientes; é dotado de capacidade de atracção e comercialização e é onde se desenrola a experiência turística.

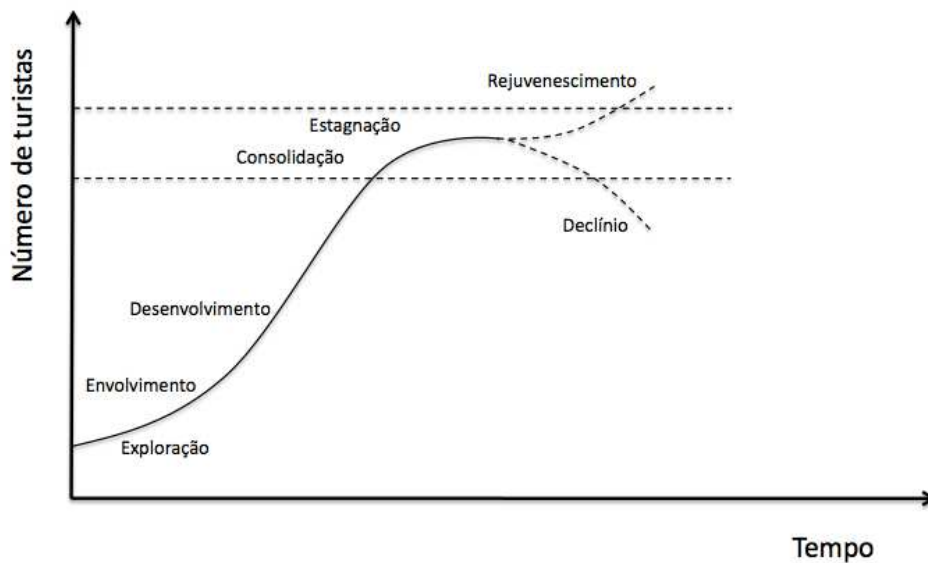
Devido à sua complexidade carece de uma gestão estratégica, enquanto instrumento do planeamento turístico, de forma a assegurar que os recursos naturais e culturais existentes respondam às necessidades da procura turística actual, tendo em conta os limites dos mesmos e,

de forma a que garanta o seu usufruto no futuro, ou seja, uma gestão assente num desenvolvimento sustentável.

Relativamente à delimitação territorial de Destino Turístico, existem diferentes perspectivas, sendo que para a OMT (2007), a sua limitação poderá ocorrer nas seguintes dimensões: um País, uma Região, uma Ilha, uma Vila ou Cidade, ou até mesmo um Centro de atracção turística, como por exemplo, um Parque Temático.

No enquadramento conceptual de Destino Turístico, importa ainda abordar o ciclo de vida do mesmo. Existem vários autores, como Kotler, Cooper ou Knowles (citados por SILVA: 2009) que se debruçaram sobre esta problemática, sobressaindo contudo BUTLER (1980), o qual desenvolveu uma teoria, amplamente citada e aplicada, de evolução dos destinos turísticos baseada em seis estádios: Exploração, Envolvimento, Desenvolvimento, Consolidação, Estagnação e por último, Pós-estagnação: Rejuvenescimento ou Declínio (Figura 3).

FIGURA 3 | MODELO DE BUTLER PARA O CICLO DE VIDA DOS DESTINOS TURÍSTICOS



FONTE: Produção própria a partir de BUTLER (1980)

De seguida, são caracterizadas sucintamente as diferentes fases do modelo de BUTLER (1980), a saber:

1. Exploração - Caracteriza-se pela afluência ao destino, considerado ainda desconhecido, de um número reduzido de turistas, atraídos pelos recursos naturais e culturais do local, não existindo ainda serviços e infra-estruturas criadas especificamente para o turismo.

2. Envolvimento - Ocorre quando a comunidade de acolhimento se envolve com o fenómeno turístico, uma vez que “descobre” as potencialidades, essencialmente económicas, que advêm deste; aumentam os serviços, como o alojamento e a restauração, com o objectivo de incrementar o número de turistas; o sector público é pressionado a desenvolver infra-estruturas de apoio à actividade turística.

3. Desenvolvimento - Corresponde à fase em que o destino cresce, tanto pelo lado da procura (registando-se um aumento significativo de turistas) como também, pelo lado da oferta, que passa a ser administrada essencialmente por organizações externas, como grandes grupos hoteleiros e as viagens organizadas por operadores turísticos. Poderá ser uma fase crítica se não se implementarem os princípios do desenvolvimento sustentável.

4. Consolidação – A actividade turística solidifica-se, tendo uma grande importância para a economia local, no entanto as taxas de crescimento atenuam. São efectuados esforços para estender a época turística.

5. Estagnação – É atingido o número máximo de turistas, a procura passa essencialmente por visitas repetidas e o destino perde a sua capacidade de atracção de novos turistas. Surgem os impactos negativos a nível económico, social / cultural e ambiental, uma vez que a sua capacidade de carga é transposta; e as infra-estruturas e equipamentos não se renovam. O destino perde competitividade face a outros destinos concorrentes.

6. Pós-Estagnação – Após a Estagnação o destino pode incorporar-se em dois cenários: Declínio ou Rejuvenescimento. Na fase de Declínio ocorre uma queda abrupta do número de turistas, não são criados novos atractivos, os serviços turísticos e respectivas infra-estruturas, como o alojamento ou a restauração, tornam-se obsoletos, uma vez que não se inovam, o que leva à regressão de toda a actividade turística e à perda de atractividade do destino. O cenário de Rejuvenescimento caracteriza-se pelo começo de um novo ciclo, onde são implementadas estratégias de revitalização do destino: inovação dos produtos turísticos, novos investimentos,

requalificação ambiental e cultural, o que irá provocar a atracção da procura turística e reposicionar o destino.

Voltando à gestão estratégica dos destinos turísticos, a sustentabilidade é essencial para o seu desenvolvimento. De facto, como decorre da perspectiva da CE:

(...) a gestão sustentável dos destinos turísticos é primordial para o desenvolvimento do turismo, tanto através do planeamento e de um controlo eficaz do ordenamento e desenvolvimento do território, como através de decisões a favor do investimento nas infra-estruturas e serviços. Ao assegurar que o desenvolvimento de novas formas de turismo responda quantitativa e qualitativamente às necessidades das comunidades locais e do ambiente, a gestão sustentável pode reforçar o desempenho económico e o nível de competitividade de um destino turístico a longo prazo. Para isso é importante o apoio de todas as entidades regionais e locais, e uma estrutura eficiente, que propicie a criação de parcerias e uma liderança eficaz (...). (CCE: 2007b; 5).

Estes aspectos irão ser aflorados nos subcapítulos seguintes, onde nos propomos destacar a importância do planeamento integrado, os efeitos do turismo no desenvolvimento regional e local, a relevância das parcerias e os factores de competitividade dos Destinos Turísticos.

3.2 | A Integração do Planeamento Estratégico, Turístico e Territorial

Tal como sublinha CUNHA (2006: 198), “O desenvolvimento equilibrado dos destinos implica que todas as suas componentes essenciais estejam aptas a responder às necessidades dos turistas e sejam capazes de se adaptar às mudanças dos mercados. (...)”.

Neste contexto, emerge então o Planeamento, que se impõe-se como uma ferramenta de gestão que permite planear o futuro a médio e longo prazo, “(...) intervindo sobre ele de forma activa, não estática, e dura enquanto não se atingirem os objectivos propostos. (...)” (VIEIRA: 2007; 31).

A revisão da literatura efectuada permite-nos observar que é praticamente consensual o entendimento de que no sector turístico o planeamento revela-se como um processo basilar para otimizar os propósitos, as características e os princípios do Turismo Sustentável, mencionados anteriormente.

O processo de desenvolvimento turístico tem uma íntima e interactiva ligação com os territórios, que se constituem como o espaço turístico, ou seja, os destinos turísticos. Esta ligação nem sempre se manifesta de forma positiva, como anteriormente demonstrado

(subcapítulo 2.4), afectando a qualidade dos espaços territoriais e, por consequência, as populações autóctones.

O Turismo não planeado pode ser um agente de destruição económica, social e ambiental. Todavia, se adoptar um processo de desenvolvimento sustentável, pode ser o motor de equilíbrio com o Ambiente, preservando a biodiversidade, valorizando áreas naturais como o destino turístico, reduzindo a poluição e promovendo a consciencialização ambiental, tanto das comunidades locais como dos turistas. Poderá gerar riqueza, criar postos de trabalhos (directos e indirectos) e permitir a criação e /ou melhoria de infra-estruturas, o que possibilitará a melhoria da qualidade de vida das populações. Segundo a OMT (2003a; 215):

O planeamento assumiu um papel de maior relevância no desenvolvimento turístico à medida que os governos passaram a reconhecer não apenas que o setor gera um largo espectro de impactos, mas também que pode ter importante papel no crescimento e revitalização social e cultural.

O processo de desenvolvimento turístico combina o pensamento estratégico, o planeamento estratégico e a gestão estratégica. O pensamento estratégico constitui-se como o ponto de partida do processo, no qual se define que caminho a seguir, os objectivos futuros, reconhecendo oportunidades, ameaças, pontos fortes e pontos fracos. Entende-se por planeamento estratégico o instrumento que permite alcançar os objectivos definidos pelo pensamento estratégico através de uma abordagem sistémica. A gestão estratégica reúne a implementação, a execução, o acompanhamento, o controlo e a correcção da estratégia (VIEIRA: 2007).

O Planeamento Turístico é um instrumento fulcral de gestão territorial, que se exige que seja integrado, ou seja, que envolva todos os actores e organizações pertencentes ao sistema turístico, de forma a garantir o correcto desenvolvimento dos destinos turísticos, não podendo este ser dissociado da sustentabilidade:

O planeamento turístico é um processo complexo face à diversidade de actores e organizações que funcionam em torno do sistema turístico, pelo que os mecanismos de parceria devem incluir a participação dos residentes locais, dos grupos ambientalistas [ONG], das empresas relacionadas directa e indirectamente com o turismo, a Administração Central, Regional e Local do Turismo, das associações empresariais, dos representantes dos grandes *lobbies* privados com interesses na região e dos sindicatos e outros representantes dos trabalhadores. (SILVA: 2009; 111).

Face aos desafios do mercado actual cada vez mais globalizado e competitivo e como forma de dar resposta ao processo de turismo sustentável, exige-se uma postura estratégica ao nível da gestão de destinos.

O planeamento estratégico integrado tem vindo a ser adoptado por um número crescente de destinos turísticos, com o intuito de incrementar um turismo de qualidade, assente nos princípios da sustentabilidade (OMT: 2003b). Esta questão é aprofundada por SILVA (2009: 112), o qual refere que:

(...) o planeamento integrado deve assumir-se como o instrumento fulcral para viabilizar o desiderato do desenvolvimento sustentável do turismo, necessitando no caso de um país de possuir uma estrutura eficaz de tomada de decisões, que assegure a correcta integração do turismo no planeamento geral e que coordene as estratégias sectoriais harmonizadas desde o plano nacional até ao plano local. (...).

A gestão estratégica de destinos turísticos significa, em sentido lato, que urge coordenar os intervenientes de natureza diversa com o objectivo de minimizar os impactes negativos a distintos níveis: social, cultural, económico e ambiental, aumentando, assim, a competitividade dos destinos:

Entende-se hoje que um dos maiores desafios defrontados pelos responsáveis pelo desenvolvimento de um país ou de uma região é a transformação de locais turísticos em destinos turísticos, garantindo a sustentabilidade desse desenvolvimento, maximizando os seus efeitos positivos e minimizando os negativos. Para isso devem socorrer-se de instrumentos como o planeamento estratégico e o ordenamento territorial do turismo. (...) (VIEIRA: 2007; 73)

Por outro lado, de acordo com VALLS (2004), o planeamento estratégico dos destinos contempla três fases:

- 1) Análise estratégica da situação actual;
- 2) Tomada de decisões estratégicas;
- 3) Implementação das estratégias.

Sumariamente, a primeira etapa tem como finalidade determinar o cenário em que se encontra o destino, através da realização da análise interna e externa ao mesmo; a segunda caracteriza-se pela definição dos objectivos a atingir; e a terceira fase consiste na execução das estratégias definidas na etapa anterior (VALLS: 2004).

Na perspectiva de Pearce (citado pela OMT: 1998), o faseamento do planeamento vai, em detalhe, para além do proposto por VALLS (2004), abrangendo as seguintes etapas:

- 1) Análise dos desenvolvimentos turísticos prévios;
- 2) Avaliação da situação turística actual;
- 3) Formulação da política turística;
- 4) Definição da estratégia de desenvolvimento;
- 5) Elaboração de programas operativos.

A CE também equaciona a indispensabilidade do planeamento como forma de garantir a direcção adequada no sentido do desenvolvimento sustentável:

A gestão sustentável dos destinos turísticos é primordial para o desenvolvimento do turismo, tanto através do planeamento e de um controlo eficaz do ordenamento e desenvolvimento do território, como através de decisões a favor do investimento nas infra-estruturas e serviços. Ao assegurar que o desenvolvimento de novas formas de turismo responda quantitativa e qualitativamente às necessidades das comunidades locais e do ambiente, a gestão sustentável pode reforçar o desempenho económico e o nível de competitividade de um destino turístico a longo prazo. Para isso é importante o apoio de todas as entidades regionais e locais, e uma estrutura eficiente, que propicie a criação de parcerias e uma liderança eficaz. (CCE: 2007b; 5)

Tendo em conta o destino enquanto território, como vimos, uma das questões básicas do planeamento turístico prende-se com a articulação com o ordenamento do território. Neste sentido, importa analisar os principais instrumentos de gestão territorial em Portugal, pois “(...) o ordenamento do território e o turismo constituem dimensões que se devem encontrar, no tempo e no espaço, num processo de planeamento turístico, o qual deve assentar numa abordagem estratégica e de concertação de políticas sectoriais. (...)” (ALMEIDA: 2010; 256).

Assim, a actual Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBOTU), Lei nº 48 / 98 de 11 de Agosto, assenta num sistema de gestão territorial que se estrutura à escala nacional, regional e municipal. Este sistema “(...) concretiza a interacção coordenada dos seus diversos âmbitos, através de um conjunto coerente e racional de instrumentos de gestão territorial.” (Lei nº 48 / 98: 3871).

Por sua vez, o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial é estabelecido através do Decreto-Lei (DL) nº 380 / 99 de 22 de Setembro⁵, que:

(...) desenvolve as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial. (DL nº 380 / 99: 6593).

Resumidamente, o quadro seguinte ilustra os diversos âmbitos de actuação do sistema de gestão territorial e respectivos instrumentos associados.

⁵ Alterado pelos: DL nº 53 / 2000 de 7 de Abril; DL nº 310 / 2003 de 10 de Dezembro; Lei nº 58 / 2005 de 29 de Dezembro; Lei nº 56 / 2007 de 31 de Agosto; DL nº 316 / 2007 de 19 de Setembro; e DL nº 46 / 2009 de 20 de Fevereiro.

QUADRO 2 | SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL: ÂMBITOS DE ACTUAÇÃO E RESPECTIVOS INSTRUMENTOS

ÂMBITO	INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL
Nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT); • Planos Sectoriais com incidência territorial; • Planos Especiais de Ordenamento do Território: Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas, Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas, Planos de Ordenamento da Orla Costeira e Planos de Ordenamento dos Estuários.
Regional	<ul style="list-style-type: none"> • Planos Regionais de Ordenamento do Território.
Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIOT); • Planos Municipais Ordenamento do Território (PMOT); Planos Directores Municipais (PDM), Planos de Urbanização (PU) e Planos Pormenor (PP).

FONTE: Produção própria a partir de Lei nº 48 / 98 de 11 de Agosto, DL nº 380 / 99 de 22 de Setembro e Lei nº 54 / 2007 de 31 de Agosto⁶

Ressalva-se que a LB POTU “(...) não consagra nenhum instrumento de gestão territorial específico para o turismo. No entanto, a necessidade de enquadramento territorial da actividade turística é citada amiúde nos vários diplomas que constituem os diferentes instrumentos de ordenamento” (SIMÕES: 2008; 355).

Como nota final, e conforme enfatiza VIEIRA (2007; 11-12):

(...) o processo de planeamento de desenvolvimento turístico deve englobar, para além das valências da vida em sociedade (sociais, culturais, económicas, ambientais e territoriais), todos os sectores e políticas a montante e a jusante do fenómeno turístico (formação, relações com o exterior, política comunitária, organização política interna, etc.) e todos os sectores e políticas sectoriais (transportes, indústria, etc.) com ele relacionados.

3.3 | Desenvolvimento Regional e Local

É consensual o reconhecimento da capacidade da actividade turística enquanto catalisador de desenvolvimento das regiões, através dos efeitos positivos que repercute, patenteado no Quadro 1 (subcapítulo 2.4.): “Um dos efeitos do turismo mais evidenciados, e que melhor corresponde aos anseios de vastas camadas das populações localizadas em zonas economicamente desfavorecidas, é o contributo para o desenvolvimento regional.” (CUNHA: 2006; 391).

Em determinadas regiões onde sectores económicos como, por exemplo, a agricultura, a pecuária ou o pequeno comércio não possuam capacidade de impulsionar o desenvolvimento das mesmas, mas que detenham recursos que permitam a sua vocação para o turismo, fomentando assim, o seu potencial endógeno, o turismo pode assumir-se como uma alternativa

⁶ A Lei nº 54 / 2007 constitui a primeira alteração à Lei nº 48 / 98 de 11 de Agosto.

viável de valorização do território, permitindo mesmo, a dinamização desses outros sectores económicos que lhe são tributários.

Como afirma CABUGUEIRA (2005; 102), “(...) O turismo pode ajudar a estimular a actividade económica de determinados locais que possuem, por diversas razões, poucas possibilidades de alternativas de desenvolvimento económico. Talvez seja mesmo a única alternativa real para o crescimento de tal regiões (...).”

Por sua vez, o turismo permite que o desenvolvimento regional se repercuta também ao nível nacional, ou seja, “(...) [é] , simultaneamente, um factor de expansão económica global (...) de vária ordem.” (CUNHA: 2006; 391).

CUNHA (2006) refere que são diversos os factores que permitem que o turismo influencie positivamente o desenvolvimento regional. Assim, em primeira instância, como evidenciámos anteriormente, o desenvolvimento turístico de uma determinada região depende dos seus recursos endógenos, ou seja, “(...) só é viável quando existem valores locais que garantam uma vocação turística.(...)” (*Idem*: 2006; 391).

Por outro lado, o turismo opera uma transferência de rendimentos das regiões mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas. Com efeito, o visitante ao consumir bens e serviços produzidos localmente provoca exportações que nenhuma forma de comércio poderia ocasionar.

Outra faceta do turismo como impulsionador do desenvolvimento regional prende-se com a sua capacidade de proporcionar o lançamento de infra-estruturas e de equipamento social, os quais servem os turistas mas também a população local, permitindo a instalação de outras actividades que acrescem a produção local (*Idem*: 2006).

Pode-se igualmente concluir que o turismo contribui para a dinamização e modernização da produção local. Esta incidência faz-se notar, sobretudo, em três planos de intervenção, especificamente no domínio industrial e agro-pecuário, na geração de condições e oportunidades para o aparecimento de novas actividades (entre as quais sobressaem os serviços pessoais) e no fortalecimento das produções artesanais.

CUNHA (2006) destaca ainda a particularidade do turismo permitir o aproveitamento de instalações abandonadas ou obsoletas garantindo-lhes uma nova função, exemplificando com as situações de utilização para fins turísticos de minas esgotadas, construções fabris desmobilizadas ou mesmo casas e aldeias abandonadas pelo êxodo populacional.

Face aos aspectos atrás referidos parece-nos lícito concluir que poucos sectores de actividade terão capacidade de versatilidade e flexibilidade como o turismo, para se adaptarem às características endógenas dos territórios, transformando essas características em oportunidades reais para as populações autóctones.

Neste contexto, e em síntese, o adequado desenvolvimento da actividade turística permite contribuir para atenuar as assimetrias regionais, sendo condição indispensável a existência de um quadro de articulação integrada para garantir a potenciação dos efeitos benéficos do turismo e minimizar os seus impactes sobre o meio físico.

3.4 | Desafios, parcerias e acções

Como demonstrado, o turismo é uma actividade que, para se desenvolver equilibradamente e de forma sustentável, necessita da participação de todos os agentes-chave (entidades institucionais, empresas, turistas e comunidades locais), envolvidos numa lógica articulada e integrada.

A responsabilidade do desenvolvimento turístico não é tarefa exclusiva das entidades governamentais, mas também do sector privado, que tem um papel primordial. Resultante da importância e dos interesses em comum é crucial a criação de sinergias entre o sector público e o privado, através de parcerias.

Ao sector público compete estabelecer as políticas de turismo, assegurar os mecanismos de coordenação, planeamento e ordenamento do território, a promoção institucional do turismo e a intervenção ao nível da formatação dos produtos turísticos, através da preservação do património cultural e natural, criação ou melhoria de acessibilidades, meios de transporte, infra-estruturas básicas (redes de saneamento, electricidade, água, gás) e de apoio, ou de equipamentos de lazer; e zelar pela saúde e segurança públicas. Por outro lado, fiscaliza, regula e estabelece níveis de qualidade dos serviços e infra-estruturas do turismo; concede licenças para a abertura e funcionamento das empresas turísticas; e apoia o investimento privado no sector, através de incentivos financeiros.

Em síntese, o sector público encontra-se incumbido:

(...) pela política, pelo planeamento e pela pesquisa, oferecendo a infra-estrutura básica, desenvolvendo alguns atrativos turísticos, fixando e administrando padrões para serviços e instalações, estabelecendo e administrando os regulamentos referentes ao uso da terra e à protecção ambiental, determinando padrões para a educação e o treinamento para o turismo, além de estimulá-los, mantendo a segurança e a saúde públicas e responsabilizando-se, ainda, por algumas funções de *marketing*. (...) (OMT: 2003b; 85).

A intervenção pública manifesta-se a diferentes níveis: nacional, regional e local, que se resumem no quadro seguinte:

QUADRO 3 | DIFERENTES NÍVEIS DE ACTUAÇÃO DO SECTOR PÚBLICO NO TURISMO

NÍVEIS DE ACTUAÇÃO	DETALHE
Nível Nacional	<ul style="list-style-type: none"> • “(...) el turismo representa una responsabilidad del gobierno, que debe formular una Política general especificando el peso que se le va a dar al sector en la economía nacional, cuáles son los objetivos fundamentales perseguidos, qué medios van a emplearse para alcanzar dichos objetivos, etc. (...)”
Nível Regional	<ul style="list-style-type: none"> • “La actuación del sector público a <i>nivel regional</i> está siendo cada vez de mayor importancia, dado que la región es en muchas ocasiones considerada un destino turístico por sí misma (...)” ; • “(...) La creciente complejidad del fenómeno turístico aconseja una mayor descentralización en la toma de decisiones que afectan al sector. (...)”; • “(...) otra ventaja: la mayor proximidad a los problemas de los agentes implicados en el mercado y el mejor conocimiento de la situación de su región.”.
Nível Local	<ul style="list-style-type: none"> • “La intervención de las autoridades locales en el ámbito turístico se ha centrado tradicionalmente en la promoción y en el desarrollo físico de la actividad en su término municipal, la provisión de las infraestructuras básicas que acompañan la urbanización, el mantenimiento de los elementos culturales locales y la promoción. (...) concede licencias, tanto para la construcción como para la apertura de nuevas actividades (...)”; • “(...) La creciente afluencia de visitantes ha obligado en los últimos años a una planificación del desarrollo turístico, por lo que este nivel de actuación pública, aunque es la más antigua forma de organización turística, parece ser también actualmente el más adecuado para responder a las necesidades específicas de los residentes de la zona y de los visitantes, ya que permite un seguimiento <i>in situ</i> y un mejor conocimiento de las necesidades y problemas del destino turístico.”.

FONTE: Elaboração própria a partir de OMT: 1998; 176 - 177

Deve reconhecer-se igualmente a forte importância do papel desempenhado pelas empresas turísticas no processo de dinamização do turismo ao nível regional. E, se neste plano, os intervenientes da parte pública devem garantir o ordenamento adequado do território, a qualificação urbana, a infra-estruturação básica desejável e a valorização do património cultural e natural, só com o contributo da actividade empresarial é que será possível contribuir para o aumento da riqueza das várias regiões (OMT: 2003b).

Por outro lado, importa não ignorar as características da estrutura empresarial do turismo, a qual assenta num predomínio claro de micro e pequenas empresas. Claramente susceptíveis à crescente concorrência entre destinos, bem como a pressões exógenas, as micro e pequenas empresas turísticas apresentam, no entanto, vantagens que importa potenciar no plano do dinamismo e da flexibilidade nos seus modelos de produção. Carecem, no entanto, de

conhecimentos específicos de gestão, de procedimentos administrativos e formação profissional adequada (OMT: 2003b; SILVA: 2009; VALLS: 2004).

Assim, a cooperação público-privada afigura-se fundamental, devendo ser fomentada através de uma apropriada aliança estratégica, procurando soluções integradas para o desenvolvimento turístico, que não podem ser dissociadas das comunidades locais, incrementando a sua qualidade de vida.

Neste contexto, importa não desprezar os benefícios que o turismo pode trazer às comunidades locais, sendo contudo essencial garantir que os residentes da comunidade estejam envolvidos nas tomadas de decisões ao nível de planeamento e de gestão do turismo. O Código Mundial de Ética do Turismo (OMT: 2001a; 9) é elucidativo neste entendimento ao preconizar que “(...). As políticas turísticas devem ser conduzidas de tal forma que contribuam para a melhoria do nível de vida das populações das regiões visitadas e respondam às suas necessidades. (...)”.

Sublinha-se ainda, a desejável cooperação das Organizações Não Governamentais (ONG) no processo de desenvolvimento turístico, principalmente ao nível regional e local, tal como é reconhecido pela própria OMT (2003b; 87) que reconhece a necessidade de envolvimento destas instituições “(...) em aspectos do turismo, tais como a conservação dos recursos naturais, históricos e culturais a serem aproveitados pelo turista, o desenvolvimento do ecoturismo e de projectos baseados na comunidade e a melhoria da produção e das vendas do artesanato (...)”.

Face à articulação necessária de todos estes agentes no processo de planeamento dos destinos turísticos, entidades como a OMT (2007) e a CE (CCE: 2007a) enfatizam a formação de estruturas organizacionais de gestão de destinos.

Assim, a CE (CCE: 2007a) preconiza a criação das denominadas *Destination Management Organization* (DMO), como forma das autoridades locais trabalharem em parceria com o sector privado e com outros actores-chave em ambiente e na comunidade. O entendimento da OMT é muito similar como decorre da seguinte ideia-força: “(...) Destination management calls for a coalition of many organizations and interests working towards a common goal. The Destination Management Organization’s role should be to lead and coordinate activities under a coherent strategy (...)” (OMT: 2007; 2).

Estas orientações têm vindo a ser defendidas por outros autores, entre os quais podemos citar BRANDÃO e COSTA (2008) que reconhecem o aparecimento de novas dinâmicas no sector do turismo, particularmente evidentes ao nível dos modelos de gestão e planeamento dos destinos

turísticos, as quais permitem “(...) que estes se dotem de importantes mecanismos e instrumentos de gestão sustentável e de manutenção de níveis de competitividade no mercado global (...)” (*Idem*: 2008; 255).

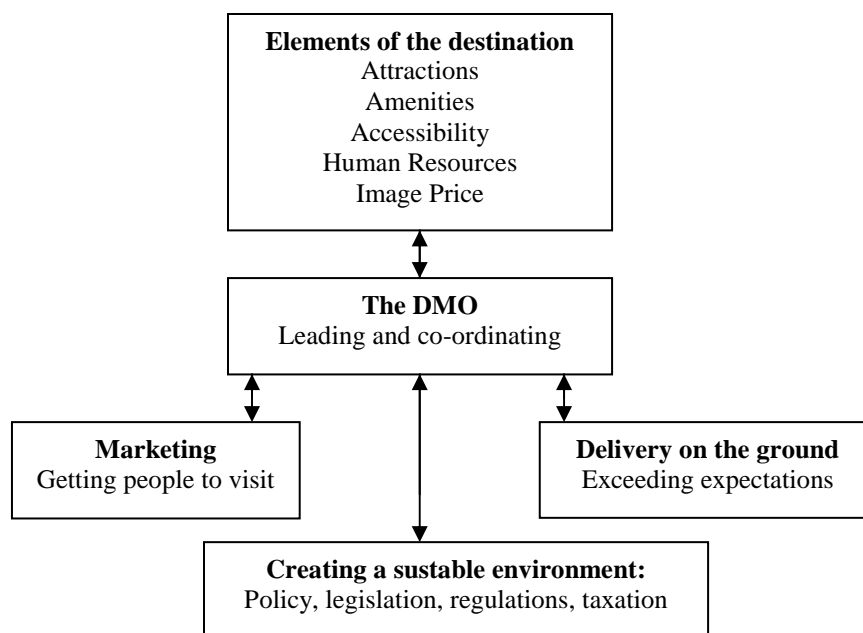
Por outro lado, os mesmos autores sublinham que para que as DMO consigam responder aos desafios decorrentes dos crescentes níveis de competitividade do sector,

(...) é necessário que exista um conhecimento rigoroso do sistema turístico que permita avaliar o desempenho e evolução dos destinos e empresas que o integram, de forma a que os gestores consigam desenvolver decisões e respostas informadas e pró-activas adaptadas às conjunturas que vão emergindo. (...) (*Idem*: 2008; 255).

As responsabilidades e / desafios que se perfilam para as DMO podem ser sistematizadas da seguinte forma, adoptando a perspectiva da CE (CCE: 2007a; 32):

- Estabelecer mecanismos e estruturas com vários actores chave, para o desenvolvimento e implementação de estratégias e planos de acção de turismo sustentável.
- Garantir a liderança e fomentar a coordenação e o trabalho em rede.
- Garantir que as entidades oficiais e os políticos conheçam a fundo as questões da sustentabilidade.
- Reforçar os recursos financeiros e humanos adstritos à gestão turística.
- Identificar indicadores relevantes e fazer um acompanhamento de impactos.
- Garantir e manter infra-estruturas e serviços de interesse geral relevantes.
- Fazer reflectir a sustentabilidade numa série de serviços de comunicação sobre turismo e de apoio ao turismo.
- Proporcionar planos eficazes de ordenamento do território e controlo do desenvolvimento, juntamente com uma série de outros instrumentos importantes.
- Promover campanhas educativas relevantes, destinadas a residentes, turistas e operadores.
- Fazer reflectir a sustentabilidade nas suas próprias opções de viagem e de consumo.

No fundo, a gestão sustentável de um destino consiste em coordenar com eficiência e eficácia todos os elementos que compõem um destino turístico. O esquema seguinte ilustra esta situação, evidenciando o papel de charneira que deve ser desempenhado pelas DMO.

FIGURA 4 | *DESTINATION MANAGEMENT* – MODELO OMT

FONTE: OMT: 2007; 4

Como nota final sobre o processo de cooperação nos destinos turísticos, importa assegurar que o empenhamento de todos os principais interessados, bem como o papel de coordenação atribuído às DMO, possibilite a preparação e implementação de um plano estratégico e de acção, com base numa visão e identidade partilhada.

3.5 | Competitividade dos Destinos Turísticos

A revisão bibliográfica conduz à constatação que, de acordo com autores como CROUCH e RITCHIE (1999), as vantagens comparativas de um destino decorrem da sua dotação em recursos, ao passo que as vantagens competitivas surgem como corolário da capacidade de accionar os mecanismos que permitam a utilização racional dos recursos existentes numa perspectiva sustentável e duradoura.

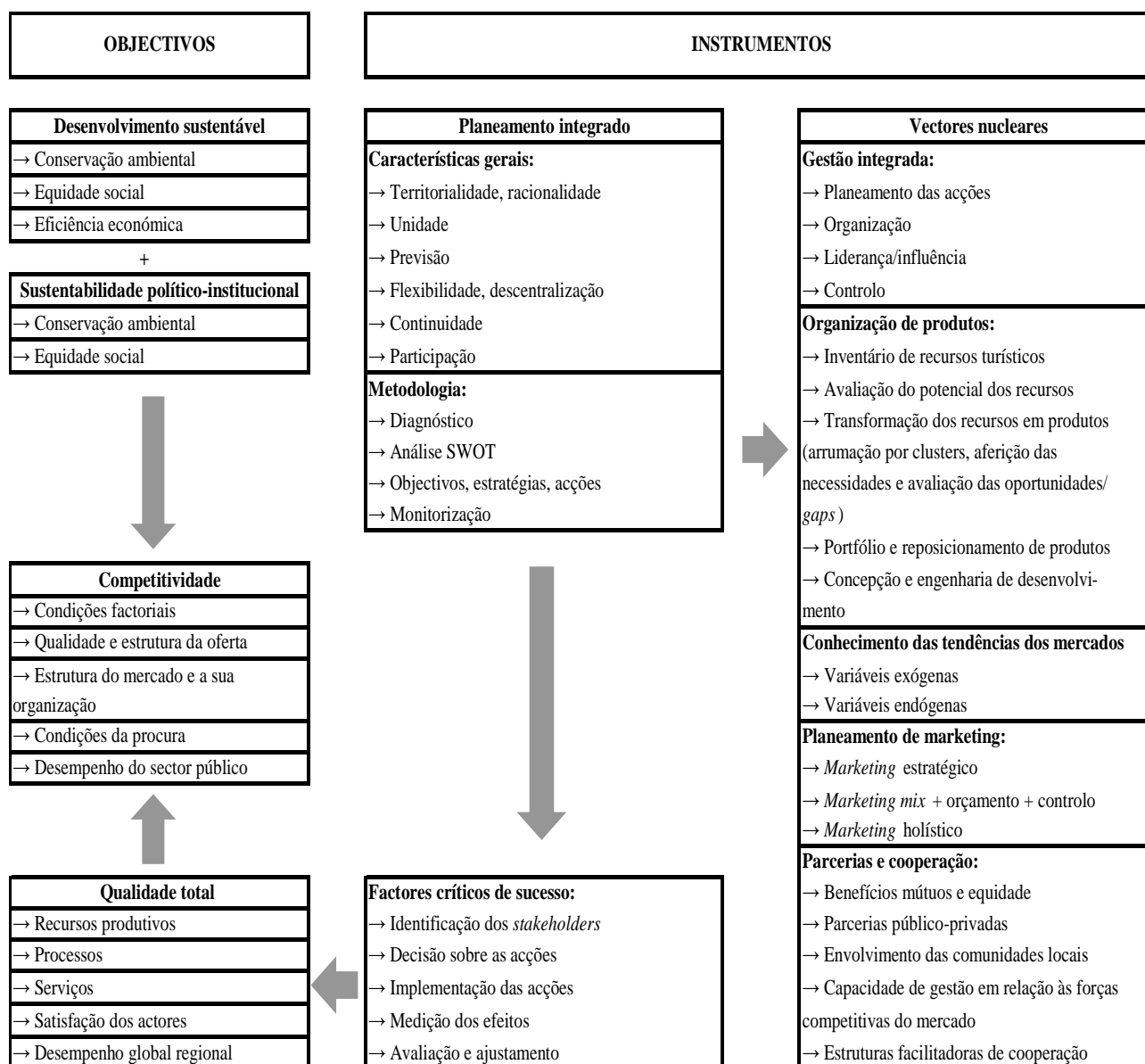
Por outro lado, MATHIESON e WALL (1992) vêm reforçar este ponto de vista, defendendo com clareza que um destino turístico possui a sua mais-valia na capacidade que os seus recursos possuem de gerar atracção, associando uma identidade própria que os diferencia face a eventuais concorrentes. Contudo, reconhecem igualmente que não se “herdam” os factores mais importantes para as vantagens concorrenciais de um destino, ou seja, pelo contrário, criam-se. No fundo, reconhecem que a posição concorrencial não dispensa o “esforço” da criação das tais “vantagens competitivas”, tal como foram definidas por CROUCH e RITCHIE (1999).

No grupo dos autores que enfatizam a perspectiva da importância das vantagens competitivas surgem PORTER (1980) e KELLER (2000), os quais admitem que a base da posição concorrencial do destino assenta na combinação de três categorias de dotações em factores - recursos naturais e culturais (clima, paisagem, praias, museus, costumes, entre outros); recursos de capital e de infra-estruturas (acessibilidades, comunicações, serviços básicos e potencial de investimento privado) e recursos humanos (trabalhadores qualificados, gestão dinâmica, entre outros) –, aos quais importa associar outras determinantes decisivas, nomeadamente a qualidade e a estrutura da oferta, a estrutura do mercado e da organização, e as condições da procura.

Saliente-se ainda, na perspectiva destes últimos autores, o relevo que deve ser atribuído ao desempenho do sector público, o qual deve desempenhar um papel activo, adoptando uma política de turismo, suportada em planos e regulamentação apropriada, assegurando as infra-estruturas básicas e os acessos às áreas turísticas, para além de garantir as medidas relacionadas com o equilíbrio ambiental e a protecção sócio-cultural.

Tendo presente a revisão conceptual efectuada no capítulo II, bem como a abordagem teórica concretizada nos subcapítulos anteriores, ganha evidência as vantagens de se sistematizarem os princípios que podem conduzir à gestão sustentável de destinos turísticos. Neste contexto, iremos agregar num esquema (Figura 5) os pontos-chave que devem constituir a base para a geração das condições de competitividade dos destinos turísticos, baseando-nos na integração de perspectivas técnicas e reflexivas sobre esta matéria, concretamente da OMT (2007), da CE (CCE: 2007a; CCE: 2007b), de VALLS (2004), de VIGNATI (2008), de MATHIESON e WALL (1992), de CROUCH e RITCHIE (1999), de PORTER (1980), de KELLER (2000), de SILVA (2009), de SILVA *et al.* (2001) e COOPER *et al.* (2001).

FIGURA 5 | PONTOS -CHAVE PARA A COMPETITIVIDADE DOS DESTINOS TURÍSTICOS



FONTE: Produção própria

Como primeiro objectivo macro para um destino, as boas práticas existentes recomendam a adopção dos princípios da sustentabilidade, o que além da adopção das directrizes do conceito em toda a sua extensão, implica adicionalmente o recurso a instrumentos apropriados de intervenção.

O desenvolvimento sustentável gera as condições duradouras para o futuro do destino, na medida que garante a valorização dos recursos culturais e o fortalecimento da identidade cultural das comunidades de acolhimento, permite a prática das actividades turísticas em consonância com a salvaguarda do ambiente e dos recursos naturais e assegura um progresso económico eficiente (OMT: 2007). Contudo, o “tripé” em que assentam os pressupostos da

sustentabilidade não prescindem da junção da vertente institucional, sendo imprescindível a criação de condições que garantam a continuidade política e o envolvimento dos grupos de interesse e da sociedade civil.

Por outro lado, o segundo grande objectivo para um destino reside na sua competitividade, pois é a única forma de se posicionar favoravelmente num quadro de grande versatilidade dos mercados emissores e de forte concorrência entre áreas receptoras (MATHIESON e WALL: 1992; CROUCH e RITCHIE: 1999; PORTER, 1980; KELLER, 2000).

Importa igualmente considerar que, para um destino se manter competitivo, tem impreterivelmente que introduzir os processos de gestão integrada da qualidade, como suporte para avaliação e controlo do desempenho, gestão que tem necessariamente que corresponder aos interesses dos grandes grupos de actores envolvidos – residentes locais, empresas, sector público e turistas.

Fixados os grandes objectivos de desenvolvimento, importa sistematizar os instrumentos que se consideram essenciais para garantir a sua consecução. Neste domínio, as linhas orientadoras decorrentes dos documentos técnicos da OMT (2003a; 2003b; 2007) e da CE (CCE: 2007a; 2007b), bem como do pensamento de autores como VIGNATI (2008) e VALLS (2004), conferem um papel determinante ao planeamento integrado.

De facto, sendo o turismo particularmente sensível a flutuações cíclicas, exige opções de médio e longo prazo e práticas consistentes de planeamento, as quais não dispensam a devida articulação com as políticas de outros sectores socioeconómicos.

Como já foi sublinhado em capítulos e subcapítulos anteriores, as análises convergem na consideração de que a qualidade e a sustentabilidade dos destinos turísticos derivam de um processo que se inicia na organização correcta da oferta turística, devidamente inserida num processo de planeamento integrado. Será por esta via, segundo a literatura de referência, que se garante a compatibilização dos equipamentos turísticos com a sua envolvente (ambiente, ordenamento do território, acessibilidades, comunicações) e que se criam as condições de compatibilização de interesses dos actores-chave do sistema turístico.

As características do planeamento integrado são evidenciadas por VIGNATI (2008), o qual destaca como elementos marcantes a territorialidade, a racionalidade, a unidade, a flexibilidade, a previsão, a descentralização, a continuidade e a participação.

Em termos de metodologia para a sua implementação, COOPER *et al* (2001) enfatiza as etapas típicas do processo, distinguindo a necessidade de se cumprir um roteiro que obedeça sequencialmente a um diagnóstico estratégico, a uma análise SWOT, a uma definição de objectivos, estratégias e acções, e, finalmente, a uma opção pelos mecanismos adequados de monitorização.

Saliente-se que a metodologia associada ao planeamento integrado tem que acautelar o cumprimento dos denominados factores críticos de sucesso, os quais foram identificados pela CE (CCE: 2007a; CCE: 2007b) como particularmente decisivos ao nível dos seguintes parâmetros: identificação adequada dos *stakeholders*, clareza na definição das acções a concretizar e respectiva implementação, medição dos efeitos dessas mesmas acções com a consequente avaliação e eventuais ajustamentos e, operacionalização de indicadores que controlem a satisfação dos actores.

No domínio do planeamento integrado, isolaram-se os vectores nucleares associados às particularidades da gestão, à organização de produtos, ao conhecimento das tendências dos mercados, ao planeamento de marketing e ao fomento das parcerias e cooperação.

As boas práticas referentes à gestão integrada dos destinos turísticos, devidamente enfatizadas pela CE (CCE: 2007b; CCE: 2007b), colocam a ênfase em quatro vectores essenciais, nomeadamente, planeamento, organização, liderança/influência e controlo.

Assim, reconhece-se a necessidade impreterível de se garantir uma prática consistente de planeamento, como instrumento adequado para se potenciar um progresso ordenado, através da criação das condições desejáveis para se garantir o crescimento dos benefícios sociais, económicos e ambientais referentes ao processo global de afirmação do destino turístico.

Tal como já referimos, VIEIRA (2007) insiste que o planeamento consiste na preparação do futuro para se viabilizar a obtenção dos objectivos pré-definidos. Com efeito, é através do planeamento que se actua sobre o presente direccionando-o no sentido do futuro desejado, o que pressupõe a aplicação de conhecimentos e recursos, os quais devem conduzir à fixação de resultados esperados.

Por outro lado, a gestão integrada não dispensa a criação de fórmulas organizativas que permitam aos diferentes actores-chave trabalharem em parceria e de uma forma concertada, o que pressupõe uma clara atribuição de responsabilidades às entidades envolvidas no processo,

bem como a criação dos órgãos e estruturas próprias para acompanharem as diversas incidências relacionadas com o desenvolvimento do turismo.

Para a CE (CCE: 2007a) assume igualmente um papel de grande relevo a existência de uma liderança forte e eficaz, com capacidade de mobilizar os parceiros e de impor a concretização dos objectivos definidos para o destino. As autoridades locais e regionais têm responsabilidades neste domínio, observando-se em vários destinos a tendência para criar as denominadas DMO, as quais reflectem formas de gestão participada, conforme evidenciado na subcapítulo 3.4.

Finalmente, importa valorizar a componente de controlo, o que implica, em muitos casos, o estabelecimento de indicadores e processos de acompanhamento, a eventual revisão do plano de acção ou das próprias estratégias. Na componente de monitorização, a OMT (1998) indica a necessidade de se possuírem indicadores que abarquem o controlo de áreas - chave do turismo sustentável: protecção do destino, pressão (sobre o destino), intensidade de utilização dos recursos, impacto social, controlo do desenvolvimento, gestão de resíduos, processo de planificação, ecossistemas críticos, satisfação do turista, satisfação da população local e contribuição do turismo para a economia local.

No domínio da organização de produtos, como forma de preparação da oferta para aceder convenientemente aos mercados, as acções a desenvolver assentam genericamente no processo de avaliação de recursos, na arrumação destes por *clusters* visando a transformação em produtos e, posteriormente, na respectiva, engenharia de desenvolvimento (SILVA: 2005).

Como menciona este último autor, o processo de avaliação dos recursos pressupõe um trabalho exaustivo de inventário, o qual deverá culminar com a sua valoração em termos de potencialidade e capacidade de atracção. Segue-se a junção dos recursos em *clusters*, o cruzamento com as necessidades dos turistas e a avaliação das oportunidades e *gaps*. O roteiro proposto por SILVA (2005) recomenda a integração num portfólio de produtos, o qual, além de classificar os vários produtos em função da sua importância estratégica, assinala igualmente os diferentes posicionamentos no ciclo de vida, estabelecendo prioridades.

A fase final reporta-se ao desenvolvimento das estratégias de desenvolvimento para cada produto, ressaltando-se a importância da organização em torno de atracções-âncora, as quais devem assumir um efeito polarizador face aos diferentes segmentos do mercado.

A organização de produtos deve igualmente interligar-se com a análise do mercado e o conhecimento das suas tendências, facilitando por esta via a definição de oportunidades ou de *gaps* existentes.

Ainda no domínio da abordagem ao mercado, importa garantir o desenvolvimento adequado do *marketing* estratégico e do *marketing mix*. O primeiro possui um horizonte de médio prazo e implica a determinação do mercado de referência, a avaliação da procura e do ambiente socioeconómico e a análise da concorrência. O *marketing mix* possui um cariz operacional e incide sobretudo na orientação para as variáveis básicas – produto, preço, distribuição e promoção.

Na actualidade, autores como VALLS (2004) destacam a importância do aproveitamento integral das novas TIC, o que levou KOTLER e KELLER (2006) a introduzir o conceito de *marketing holístico*, o qual se baseia no aproveitamento dos canais *on-line* para a aplicação de uma estratégia integrada que abarca a informação, a comercialização e a promoção.

Como apontamento final sobre os denominados vectores nucleares, importa recuperar a importância das parcerias e da cooperação a estabelecer entre todos os actores turísticos, como forma de garantir a coesão conducente à potenciação dos benefícios expectáveis, bem como a capacidade de gestão face às forças competitivas do mercado.

Através das suas características, metodologia, factores críticos de sucesso e vectores determinantes, o planeamento turístico tem condições de assumir o caminho que permite criar as bases estáveis de sustentabilidade para um destino turístico. Contudo, e como mostra a Figura 5, não estamos na presença de um instrumento de aplicação casuística, pelo que se revela necessário construir um quadro de avaliação integrada da qualidade nos destinos desenvolvido em consonância com vectores associados a recursos, ao processo de estruturação do serviço e aos resultados de desempenho. Este procedimento é defendido por SILVA *et al* (2001) e permite monitorizar os efeitos do planeamento a vários níveis e constitui, como já se referiu, um instrumento vital para o controlo da competitividade do destino.

Saliente-se que a síntese analítica produzida no presente subcapítulo pretende explicar as componentes do esquema da Figura 5, o qual integra um modelo de desenvolvimento que será aplicado ao caso de estudo da presente dissertação.

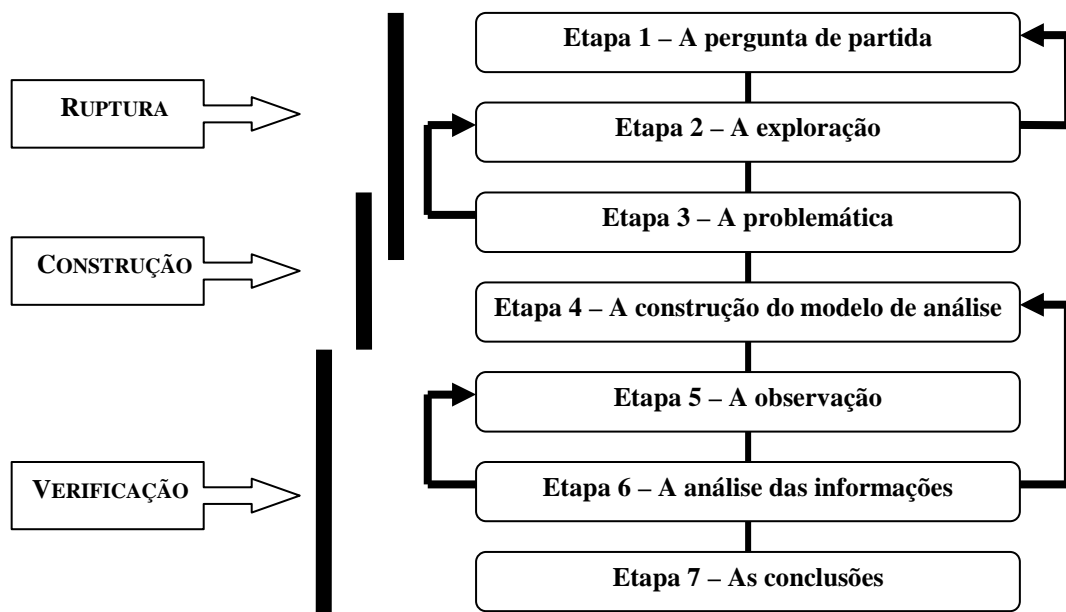
IV | METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

4.1 | Roteiro metodológico

O procedimento científico levado a cabo na presente pesquisa seguiu as indicações metodológicas de investigação em Ciências Sociais, uma vez que o turismo se assume como “(...) una disciplina de desarrollo en que convergen la mayoría de las ciencias sociales ya consolidadas, por lo que, una de sus características es la multidisciplinariedad.” (OMT: 2003c; 11).

Assim, o processo metodológico de investigação desenvolveu-se em diversas etapas, adoptando o modelo apresentado por QUIVY e CAMPENHOUDT (2008), no qual se consideram três actos - Ruptura, Construção e Verificação – e sete etapas, conforme se apresenta na Figura 6.

FIGURA 6 | ETAPAS DO PROCEDIMENTO CIENTÍFICO



FONTE: Adaptado a partir de QUIVY e CAMPENHOUDT: 2008

Face ao exposto pelos autores, salienta-se que os três actos não são autónomos, mas estabelecem conexões e coexistem “(...) ao longo de uma sucessão de operações, que (...) são reagrupadas (...) [nas] sete etapas. (...)” (QUIVY e CAMPENHOUDT: 2008; 28).

O primeiro acto, a Ruptura, tem como princípio “(...) romper com os preconceitos e as falsas evidências (...)” (*Idem*: 2008; 26), permitindo criar a distância necessária do conhecimento proveniente do senso comum, adquirido do quotidiano, das vivências ou difundido de geração em geração (VILELAS: 2009), uma vez que é composto por “(...) numerosas armadilhas (...) que somente nos dão a ilusão de compreendermos as coisas. (...)” (QUIVY e CAMPENHOUDT: 2008; 26).

Somente a quebra com o senso comum possibilita edificar a Construção teórica (segundo acto), das “(...) proposições do fenómeno a estudar e prever o plano de pesquisa a definir, as operações a aplicar e as consequências que logicamente devem esperar-se no termo da observação. (...)” (*Idem*: 2008; 26 e 28).

A passagem do quadro teórico erguido à respectiva experimentação constitui o princípio do terceiro acto – Verificação -, este “(...) vai buscar o seu valor à qualidade da construção.” (*Idem*: 2008; 28).

No que concerne à definição do objecto de estudo, esta acompanhou as regras enunciadas por ECO (2008; 33): “*Que o tema corresponda aos interesses do candidato [profissionais e pessoais] (...), as fontes a que se recorre sejam acessíveis (...) [e] manuseáveis (...) e que o quadro metodológico da investigação esteja ao alcance da experiência do candidato.*”.

Instituído o objecto de estudo, definiu-se o fio condutor da investigação “(...) na forma de uma pergunta de partida, através da qual o investigador (...) [exprime] o mais exactamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor.(...)” (QUIVY e CAMPENHOUDT: 2008; 32).

Em conformidade, visando os objectivos genéricos e específicos propostos anteriormente (subcapítulo 1.1) e o referencial teórico em análise, a investigação teve como ponto de partida, assumindo-se como eixo central, dar resposta à seguinte questão:

Existem condições para que (futuramente) o destino Alqueva se desenvolva de forma sustentável?

Enquanto eixo secundário e a título hipotético de confirmação da questão supra, tornou-se imperativo perceber que mais-valias usufruirá a região estudada, lançando-se uma outra pergunta:

Quais os benefícios expectáveis para o desenvolvimento da região envolvente ao Grande Lago do Alqueva?

Estabelecida a pergunta de partida (etapa 1), impera “(...) explorar o terreno para conceber uma problemática de investigação. (...)” (QUIVY e CAMPENHOUDT: 2008; 49).

A etapa 2, Exploração, traduzida em acções de leituras e entrevistas, facultou a delineação do enquadramento teórico face ao objecto de estudo, permitindo identificar e conciliar os conceitos capitais que abordam o paradigma da sustentabilidade aliado ao turismo, bem como a posição e a evolução do pensamento científico e académico relacionado com a temática investigada.

Após o balanço dos resultados obtidos na precedente fase exploratória, a Problemática (etapa 3), visa “(...) escolher uma orientação teórica, uma relação com o objecto de estudo (...) [que] deve relacionar-se com a pergunta de partida e o seu objecto. (...)” (*Idem*: 2008; 100). Neste sentido, estabeleceu-se a abordagem ao problema levantado, determinando o rumo teórico a seguir, com base na materialização do levantamento bibliográfico do *estado da arte*.

A revisão da literatura de referência capacitou a definição dos conceitos vitais e da sua relação, como a complexidade do sistema turístico, o planeamento estratégico e o desenvolvimento sustentável associado à actividade turística, dando ênfase aos impactos negativos e positivos nos territórios turísticos e como estes efeitos poderão influir no desenvolvimento regional e a enunciação das hipóteses, estabelecendo assim, o Modelo de análise (etapa 4) da investigação. Deste modo, foram levantadas as seguintes hipóteses:

- A importância da gestão integrada dos destinos turísticos como forma de garantir a qualidade de vida das populações autóctones;
- A garantia de durabilidade dos recursos naturais e culturais, ou seja, dos recursos turísticos, pela minimização dos impactos nefastos nestes;
- A integração do espaço turístico e espaço territorial de forma equilibrada sem correr o risco de perda dos valores e recursos.

A formulação das hipóteses “(...) fornece à investigação um fio condutor particularmente eficaz (...) [apresentando-se] como uma resposta provisória a uma pergunta (...)” (QUIVY e CAMPENHOUDT: 2008; 119 e 121).

Assim, com base na literatura e na definição das hipóteses, ergueu-se um conjunto de indicadores estratégicos ao nível do planeamento e sob a égide do modelo de desenvolvimento sustentável, aplicado ao destino turístico Alqueva.

A subsequente e quinta etapa, a Observação, visa a passagem da teoria à sua aplicação empírica. Esta tem como objectivo abranger o “(...) conjunto das operações através das quais o modelo de

análise (...) é submetido ao teste dos factos e confrontando com dados observáveis.” (QUIVY e CAMPENHOUD: 2008; 155).

De forma a aferir as hipóteses enunciadas anteriormente, foi definida a técnica de observação (indirecta), inquirido por questionário, tendo como objectivo genérico sondar, analisar e avaliar as percepções dos diversos intervenientes no sistema turístico, tais como organismos institucionais, do poder central ao local, promotores do sector turístico e visitantes.

A fundamentação da escolha do instrumento enunciado e dos seus respectivos objectivos, que espelham os conceitos teóricos e as hipóteses levantadas da presente investigação, encontram-se pormenorizados no subcapítulo 4.2.

A sexta etapa do procedimento científico, a Análise das informações, encerra dois objectivos, sendo o primeiro o cruzamento dos dados observados com as hipóteses levantadas, confirmando ou infirmando as mesmas; como segundo objectivo, o estudo das informações pode revelar também outras, alheias das previstas (QUIVY e CAMPENHOUDT: 2008).

Deste modo, urge “(...) interpretar (...) [os] factos e rever ou afinar as hipóteses para que, nas conclusões, o investigador esteja em condições de sugerir aperfeiçoamentos do seu modelo de análise ou propor pistas de reflexão e de investigação para o futuro. (...)” (*Idem*: 2008; 211).

A aplicação efectiva dos indicadores de gestão sustentável de um destino turístico ao objecto de estudo - destino Alqueva -, permitiu traçar um conjunto de recomendações diagnóstico, perspectivando de que forma a gestão deste destino, ainda no início do seu ciclo de vida, se coaduna com os conceitos e as teorias presente no levantamento do *estado da arte*.

As Conclusões assumem a sétima e última etapa do processo metodológico, onde se procede à reflexão do mesmo, se apresentam os resultados, colocando em destaque os novos conhecimentos alcançados e as consequências práticas destes (*Idem*: 2008).

4.2 | Observação e respectivos instrumentos

Como vimos, a Observação consiste em estabelecer a ligação entre os conceitos teóricos e os factos. Segundo QUIVY e CAMPENHOUDT (2008), para criar esta relação é essencial responder a três questões: *observar o quê?*; *observar quem?*; e *observar como?*.

Em suma, os autores enfatizam que Observar comporta três operações:

(...) a primeira (...) consiste em conceber um instrumento capaz de produzir todas as informações adequadas e necessárias para testar as hipóteses. (...). A segunda operação a realizar na observação consiste então em testar o instrumento de observação. (...) A terceira (...) é a recolha dos dados. (...)" (*Idem*: 2008; 181 e 183)

Ainda segundo QUIVY e CAMPENHOUDT (2008), importa assinalar que a Observação pode ser operacionalizada de forma directa ou indirecta.

Assim, “A observação directa é aquela em que o próprio investigador procede directamente à recolha das informações (...)” (*Idem*: 2008; 164). Na observação indirecta “(...) o investigador dirige-se ao sujeito para obter a informação procurada (...)” (*Idem*: 2008; 164), através de técnicas (exemplo: inquérito ou entrevista) e instrumentos de observação (exemplo: questionário ou guião de entrevista).

A presente investigação assentou na observação indirecta, determinando-se as técnicas e instrumentos com base nos “(...) objectivos da investigação, (...) modelo de análise e (...) características do campo de análise. (...)” (*Idem*: 2008; 186).

Assim, os objectivos gerais e específicos que nortearam a pesquisa espelham a resposta à questão *observar o quê?*. Por outro lado, o modelo de análise definido e as características do objecto de estudo facultaram a definição dos diversos agentes-chave do sistema turístico a inquirir, refutando a pergunta *observar quem?*. Concretamente:

- Sector público nacional, regional e local;
- Empresários do sector turístico;
- E Visitantes.

Após a delimitação da população a auscultar, é necessário definir *observar como?*, ou seja, apurar quais os instrumentos de observação mais apropriados e como recolher os dados. Salienta-se que a apropriada estruturação dos instrumentos de observação permite “(...) que a investigação (...) [alcance] a necessária correspondência entre a teoria e os factos.” (VILELA: 2009; 265).

Deste modo, a recolha dos dados primários, ou seja, “(...) aqueles que o investigador obtém directamente da realidade, recolhendo-os com os seus próprios instrumentos. (...)” (VILELA: 2009; 266), executou-se através da técnica de inquérito por questionário, suportada pelo instrumento questionário.

Em síntese, apresentamos os “casos”⁷ indagados e o correspondente instrumento aplicado:

QUADRO 4 | “CASOS” INDAGADOS *VERSUS* INSTRUMENTOS DE OBSERVAÇÃO

“CASOS” INDAGADOS	INSTRUMENTO DE OBSERVAÇÃO
Agentes Turísticos (organismos institucionais: poder central, regional e local; empresários do sector)	Questionário
Visitantes (turistas e excursionistas)	Questionário

FONTE: Produção própria

Seguidamente, procedemos à exposição pormenorizada da metodologia que guiou a elaboração e recolha dos instrumentos de observação aplicados na presente investigação.

4.2.1 | Inquéritos por questionário

O inquérito pretende “(...) requerer informação a um grupo socialmente significativo de pessoas acerca dos problemas em estudo, para logo, mediante uma análise do tipo quantitativo ou qualitativo, retirar as conclusões que correspondem aos dados recolhidos. (...)” (VILELAS: 2009; 133).

Os instrumentos de observação foram previamente testados, de forma a:

(...) assegurarmos de que as perguntas serão bem compreendidas e as respostas corresponderão, de facto, às informações procuradas (...). Esta operação consiste em apresentá-las a um pequeno número de pessoas pertencentes às diferentes categorias de indivíduos que compõem a amostra. (...) (QUIVY e CAMPENHOUDT: 2008; 182).

Neste sentido, realizou-se um pré-teste ao modelo dos dois questionários aplicados que permitiu testar, por um lado, a objectividade e clareza das questões colocadas, e por outro, analisar se as respostas obtidas espelhavam todas as necessidades essenciais à pesquisa em curso.

⁷ Em Ciências Sociais designam-se de “casos” as entidades sociais que fornecem informações numa investigação empírica, podendo estas ser pessoas, empresas, concelhos, entre outras (HILL e HILL: 2005).

4.2.1.1 | Inquérito aos Visitantes

A elaboração do questionário aos Visitantes da região em estudo teve como principal objectivo identificar o perfil social e demográfico dos mesmos, conhecer as características relacionadas com a viagem, auferir a existência de boas práticas de sustentabilidade nas unidades de alojamento turístico (quando aplicável) e medir a satisfação da experiência turística.

O questionário foi aplicado nos postos de informação turística dos seis concelhos integrantes do destino Alqueva⁸, por administração directa, ou seja, “(...) quando é o próprio inquirido que o preenche. (...)” (QUIVY e CAMPENHOUDT: 2008; 188); e em três idiomas: português, inglês e espanhol. Foi testado no posto de turismo da vila de Portel entre os dias 27 de Março e 4 de Abril de 2010.

O estudo piloto demonstrou clareza na perceptibilidade das perguntas e das respostas fornecidas e, relativamente aos resultados obtidos, os mesmos revelaram-se adequados face aos dados pretendidos.

No entanto, foi identificado um constrangimento ao nível da aptidão dos visitantes responderem às questões colocadas sobre as boas práticas de sustentabilidade nas unidades de alojamento turístico e à satisfação da visita, uma vez que, na sua maioria, se encontravam a iniciar a mesma à região.

De forma a ultrapassar este entrave, foram disponibilizados nos postos de informação turística, envelopes selados e endereçados, a entregar aos visitantes em situação de início de visita à região, para que no final da mesma pudessem enviar o questionário devidamente preenchido.

A posteriori, o modelo final do questionário aos Visitantes e a sua efectiva aplicação decorreu, entre os dias 8 de Abril e 16 de Novembro de 2010, em simultâneo, nos postos de turismo dos concelhos que constituem o destino Alqueva, como referido.

Obteve-se uma amostra de 370 respostas, a qual representa 1,33% dos utentes registados nos referidos Postos de Turismo durante o ano de 2009⁹. A dimensão da amostra mais que duplica a dimensão mínima aconselhada por autores como Oliveira (2006), apresentando igualmente uma estrutura que assegura a devida representatividade em relação à população em causa.

⁸ Concelhos de Alandroal, Barrancos, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz.

⁹ Consultar Apêndice I, página 155 – Nº de utentes dos postos de informação turística do destino Alqueva – 2009.

Com efeito, a amostra trabalhada foi estratificada tendo por base o peso real dos utentes nacionais e estrangeiros, conforme mostra o Quadro 5, sendo que esta ponderação foi igualmente respeitada ao nível dos seis concelhos em apreço.

QUADRO 5 | UTENTES DOS POSTOS DE TURISMO DO DESTINO ALQUEVA

	UNIVERSO		AMOSTRA	
	Total	%	Total	%
Nacionais	20198	72,5	269	72,7
Estrangeiros	7646	27,5	101	27,3
Total	27844	100,0	370	100,0

FONTE: Produção própria

A amostra obtida (370 respostas) revelou-se então representativa do universo para um intervalo de confiança de 97%, possuindo uma margem de erro máxima de 3%. O erro máximo estimado foi calculado a partir da fórmula seguinte (OMT: 2001b):

$$\varepsilon = Z \cdot (\sigma / \sqrt{n})$$

onde **Z** representa o valor da tabela da distribuição normal, o qual acumula à sua direita uma probabilidade $\sigma/2$; σ identifica o desvio-padrão da população; e, finalmente, **n** traduz o tamanho da amostra recolhida.

No que respeita à estrutura do questionário, este foi organizado em quatro blocos, sendo que o primeiro diz respeito às variáveis sócio-demográficas dos inquiridos, o segundo às variáveis de motivação e caracterização da visita, o terceiro bloco remete para as variáveis de (algumas) boas práticas de sustentabilidade nas unidades de alojamento turístico e por último, incluíram-se as variáveis de satisfação da visita e de expectativa de desenvolvimento do destino em estudo.¹⁰

Seguidamente apresentamos por bloco os objectivos de cada questão, a tipologia de variável, o tipo de pergunta e o tipo de escala utilizada (HILL e HILL: 2005).

i) Bloco I – Variáveis sócio-demográficas

De forma a aferir as características sociológicas e demográficas da procura, foram tidas em conta as orientações da OMT (2001b), o que conduziu à selecção de variáveis que se reproduzem no quadro seguinte.

¹⁰ Consultar Apêndice II, página 156 - Questionário aos Visitantes

QUADRO 6 | INQUÉRITO AOS VISITANTES – CARACTERIZAÇÃO BLOCO I: VARIÁVEIS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS

Nº DA PERGUNTA	OBJECTIVO	TIPO DE VARIÁVEL	TIPO DE PERGUNTA	TIPO DE ESCALA
1	Género	Qualitativa	Resposta fechada e múltipla	Nominal
2	Escalão etário	Quantitativa	Resposta fechada e múltipla	Ordinal
3	Nacionalidade	Qualitativa	Resposta aberta	Nominal
4	País de Residência	Qualitativa	Resposta aberta	Nominal
5	Residentes em Portugal, por NUT II	Qualitativa	Resposta fechada e múltipla	Nominal
6	Estado civil	Qualitativa	Resposta fechada e múltipla	Nominal
7	Nível de escolaridade	Qualitativa	Resposta fechada e múltipla (excepto na alternativa residual)	Nominal
8	Situação profissional	Qualitativa	Resposta fechada e múltipla (excepto na alternativa residual)	Nominal
9	Nível de rendimento mensal líquido	Quantitativa	Resposta fechada e múltipla	Ordinal

FONTE: Produção própria

ii) Bloco II – Variáveis de motivação e caracterização da visita

Considerou-se essencial o conhecimento dos factores que definem a viagem realizada, pelo que, em conformidade pelo preconizado pela OMT (2001b), seleccionaram-se as variáveis relevantes que permitiram caracterizar a motivação, a dimensão do grupo, o conhecimento do destino, o meio de transporte utilizado, a duração da estada e o tipo de alojamento seleccionado.

QUADRO 7 | INQUÉRITO AOS VISITANTES – CARACTERIZAÇÃO BLOCO II: VARIÁVEIS DE MOTIVAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA VISITA

Nº DA PERGUNTA	OBJECTIVO	TIPO DE VARIÁVEL	TIPO DE PERGUNTA	TIPO DE ESCALA
10	Motivo principal da visita	Qualitativa	Resposta fechada e múltipla (excepto na alternativa residual)	Nominal
11	Nº de pessoas que acompanharam a visita	Quantitativa	Resposta aberta	Ordinal
12	a) Primeira vez que visita a região	Qualitativa	Resposta Fechada	Nominal
	b) Quantas vezes visitou a região?	Quantitativa	Resposta Aberta	Ordinal
13	Fonte de conhecimento da região	Qualitativa	Resposta fechada e múltipla (excepto na alternativa residual)	Nominal
14	Outros destinos considerados	Qualitativa	Resposta fechada e múltipla (excepto na alternativa residual)	Nominal
15	Meio de transporte utilizado	Qualitativa	Resposta fechada e múltipla (excepto na alternativa residual)	Nominal
16	Duração da estada – Nº de noites	Quantitativa	Resposta aberta	Ordinal
17	Tipo de alojamento utilizado	Qualitativa	Resposta fechada e múltipla (excepto na alternativa residual)	Nominal

FONTE: Produção própria

iii) Bloco III – Variáveis de boas práticas de sustentabilidade nos empreendimentos turísticos

Tal como acentua a CE (CCE: 2007b; 5), “(...) Para assegurar a sua competitividade, viabilidade e prosperidade a longo prazo, as empresas deverão, mais do que nunca, integrar plenamente a questão da sustentabilidade nas suas decisões e nas práticas e ferramentas de gestão. (...)”. Neste sentido, incluiu-se uma questão destinada a avaliar o entendimento que os turistas fizeram sobre algumas práticas de sustentabilidade nos empreendimentos turísticos.

QUADRO 8 | INQUÉRITO AOS VISITANTES – CARACTERIZAÇÃO BLOCO III: VARIÁVEIS DE BOAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE NOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS

Nº DA PERGUNTA	OBJECTIVO	TIPO DE VARIÁVEL	TIPO DE PERGUNTA	TIPO DE ESCALA
18	Boas práticas de sustentabilidade nos empreendimentos turísticos	Qualitativa	Resposta fechada e múltipla	Nominal

FONTE: Produção própria

iv) **Bloco IV – Variáveis de satisfação da visita e expectativas de desenvolvimento turístico da região do Alqueva**

Na visão sistémica que se pretende ter sobre o destino em questão, considerou-se que seria igualmente interessante possuir um *feedback* sobre os níveis de satisfação que os visitantes tiveram (ou não), bem como sobre as suas expectativas em termos do desenvolvimento turístico da região em apreço. Neste sentido, o Quadro 9 contempla seis variáveis que pretendem retratar os principais aspectos relacionados com o desiderato atrás mencionado.

QUADRO 9 | INQUÉRITO AOS VISITANTES – CARACTERIZAÇÃO BLOCO IV: VARIÁVEIS DE SATISFAÇÃO DA VISITA E EXPECTATIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO ALQUEVA

Nº DA PERGUNTA	OBJECTIVO	TIPO DE VARIÁVEL	TIPO DE PERGUNTA	TIPO DE ESCALA
19	Satisfação global da visita	Quantitativa	Resposta fechada e múltipla	Ordinal (<i>Likert</i>) ¹¹
20	Intenção de regresso	Qualitativa	Resposta fechada e múltipla (excepto alternativa residual)	Nominal
21	Intenção de recomendação do destino	Qualitativa	Resposta fechada e múltipla	Nominal
22	Expectativas de desenvolvimento turístico da região	Qualitativa	Resposta fechada e múltipla	Nominal
23	Grau de satisfação atribuído a um conjunto de atributos da região	Quantitativa	Resposta fechada e múltipla	Ordinal (<i>Likert</i>)
24	Principais problemas a resolver na região	Qualitativa	Resposta fechada e múltipla	Nominal

FONTE: Produção própria

4.2.1.2 | Inquérito aos Agentes Turísticos

O objectivo central da execução do instrumento da investigação empírica “Questionário aos Agentes Turísticos” prendeu-se com o estudo das perspectivas e expectativas de desenvolvimento turístico do destino Alqueva. Para tal, considerou-se um painel de inquiridos representativos das autarquias, das estruturas centrais e regionais de turismo do Alentejo e das empresas que operam na região.

Face à inexistência de uma base de dados que permita conhecer o universo de operadores instalados na região, optou-se por uma abordagem às entidades públicas com intervenção na região ao nível do plano turístico, bem como junto das empresas privadas da área do alojamento

¹¹ A escala de *Likert* consiste em “(...) Metade das afirmações devem ter a natureza positiva, e a outra metade, natureza negativa. (...)” (HILL e HILL: 2005; 138).

e da animação turística, tendo como referência neste último domínio, os dados existentes nas seis Câmaras Municipais.

A amostra-alvo do presente inquérito englobou então 36 entidades, abrangendo as organizações públicas nacionais, regionais e locais com influência na área do Alqueva (11 entidades) e os operadores privados da área do alojamento turístico e da animação com actividade nos municípios da região (25).

QUADRO 10 | INQUÉRITO AOS AGENTES TURÍSTICOS

	Amostra-alvo		Amostra	
	N.º	%	N.º	%
Institucionais	11	30,6	5	31,2
Operadores privados (alojamento e animação)	25	69,4	11	68,8
	36	100,0	16	100,0

FONTE: Produção própria

Conforme se pode verificar, a amostra recolhida, também apelidada de *reduzida*, conforme Hill e Hill (2005), contou com 16 respostas, as quais garantiram uma representatividade de 44,4% das entidades abrangidas na amostra-alvo.

Como a amostra-alvo foi construída através de um método por quotas, indexado às entidades cobertas em cada grupo, tornou-se viável analisar a representatividade obtida em cada estrato e recolher as ilações correspondentes. Deste modo, numa primeira etapa fez-se um esforço de insistência junto dos inquiridos não respondentes, a que se seguiu uma apreciação das características destes últimos, de forma a constatar se a falta de informação destes casos introduziu um enviesamento na amostra. Perante as distribuições aproximadas das entidades representadas, respectivamente, na amostra-alvo e na amostra recolhida, concluiu-se que esta última podia ser tratada como sendo uma amostra por quotas.

A amostra obtida (16 respostas) revelou-se então representativa do universo para um intervalo de confiança de 95%, possuindo uma margem de erro máxima de 5%. O erro máximo estimado foi calculado a partir da fórmula seguinte (OMT: 2001b):

$$\epsilon = Z \cdot (\sigma / \sqrt{n})$$

onde **Z** representa o valor da tabela da distribuição normal, o qual acumula à sua direita uma probabilidade $\sigma/2$; σ identifica o desvio-padrão da população; e, finalmente, **n** traduz o tamanho da amostra recolhida.

O modelo do questionário foi previamente testado junto de duas entidades institucionais e duas empresas do sector turístico, não tendo revelado lacunas quanto à clareza das questões efectuadas, nem em relação aos dados obtidos através das respostas, que revelaram ir ao encontro dos objectivos estipulados.

O instrumento de observação foi aplicado por administração directa aos agentes turísticos, apresentando-se em Apêndice a respectiva listagem¹².

No que diz respeito ao conteúdo do questionário, este foi estruturado em dois blocos, no primeiro incluíram-se elementos identificativos do inquirido e, no segundo, variáveis sobre a opinião relativamente ao planeamento e ao desenvolvimento turístico futuro do destino Alqueva.¹³

No entanto, o primeiro bloco não foi alvo de análise de dados, uma vez que teve unicamente como propósito a identificação do nome do inquirido e respectivo cargo.

Desta forma, em seguida, apenas se apresentam os objectivos, tipologia de variável, tipo de questão e tipo de escala empregues, referentes ao segundo bloco (HILL e HILL: 2005).

QUADRO 11 | INQUÉRITO AOS AGENTES TURÍSTICOS – CARACTERIZAÇÃO BLOCO II: VARIÁVEIS SOBRE A OPINIÃO SOBRE O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO FUTURO DO DESTINO ALQUEVA

Nº DA PERGUNTA	OBJECTIVO	TIPO DE VARIÁVEL	TIPO DE PERGUNTA	TIPO DE ESCALA
1	Principais problemas a resolver na região	Qualitativa	Resposta fechada e múltipla	Nominal
2	Interlocutores que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável da região	Qualitativa	Resposta aberta	Ordinal
3	Principais desafios que se levantam à implementação de uma gestão estratégica integrada do destino turístico Alqueva	Qualitativa	Resposta aberta	Ordinal
4	Forças e fraquezas ao nível da oferta turística instalada	Qualitativa	Resposta aberta	Ordinal
5	Principais oportunidades e ameaças para o destino	Qualitativa	Resposta aberta	Ordinal
6	Principais benefícios económicos, sociais e patrimoniais expectáveis para o desenvolvimento turístico futuro do destino Alqueva	Qualitativa	Resposta aberta	Ordinal

FONTE: Produção própria

¹² Consultar Apêndice III, página 160 – Listagem nominativa dos Agentes Turísticos inquiridos

¹³ Consultar Apêndice IV, página 161 – Questionário aos Agentes Turísticos

V | CASO PRÁTICO EM PORTUGAL: ALQUEVA**5.1 | Caracterização Geral da Região Alentejo**

Neste subcapítulo apresentamos uma caracterização genérica da região onde se localiza o objecto de estudo: a NUT (Nomenclatura de Unidade Territorial para Fins Estatísticos) Alentejo, de nível II, em conformidade com o DL n° 244 / 2002, de 5 de Novembro.

A título de contextualização regional, evidenciamos os indicadores territoriais, sociais, económicos e turísticos, de forma a identificar as dinâmicas regionais em comparação com as nacionais, permitindo reconhecer potenciais sinergias.

i) Enquadramento territorial e acessibilidades regionais

A região Alentejo, a maior NUT II de Portugal, localiza-se a sul do território nacional continental, abrange os distritos de Beja, Évora e Portalegre e compreende as seguintes NUT de nível III: Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo, totalizando uma área de aproximadamente 31.600 Km², o que corresponde a cerca de 34% do território nacional (CCDRA: 2007; INE: 2010a; MAOT: 2010).

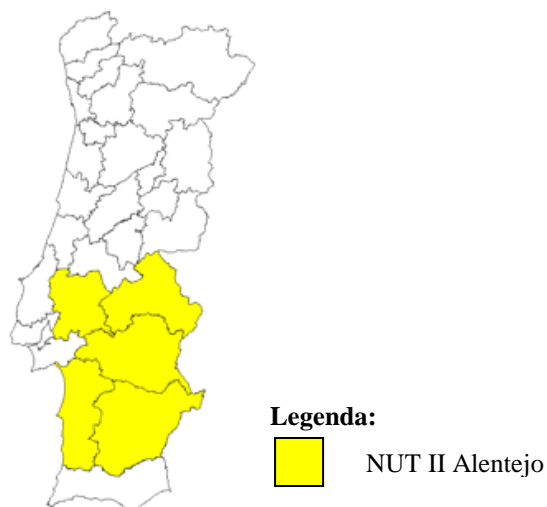
Das cinco sub-regiões, o Baixo Alentejo é a de maiores dimensões, com um total de 8.542 Km² (CCDRA: 2007; INE: 2010a; MAOT: 2010).

Importa clarificar que, em 2002, o DL n° 244 / 2002 de 5 de Setembro alterou a constituição territorial da NUT II Alentejo, absorvendo esta a NUT III Lezíria do Tejo, até então pertencente à NUT II Lisboa e Vale do Tejo.

Esta nova configuração territorial do Alentejo originou num aumento territorial de 15,7%, equivalente a mais 4.275,1 Km² e novas dinâmicas sociais e económicas, que se traduzem em efeitos positivos globais para a região (CCDRA: 2007).

Geograficamente, o Alentejo encontra-se delimitado a norte pela região Centro, a sul pelo Algarve, a oeste por Lisboa e pelo oceano Atlântico e a este por Espanha, como ilustra a Figura 7.

FIGURA 7 | LOCALIZAÇÃO TERRITORIAL DA NUT II ALENTEJO



FONTE: Adaptado de CCDRA: 2007

No que concerne ao sistema de acessibilidades e de conectividade internacional e em consonância com o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo)¹⁴, este último é constituído pela interligação de três subsistemas:

- a) Subsistema de infra-estruturas terrestres, estabelecendo os principais corredores e eixos de acessibilidades terrestres e integrando as componentes rodoviárias e ferroviárias;
- b) Subsistema de infra-estruturas aeroportuárias;
- c) Subsistema de infra-estruturas portuárias. (RCM nº 53 / 2010; 3003).

O subsistema de infra-estruturas terrestres é formado pelas infra-estruturas de âmbito nacional / europeu e pelas de nível regional / sub-regional. No Quadro 12 discriminam-se os principais corredores e eixos de acessibilidades que compõem o referido subsistema a estes dois níveis.

QUADRO 12 | SUBSISTEMA DE INFRA-ESTRUTURAS TERRESTRES DE NÍVEL NACIONAL / EUROPEU E DE NÍVEL REGIONAL / SUB-REGIONAL

INFRA-ESTRUTURAS DE NÍVEL NACIONAL / EUROPEU	INFRA-ESTRUTURAS DE NÍVEL REGIONAL / SUB-REGIONAL
<ul style="list-style-type: none"> • Corredor norte: Abrantes – Ponte de Sor – Portalegre; • Corredor central: Lisboa - Évora – Madrid; • Corredor sul: Sines – Beja – Andaluzia; • Corredor litoral: Lisboa – Grândola – Algarve; • E corredores interiores: Castelo Branco – Portalegre – Évora – Beja – Algarve e Sines – Évora – Badajoz. 	<ul style="list-style-type: none"> • Subsistema territorial do Alentejo Litoral; • Subsistema territorial a norte do Corredor Central; • Subsistema territorial transfronteiriço do Alentejo Central e Baixo Alentejo; • Subsistema territorial do Baixo Alentejo.

FONTE: Produção própria a partir de RCM nº 53 / 2010 de 2 de Agosto

¹⁴ Ratificado pela RCM nº 53 / 2010 de 2 de Agosto.

No que se refere às acessibilidades terrestres rodoviárias e ferroviárias, apresenta-se no Quadro 13 as principais infra-estruturas de conectividade ao nível nacional / europeu e regional.

QUADRO 13 | INFRA-ESTRUTURAS TERRESTRES: RODOVIÁRIAS E FERROVIÁRIAS

RODOVIÁRIA	<p>Nível nacional / europeu:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Eixo norte: Abrantes – Ponte de Sôr – Portalegre (IC 13 / IC 19) • Eixo central: Lisboa – Vendas – Évora – Elvas – Badajoz (IP 7 / A6) • Eixo sul: Sines – Beja – Vila Verde de Ficalho (IP8) • Eixos longitudinais: Castelo Branco – Portalegre – Évora – Beja – Ourique – Algarve (IP2); Sines – Évora – Elvas – Badajoz (IC33); e Lisboa – Grândola – Ourique – Algarve (IP1), que estabelece ligação através do IC11 / A13 à Lezíria do Tejo.
FERROVIÁRIA	<p>Nível nacional / europeu:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sines – Évora – Elvas / Caia; • Troço da Linha do Alentejo: Pinhal Novo e Casa Branca. <p>Nível regional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Troço da Linha do Alentejo: Casa Branca - Beja – Funcheira;

FONTE: Produção própria a partir de RCM nº 53 / 2010 de 2 de Agosto

Quanto aos transportes públicos rodoviários colectivos, os mesmos “(...) evidenciam deficiências (baixa frequência ou inexistência de serviço), dificultando o acesso universal aos serviços colectivos / sociais (como garantia de coesão social e territorial).” (CCDRA: 2007; 45).

Os acessos ferroviários demonstram também “(...) uma debilidade estrutural, visto não ligarem de forma satisfatória os principais centros urbanos da região; o serviço rodoviário tem sido pautado pelo abandono progressivo da maioria das linhas e serviços.” (CCDRA: 2007; 45).

Relativamente ao Subsistema de infra-estruturas aeroportuárias, assume especial destaque o Aeroporto de Beja “(...) vocacionado para a captação de fluxos turísticos essencialmente relacionados com o Alqueva, com o litoral alentejano, constituindo ainda uma plataforma de conectividade com influência sobre o território espanhol.” (RCM nº 53 / 2010; 3005).

No capítulo do Subsistema das infra-estruturas portuárias, o Porto de Sines “(...) continuará a ser uma aposta estratégica de importância nacional com relevância ibérica, sendo essencial promover o reforço da acessibilidade rodoferroviária a Espanha. A articulação com o aeroporto de Beja é igualmente uma vertente de potencial valorização mútua.” (RCM nº 53 / 2010; 3005).

Salientamos ainda, que a região Alentejo se encontra incluída em quatro projectos prioritários a nível europeu, “(...) sendo previsível que desempenhem um relevante contributo na melhoria da

competitividade da economia regional e induzam a captação de investimentos em sectores estratégicos.” (CCDRA: 2007; 15), nomeadamente:

- Eixo ferroviário de alta velocidade do sudoeste da Europa;
- Rede ferroviária Sines / Algeciras – Madrid – Paris;
- Eixo multimodal Portugal / Espanha – resto da Europa;
- E Auto-estradas do Mar (*Idem*: 2007).

Face aos aspectos atrás evidenciados, pode-se concluir que, no plano das acessibilidades, o Alentejo não possui condicionantes significativas para o desenvolvimento do Turismo, embora existam elementos que carecem da adequada potenciação, nomeadamente nos planos ferroviários e aéreos, bem como ao nível dos transportes públicos rodoviários colectivos.

ii) Dinâmicas sociais

Em 2009, a região Alentejo detinha 753 407 milhares de habitantes e uma densidade populacional de 23,9 habitantes por Km², revelando-se a região com a taxa de densidade populacional mais baixa, perante a média nacional de 115 habitantes por Km² (MAOT: 2010):

Esta situação decorre de um ordenamento territorial proveniente de especificidades históricas como a agricultura extensiva, pouco propícia à dispersão populacional e, num passado mais recente, de um despovoamento derivado do êxodo rural que assumiu particular destaque no Alentejo (MAOT: 2010; 1).

Segundo os últimos dados relativos ao crescimento populacional, em 2009 o Alentejo e a região Centro foram as únicas NUT II a registarem um decréscimo (INE: 2010b). No contexto intra-regional, das cinco sub-regiões, a Lezíria do Tejo é a única que apresenta resultados positivos (MAOT: 2010).

QUADRO 14 | POPULAÇÃO RESIDENTE REGIÃO ALENTEJO POR NUT III – 2009

NUT III	Nº POPULAÇÃO RESIDENTE 2009
ALENTEJO LITORAL	94 904
ALTO ALENTEJO	115 421
ALENTEJO CENTRAL	168 116
BAIXO ALENTEJO	125 066
LEZÍRIA DO TEJO	249 900
TOTAL ALENTEJO	753 407

FONTE: Produção própria a partir de MAOT: 2010 e INE: 2010a

Conjectura-se que a longo prazo a diminuição populacional irá persistir no Alentejo, só podendo ser impedida “(...) com um considerável aumento dos fluxos migratórios.” (*Idem*: 2010; 1).

Os principais centros urbanos têm registado um aumento demográfico em prejuízo dos núcleos populacionais de menor dimensão: “(...) as cidades da região assumiram-se (...) como os pilares da organização territorial. Com efeito, o desempenho das principais cidades (Évora, Santarém, Beja e Portalegre) é manifestamente superior ao restante território.” (CCDRA: 2007; 13).

Com efeito, a maioria dos concelhos regista uma densidade populacional inferior a 50 habitantes por km² (INE: 2010b).

Todos estes indicadores estão intimamente relacionados com o elevado índice de envelhecimento da região perante a média nacional (2009), 173,2 face a 117,6 respectivamente (INE: 2010a). Nas cinco sub-regiões, o Litoral Alentejano (191,2) e o Alto Alentejo (208,1) apresentam o índice mais acentuado de envelhecimento (*Idem*: 2010a).

Os dados demográficos anteriormente apresentados evidenciam uma tendência clara no sentido da diminuição populacional no Alentejo e do seu envelhecimento, acompanhada de uma propensão para a desertificação dos lugares de menor dimensão.

iii) Dinâmicas económicas

A NUT II Alentejo (2007) representa apenas 6,7% da percentagem total do PIB nacional, correspondendo a 14,8 milhares de euros *per capita*, valor este abaixo da média nacional, a qual se situa nos 15,9 milhares de euros (INE: 2010a).

No que respeita à taxa de emprego (2009), o Alentejo apresenta também valores inferiores à média nacional, 50,2% face a 56,0%, respectivamente. A maior percentagem de emprego por grupo etário situa-se entre os 34 - 44 anos com 80,9% e a menor entre os 15 - 24 anos, com 29,3%, sendo superior a representatividade da população masculina em ambos os indicadores (INE: 2010a).

No domínio da população activa, e de acordo com o grau de instrução, em 2009, a percentagem mais alta detém o 1º ciclo de ensino básico: 91 mil pessoas num universo total (NUT II Alentejo) de 367,6 mil (INE: 2010a).

Por sua vez, relativamente ao desemprego, em 2009, o Alentejo apresenta uma taxa de 10,5%, ultrapassando a média nacional de 9,5%, sendo esta excedida também pelas NUT II Norte com 11,0%, Algarve com 10,3% e Lisboa com 9,8% (INE: 2010a; INE: 2010b).

Quanto à dinâmica empresarial, o Alentejo revela uma densidade muito abaixo da média nacional: 2,1 empresas por km² face a 11,9 (INE: 2010a).

Numa análise intra-regional, a Lezíria do Tejo é a sub-região que manifesta uma maior densidade empresarial, como comprova o Quadro 15, apresentando 5,1 empresas por km² (INE: 2010a).

**QUADRO 15 | TOTAL N° EMPRESAS, N° PESSOAL AO SERVIÇO E VOLUME DE NEGÓCIOS DA REGIÃO
ALENTEJO POR NUT III – 2008**

	TOTAL N° EMPRESAS 2008	TOTAL N° PESSOAL AO SERVIÇO 2008	VOLUME DE NEGÓCIOS 2008 (MILHÕES DE EUROS)
ALENTEJO LITORAL	8 975	22 651	2 315 925
ALTO ALENTEJO	9 544	25 006	1 688 527
ALENTEJO CENTRAL	16 398	41 013	2 499 862
BAIXO ALENTEJO	10 727	25 377	1 671 321
LEZÍRIA DO TEJO	21 858	66 139	6 155 254
TOTAL NUT II ALENTEJO	67 502	180 186	14 330 889

FONTE: Produção própria a partir de INE: 2010a

A estrutura das empresas no Alentejo caracteriza-se pela sua pequena dimensão: 96,6% detêm menos de 10 trabalhadores (INE: 2010a). No âmbito das cinco sub-regiões, “(...) a NUT III Lezíria do Tejo é a que mais se aproxima dos parâmetros médios nacionais. Por outro lado, o Baixo Alentejo é a sub-região onde as unidades de menor dimensão têm uma importância mais acentuada.” (CCDRA: 2007; 25).

De acordo com a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3), aprovada pelo DL n° 381 / 2007, de 14 de Novembro, particularmente quanto à Sessão I *Alojamento, restauração e similares*, a Lezíria do Tejo pronuncia-se uma vez mais com a melhor representação no seio da região Alentejo (ver Quadro 16).

QUADRO 16 | TOTAL N° EMPRESAS, N° PESSOAL AO SERVIÇO E VOLUME DE NEGÓCIOS DA REGIÃO ALENTEJO POR NUT III (2008), SESSÃO I ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES, SEGUNDO CAE-REV.3

	TOTAL N° EMPRESAS 2008	TOTAL N° PESSOAL AO SERVIÇO 2008	VOLUME DE NEGÓCIOS 2008 (MILHÕES DE EUROS)
ALENTEJO LITORAL	1 200	2 754	95 584
ALTO ALENTEJO	1 204	2 570	79 899
ALENTEJO CENTRAL	1 722	3 748	119 604
BAIXO ALENTEJO	1 392	2 325	63 021
LEZÍRIA DO TEJO	1 807	4 018	135 192
TOTAL NUT II ALENTEJO	7 325	15 415	493 301

FONTE: Produção própria a partir de INE: 2010a

Nas contas regionais, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) do Alentejo, em 2007, representava 9752 milhões de euros mediante os 145698 milhões de euros de todo o país, situando-se em quarto lugar entre as sete NUT II. De referir que a Lezíria do Tejo ocupa a primeira posição a nível regional, contribuindo com 3409 milhões de euros (INE: 2010a).

No que respeita ao VAB total por actividade económica¹⁵, em 2007, as três com maior peso na região Alentejo, por ordem decrescente, são as seguintes:

- 1 – Indústrias extractivas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de electricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento; gestão de resíduos e despoluição (24,6%);
- 2 – Comércio por grosso e retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; actividades de alojamento e restauração (21,8%);
- 3 - Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; educação; saúde humana e acção social (22,1%) (INE: 2010a).

O Quadro 17 apresenta uma súmula de alguns dos principais indicadores económicos por NUT II, permitindo perceber o peso que a NUT II Alentejo detém num contexto nacional.

¹⁵ Segundo a Nomenclatura de ramos de contas nacionais - Base 2006 (INE: 2010a).

QUADRO 17 | INDICADORES ECONÓMICOS POR NUT II 2007 E 2009

	PIB 2007	PIB PER CAPITA 2007	TOTAL POPULAÇÃO ACTIVA – 2009	POPULAÇÃO EMPREGADA 2009	POPULAÇÃO DESEMPREGADA 2009
Unidade:	%	Milhares de euros	Milhares	Milhares	Milhares
PORTUGAL	100,0	15,9	5 582,7	5 054,1	528,6
NORTE	28,0	12,6	1970,7	1753,70	217,0
CENTRO	18,8	13,3	1347,8	1255,10	92,7
LISBOA	37,0	22,3	1424,8	1285,60	139,3
ALENTEJO	6,7	14,8	367,6	328,9	38,8
ALGARVE	4,5	17,8	223,1	200,00	23,1
AÇORES	2,1	14,6	120,3	112,20	8,1
MADEIRA	3,0	20,5	128,4	118,70	9,7

FONTE: Produção própria a partir de INE: 2010a

Como notas conclusivas, importa reter a fraca densidade empresarial do Alentejo, sendo que, na área do alojamento e restauração, o número de empresas em funcionamento era de 7325 em 2008, empregando 15,4 milhares de pessoas e possuindo um volume de negócios à volta dos 493,3 mil milhões de euros. O contributo do Alentejo para o PIB nacional fixou-se em 6,7% do total em 2007, tendo as actividades de alojamento e de restauração uma importância assinalável em termos de VAB total.

iv) Indicadores da actividade turística

A actividade turística na NUT II Alentejo tem vindo a evidenciar um crescente desempenho (enquanto destino turístico), como iremos demonstrar através da análise de alguns indicadores de medição da avaliação da oferta turística (número de estabelecimentos de alojamento em funcionamento e sua capacidade) e da procura (número de hóspedes e dormidas nas unidades de alojamento, estada média e taxa líquida de ocupação-cama).

Com efeito, “(...) a região possui um mosaico multifacetado de recursos turísticos, com carácter de singularidade e autenticidade, claramente vocacionadas para as novas exigências do mercado turístico internacional.” (CCDRA: 2007; 36).

Pela análise dos indicadores da oferta hoteleira patentes no Quadro 18, comprova-se que o ano de 2009 ficou marcado por uma ligeira quebra dos mesmos em todas as NUT II do país. No entanto, ressalva-se que, relativamente à diminuição do número total de estabelecimentos de alojamento em funcionamento em Portugal, esta encontra-se:

(...) associada às recentes alterações legislativas que regulam o licenciamento dos empreendimentos turísticos e que motivaram algumas reconversões de tipologias que, na actual lei em vigor (DL n.º 39 / 2008, de 7 de Março), estão excluídas dos estabelecimentos hoteleiros. (INE: 2010c; 38).

QUADRO 18 | OFERTA HOTELEIRA POR NUT II 2008 E 2009

NUT II	N.º ESTABELECIMENTOS ¹⁶		CAPACIDADE DE ALOJAMENTO (N.º CAMAS)	
	2008	2009	2008	2009
NORTE	465	450	38 817 (14,2%)	38 827 (14,2%)
CENTRO	423	413	38 148 (13,9%)	38 605 (14,1%)
LISBOA	306	304	51 116 (18,7%)	52 041 (19,0%)
ALENTEJO	154	153	10 008 (3,7%)	10 591 (3,9%)
ALGARVE	417	395	98 724 (35,9%)	95 910 (35,0%)
AÇORES	83	82	8 662 (3,2%)	8 806 (3,2%)
MADEIRA	193	191	28 500 (10,4%)	29 024 (10,6%)
TOTAL PORTUGAL	2 041	1 988	273 975	273 804

FONTE: Produção própria a partir de TP: 2009a, INE: 2009 e INE: 2010c

No âmbito regional, em 2009, as regiões Norte (22,6%), Centro (20,7%) e Algarve (19,8%) lideravam em número de estabelecimentos; já no que diz respeito à capacidade de alojamento, destaca-se a região do Algarve, enquanto a que apresenta maior oferta (35%), seguida de Lisboa (19%) e, em terceiro lugar, mas quase em simultâneo, as regiões Norte e Centro (14,2% e 14,1% respectivamente).

Observando a NUT II Alentejo, em 2009, estavam em funcionamento 153 estabelecimentos de alojamento (7,7%), num universo de 1988, e a capacidade de alojamento era de 10591 camas, representando apenas 3,9% da oferta nacional.

Por outro lado, a capacidade média de alojamento situou-se em 69 camas, muito abaixo da média nacional, com 138 camas (INE: 2010c).

¹⁶ Inclui as tipologias: Estabelecimentos Hoteleiros, Aldeamentos e Apartamentos Turísticos, referentes à revogada legislação dos empreendimentos turísticos, DL n.º 167 / 97, de 4 de Julho.

Em suma, o Alentejo é uma das NUT II com menor oferta tanto em número de unidades como em capacidade de alojamento. No entanto, em 2009, revelou uma tendência positiva ímpar nalguns indicadores da oferta hoteleira em relação às outras regiões:

A evolução da oferta turística [em 2009], caracterizou-se por uma relativa estabilidade a nível regional, não se observando alterações sensíveis no número de quartos e camas. As exceções a esta tendência ocorreram no Alentejo, que apresentou variações homólogas positivas de 3,4% para os quartos e 5,8% para as camas [mais 583 camas] e, de sentido contrário no Algarve, única região a apresentar reduções de 3,4% no número de quartos e de 2,9% no de camas (INE: 2010c; 38).

Considerando os indicadores da procura hoteleira, estes revelaram também, na maioria das NUT II, algumas quebras em 2009, face ao ano homólogo, como se ilustra no Quadro 19.

QUADRO 19 | INDICADORES DA PROCURA HOTELEIRA POR NUT II 2008 E 2009

NUT II	Nº HÓSPEDES (MILHARES)		DORMIDAS (MILHARES)		ESTADA MÉDIA ¹⁷ (Nº DE NOITES)		TAXA LÍQUIDA DE OCUPAÇÃO – CAMA ¹⁸ %	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
NORTE	2 413	2 467	4 251	4 270	1,8	1,7	40,7	40,9
CENTRO	2 104	2 045	3 880	3 748	1,8	1,8	34,3	31,8
LISBOA	3 818	3 635	8 410	7 906	2,2	2,2	53,1	45,8
ALENTEJO	664	655	1 086	1 104	1,6	1,7	37,3	35,2
ALGARVE	2 928	2 739	14 265	12 928	4,9	4,7	44,7	40,0
AÇORES	353	328	1 128	1 005	3,2	3,1	40,7	35,8
MADEIRA	1 176	1 058	6 208	5 497	5,3	5,2	63,0	56,4
TOTAL PORTUGAL	13 456	12 928	39 228	36 457	2,9	2,8	47,3	42,2

FONTE: Produção própria a partir de TP: 2009a, INE: 2009, TP: 2010b e INE: 2010c

Analisando a região Alentejo em 2009, constata-se que sofreu um decréscimo no número de hóspedes (menos 1,3% que em 2008), mas em termos de dormidas a “(...) evolução regional (...) apenas é positiva no Alentejo (+1,7%) e no Norte (+0,5%).” (INE: 2010c; 40).

¹⁷ “Estada média: Relação entre o número de dormidas e o número de hóspedes que deram origem a essas dormidas, no período de referência.” (TP: 2010b; 65).

¹⁸ “Taxa líquida de ocupação – cama: Relação entre o número de dormidas e o número de camas disponíveis no período de referência, considerando como duas as camas de casal.” (TP: 2009a; 63).

O Alentejo registou ainda uma progressão no indicador estada média na hotelaria, com 1,7 noites, ligeiramente superior à de 2008 (1,6 noites): “(...) Pelo segundo ano consecutivo observa-se uma redução generalizada deste indicador, mantendo-se a tendência para estadias mais curtas.” (INE: 2010c; 43), apenas se tendo verificado um aumento na NUT II Alentejo.

A taxa de ocupação - cama (líquida) situa-se nos 35,2%, ocupando regionalmente a 6ª posição.

Relativamente à distribuição das dormidas segundo a origem de residência (2009), observou-se no Alentejo a predominância do mercado interno, com 75,9% das dormidas (838 mil) e 24,1% (266 mil) para o mercado dos residentes no estrangeiro (INE: 2010c e TP: 2010b).

Nas dormidas os principais mercados dos não residentes assentavam em turistas provenientes de países da União Europeia, no seio dos quais lideravam as três primeiras posições (2009), por ordem decrescente: Espanha, França e Alemanha (INE: 2010c).

No que concerne aos Parques de Campismo, conforme indica o Quadro 20, na distribuição regional o Alentejo apresenta-se em terceiro lugar quanto ao número de parques, mas detém a menor capacidade de alojamento no Continente (13,2%). Quanto às dormidas por região, comparativamente a 2008, o único acréscimo registou-se precisamente no Alentejo, com mais 7,3% (INE: 2010c).

QUADRO 20 | OFERTA E INDICADORES DA PROCURA NOS PARQUES DE CAMPISMO POR NUT II 2008 E 2009

NUT II	Nº PARQUES DE CAMPISMO		CAPACIDADE DE ALOJAMENTO ¹⁹		DORMIDAS (MILHARES)	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
NORTE	54	52	34 039	31 009	784	771
CENTRO	86	87	59 744	64 626	1 947	1 867
LISBOA	27	24	36 233	32 163	1 336	1 323
ALENTEJO	29	32	21 113	23 513	916	983
ALGARVE	22	21	32 073	27 173	1 763	1 763
AÇORES	9	7	x	x	x	...
MADEIRA	2	2	...	2 100	x	...
TOTAL PORTUGAL	229	225	183 202	180 584	6 793	6 750

FONTE: Produção própria a partir de INE: 2009, TP: 2009a, INE: 2010c, e TP: 2010b.
x – dado não disponível; ... dado confidencial

¹⁹ “Número máximo de campistas que os parques de campismo podem alojar (...)” (TP: 2009a; 60).

Relativamente às unidades de alojamento do Turismo de Habitação (TH) e do Turismo no Espaço Rural (TER), durante o ano de 2009, encontravam-se em funcionamento 204 estabelecimentos no Alentejo (representando um aumento de 38 estabelecimentos face ao ano anterior). Em relação à capacidade de alojamento, registou-se também um crescimento de 496 camas (conforme Quadro 21).

Numa perspectiva regional, o Alentejo assume-se assim, como a 3ª região com mais oferta nacional nestes dois indicadores da oferta.

QUADRO 21 | OFERTA ESTABELECIMENTOS DO TURISMO DE HABITAÇÃO E DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL POR NUT II 2008 E 2009

NUT II	Nº ESTABELECIMENTOS		CAPACIDADE DE ALOJAMENTO (Nº DE CAMAS)	
	2008	2009	2008	2009
NORTE	459	493	4 841	5 274
CENTRO	232	264	2 656	3 014
LISBOA	27	26	335	320
ALENTEJO	166	204	2 201	2 697
ALGARVE	32	38	377	517
AÇORES	82	112	683	841
MADEIRA	49	56	599	548
TOTAL PORTUGAL	1 047	1 193	11 692	13 211

FONTE: Produção própria a partir de TP: 2009a, TP: 2009c e TP: 2010b

Como se observa no Quadro 22, em 2009 a região Alentejo ocupa a 1ª posição a nível nacional relativamente às dormidas nos empreendimentos de TH e TER, com cerca de 233 mil dormidas, traduzindo-se em mais 108 mil numa análise comparativa quanto a 2008.

A taxa de ocupação - cama desta região revela igualmente uma evolução favorável em 2009 perante o ano homólogo, situando-se em 29,2% (mais 9,5%).

QUADRO 22 | INDICADORES DA PROCURA NOS ESTABELECIMENTOS DO TURISMO DE HABITAÇÃO E DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL POR NUT II 2008 E 2009

NUT II	DORMIDAS (MILHARES)		TAXA DE OCUPAÇÃO – CAMA (LÍQUIDA) %	
	2008	2009	2008	2009
NORTE	159,1	228,2	9,7	12,6
CENTRO	108,1	157,1	9,6	14,4
LISBOA	26,5	16,8	22,0	13,7
ALENTEJO	124,6	232,5	19,7	29,2
ALGARVE	27,6	84,6	21,1	49,8
AÇORES	29,0	39,0	10,3	13,3
MADEIRA	48,5	61,1	23,7	20,2
TOTAL PORTUGAL	523,5	819,3	14,8	18,4

FONTE: Produção própria a partir de TP: 2009c e TP: 2010b

Em síntese pode-se inferir que o Alentejo possui no contexto nacional uma incidência reduzida na hotelaria o que decorre das características do seu território. Contudo, o desempenho turístico regional tem sido interessante, inclusive em períodos de regressão generalizada no país, onde o Alentejo se assumiu como uma excepção plenamente comprovada no período em apreço de 2009, contrariando as tendências decorrentes da crise económico-financeira mundial.

Por outro lado, deve-se reter igualmente a posição de liderança que o Alentejo detém ao nível da procura destinada às unidades do TH e do TER, já que em 2009 ultrapassou o Norte do país.

5.2 | Caracterização Geral dos Concelhos Objecto de Estudo: Alandroal, Barrancos, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz

A presente investigação incidiu nos seis municípios que abrangem a área de intervenção do destino Alqueva: Barrancos e Moura, que pertencem à NUT III Baixo Alentejo, e os concelhos de Alandroal, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz, que se inserem na NUT III Alentejo Central (ver Figura 8).

FIGURA 8 | LOCALIZAÇÃO DOS CONCELHOS INTEGRANTES DO DESTINO ALQUEVA



FONTE: Turismo de Portugal, I.P.²⁰

No Quadro 23 expomos a caracterização geral dos mencionados municípios relativamente à sua dimensão territorial, população residente, densidade populacional, índice de envelhecimento e total de empresas (dados dos anos 2008 e 2009).

QUADRO 23 | INDICADORES TERRITORIAIS E SOCIAIS DOS CONCELHOS INTEGRANTES DO DESTINO ALQUEVA 2008 E 2009

CONCELHOS	ÁREA KM ²	POPULAÇÃO RESIDENTE 2009 (Nº)	DENSIDADE POPULACIONAL KM ² - 2009	ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO - 2009	TOTAL Nº EMPRESAS 2008
ALANDROAL	542,7	5 968	11,0	269,2	469
BARRANCOS	168,4	1 670	9,9	176,6	131
MOURA	958,4	16 022	16,7	140,2	1 142
MOURÃO	278,6	3 395	12,2	142,1	181
PORTEL	601,2	7 084	11,8	201,8	432
REGUENGOS DE MONSARAZ	463,8	11 594	25,0	180,8	1 062
NUT II ALENTEJO	31 603,2	753 407	23,9	173,2	67 502

FONTE: Produção própria a partir de MAOT: 2010 e INE: 2010a

²⁰ Turismo de Portugal, I.P., (site DescubraPortugal) acessado a 14 de Novembro de 2011, disponível em <http://www.descubraportugal.pt/edicoes/tdp/regional.asp?idcat=29>

Em termos globais, os seis concelhos estudados abrangem uma área de aproximadamente 3000 km² e uma população residente de 45 733 pessoas (dados de 2009).

O município com a maior extensão de território e o maior número de população residente é Moura (958,4 Km² e 16 022 pessoas); por sua vez, Barrancos encontra-se em último lugar nestes dois indicadores, sendo o concelho com menor área, 168,4 km² e uma população de 1670 pessoas.

Refira-se ainda que Reguengos de Monsaraz apresenta a maior densidade populacional dos seis concelhos (25 habitantes por km²) e Barrancos a menor (9,9 habitantes por km²).

Quanto ao índice de envelhecimento, Moura manifesta o índice mais baixo (140,2) e o município de Alandroal o mais alto, 269,2.

Moura e Reguengos de Monsaraz demonstram o maior dinamismo empresarial, revelando-se como os concelhos da sub-região com o maior número de empresas e com a maior densidade de empresas por km² (INE: 2010a).

Em síntese, a região em estudo reflecte as principais tendências globais da região Alentejo:

- Diminuição do número de efectivos populacionais;
- Baixo índice de densidade populacional;
- Estrutura etária duplamente envelhecida (menos representatividade de jovens e mais de idosos);
- Despovoamento dos núcleos populacionais de menor dimensão;
- Baixa densidade de empresas;
- E uma estrutura empresarial de reduzida dimensão (mais de 96% das empresas detém menos de 10 pessoas ao serviço).

Quanto ao desempenho do Alqueva enquanto destino turístico, apresenta-se seguidamente uma súmula dos principais indicadores estatísticos de *performance* da actividade turística na região, em 2009:

- Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros: 209 camas;
- Obteve 35 mil dormidas, das quais o mercado nacional foi distintamente maioritário, representando 87% do total das dormidas (aproximadamente 31 mil), face aos 13% de quota do mercado externo (quase 5 mil dormidas);
- Taxa média de ocupação-cama: 38,2 % (TP: 2011).

5.3 | Caracterização da área abrangente do Alqueva

5.3.1 | Alqueva – historial da barragem

O aproveitamento hidráulico da bacia do rio Guadiana e o conseqüente projecto da barragem do Alqueva surge para fazer face ao problema de carência de água que ainda hoje afecta a região do Alentejo.

Datam dos finais do século XIX as primeiras menções “(...) sobre a necessidade de levar a água às terras alentejanas (...)” (SANCHES e PEDRO: 2007; 27). No entanto, o Projecto como Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva (EFMA) somente entra na agenda política durante o regime do Estado Novo à data de 1957, aquando da criação do Plano de Rega do Alentejo (*Idem*: 2007):

A construção do aparecimento de Alqueva constituiu um passo decisivo na solução do problema secular da rega do Alentejo, problema que foi anseio de sucessivas gerações e somente pôde começar a ser resolvido a partir de 1957 (*Idem*: 2007; XV).

Sendo o Guadiana um rio internacional, surgiu a necessidade de celebrar um acordo entre as duas partes envolvidas - Portugal e Espanha -, de forma a regulamentar a utilização do mesmo, abrangendo também outros rios internacionais de interesse comum aos dois países. Assim, em 1968, celebrou-se o Convénio Luso-Espanhol²¹, designado de *Convénio entre Portugal e Espanha para Regular o Uso e o Aproveitamento Hidráulico dos Troços Internacionais dos Rios Minho, Lima, Tejo, Guadiana, Chanca e seus Afluentes* (*Idem*: 2007).

No que diz respeito ao rio Guadiana, o Convénio concedeu a Portugal o aproveitamento hidráulico do mesmo entre as confluências dos rios Caia e Cuncos, apontando já a criação da barragem nas proximidades da localidade de Alqueva, dentro das várias hipóteses estudadas (*Idem*: 2007).

Tendo a sua construção como intuito primário o regadio e a produção de energia eléctrica e “(...) sendo um aproveitamento hidráulico de fins múltiplos de valia eléctrica muito significativa, deveria ser integrado na rede eléctrica primária (...)” (*Idem*: 2007; 94).

Desta forma, em Março de 1973 a concessão da exploração hidroeléctrica do rio Guadiana (troço atribuído a Portugal) foi adjudicada à Companhia Portuguesa de Electricidade, S.A.R.L. (*Idem*: 2007).

²¹ Aprovado para ratificação pelo DL n° 48 661 de 5 de Novembro de 1968.

Em 1975 é aprovado pelo Conselho de Ministros²² a execução do EFMA e a criação de uma comissão de gestão do mesmo, iniciando-se as obras no ano seguinte, sendo interrompidas dois anos mais tarde para que novos estudos fossem realizados, uma vez que os existentes foram considerados insuficientes (*Idem*: 2007).

Os trabalhos de construção da barragem são reiniciados com força de lei em 1980, através de uma nova RCM²³, desta feita, o empreendimento tinha como objectivo único a edificação da barragem para produção de energia eléctrica (*Idem*: 2007). Durante a década de 80, o EFMA amargou numa fase de impasse, pois o projecto sofreu diversos recuos e avanços.

Foram entretanto realizados diversos estudos de impacto ambiental, que reflectem a preocupação generalizada sobre as questões ambientais a partir dos anos setenta (mencionado anteriormente no subcapítulo 2.2):

O facto de grandes empreendimentos hidráulicos afectarem recursos naturais e poderem, por vezes, ter efeitos significativos sobre vastas áreas, veio também determinar a formação de uma consciência ambiental neste domínio específico. E assim, a par de critérios baseados na análise económica tradicional, houve que ter em conta critérios de natureza ambiental. (*Idem*: 2007; 194).

Sobre esta matéria, de entre os documentos produzidos sobre o Alqueva, destacamos o Estudo Integrado de Impacto Ambiental, realizado pela empresa SEIA²⁴ a partir de 1994, tendo “(...) como principais objectivos: a identificação dos impactos associados à realização e a proposta de medidas minimizadoras ou de compreensão dos impactos negativos.” (*Idem*: 2007; 199).

Este estudo designa como grande impacto positivo para a região Alentejo “ (...) a garantia de água, o que tornaria possível o desenvolvimento de um conjunto de actividades que ‘poderão dar uma nova força ao Alentejo’ ”. (*Idem*: 2007; 201).

Em 1993 surge, através de outra decisão de Conselho de Ministros, a retoma das obras e criação da Comissão Instaladora da Empresa do Alqueva²⁵, “(...) com vista à instituição da entidade empresarial gestora do empreendimento, era o lançamento da execução do empreendimento hidráulico de fins múltiplos de Alqueva.” (*Idem*: 2007; 124).

²² Resolução nº DD 1419 de 31 de Dezembro de 1975.

²³ RCM nº 395 / 80 de 21 de Outubro.

²⁴ Sociedade de Engenharia e Inovações Ambientais, S.A.

²⁵ Criada pelo DL nº 305 / 93 de 1 de Setembro.

Em conformidade, em 1995, através do DL nº 32 / 95 de 11 de Fevereiro, é constituída a Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A. (EDIA), enquanto sociedade anónima de capitais públicos:

A Empresa é a entidade gestora do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva [EFMA], que tem como objecto social a concepção, execução, construção e exploração daquele Empreendimento, contribuindo para a promoção do desenvolvimento económico e sócia na respectiva área de intervenção pelo aproveitamento das potencialidades do empreendimento. (DL nº 32 / 95; 887).

Por sua vez, publicado na mesma data, o DL nº 33 / 95 de 11 de Fevereiro, identifica as infra-estruturas afectas ao EFMA e expõe a utilização e concessão destas, designando “(...) algumas medidas preventivas, para disciplinar a utilização do espaço, em particular nos terrenos a submergir pelas futuras albufeiras de Alqueva e Pedrógão.” (SANCHES e PEDRO: 2007; 124).

Actualmente, a EDIA rege-se pelo DL nº 42 / 2007 de 24 de Dezembro²⁶, diploma que surge maioritariamente por adaptação à legislação em vigor em matéria de gestão de recursos hídricos e do sector energético.

Em termos de infra-estruturas, o EFMA reúne a barragem e central hidroeléctrica do Alqueva, a barragem e central hidroeléctrica do Pedrógão, o sistema de adução Alqueva – Álamos, a rede primária e secundária (infra-estruturas de captação, adução e distribuição de água) e outras infra-estruturas acessórias ou complementares (DL nº 42 / 2007).

Apesar da longevidade de todo o processo, de consecutivos avanços e recuos, o ano de 2002 é marcado com a conclusão do corpo central da barragem, encerrando-se as comportas e procedendo-se ao enchimento da albufeira. Em 2010, oito anos depois de fechar as comportas, a albufeira da barragem do Alqueva atingiu a sua cota máxima (EDIA: 2010a).

O espelho de água que se formou, considerado o maior lago artificial da Europa, tem cerca de 250 km², um perímetro de 1160 km e possui aproximadamente 440 ilhas (EDIA: 2010a). Tenha-se igualmente presente que “(...) a Albufeira de Alqueva insere-se na bacia hidrográfica do Rio Guadiana (...) estendendo-se por vários concelhos do Alentejo (Portel, Moura, Mourão, Alandroal e Reguengos de Monsaraz), isto sem ter em conta a barragem complementar de Pedrógão, e ainda por Espanha (Olivença, Cheles, Alconchel e Villanueva del Fresno).” (FERNANDO: 2008; 21).

²⁶ Revoga o DL nº 32 / 95 de 11 de Fevereiro, o DL nº 33 / 95 de 11 de Fevereiro e o DL nº 335 / 2001 de 24 de Dezembro.

Caracterizado em linhas gerais o historial inerente à barragem, importa destacar igualmente a envergadura da obra de engenharia que sustentou a sua construção, ao ponto de se reconhecer que o “(...) Alqueva é certamente um valioso testemunho da cultura técnica portuguesa.” (SANCHES e PEDRO: 2007; XV).

5.3.2 | A intervenção da EDIA

Como se assinalou, a EDIA é responsável pela gestão do EFMA e tem como missão “(...) conceber e potenciar o Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva nas suas diversas vertentes numa perspectiva empresarial, não se limitando à região em que se insere o Empreendimento, mas tendo em vista a consolidação do projecto empresarial no contexto nacional.” (EDIA)²⁷.

O EFMA abrange o território, total ou parcial, de 20 concelhos²⁸ das NUT III Alto e Baixo Alentejo e é reconhecido como de grande interesse a nível nacional, igualado a projecto de potencial interesse nacional (DL n° 42 / 2007).

FIGURA 9 | LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO EFMA



FONTE: EDIA²⁹

²⁷ EDIA, acessado a 15 de Novembro de 2010, disponível em http://www.edia.pt/portal/page?_pageid=53,39628&_dad=portal&_schema=PORTAL

²⁸ Dos quais 19 encontram-se mencionados na Figura 9, acrescentando-se ainda o município de Mértola.

²⁹ EDIA, acessado a 15 de Novembro de 2010, disponível em http://www.edia.pt/portal/page?_pageid=53,39678&_dad=portal&_schema=PORTAL&actualmenu=2189623&p_efma_d=2199768&cboui=2199768

Paralelamente aos objectivos centrais do EFMA (aproveitamento de recursos hídricos e produção de energia), enquanto projecto estruturante para o desenvolvimento da região, potencia o incremento de outras actividades económicas em torno da barragem.

Neste sentido, do objecto social da EDIA, damos destaque à “(...) promoção, desenvolvimento e prossecução de outras actividades económicas cujo aproveitamento contribua para a melhoria das condições de utilização dos recursos afectos ao empreendimento” (DL nº 42 / 2007; 1315).

É nesta perspectiva estratégica, que o Turismo e o Ordenamento do Território surgem entre as parcerias estabelecidas pela EDIA, sendo as suas principais linhas de intervenção a Água, a Agricultura, o Ambiente, a Energia, a Inovação e Tecnologia e o Turismo.

Realçamos que o recurso **Água** é o elemento central em torno do qual são alavancados sectores que incitam o desenvolvimento da Região:

(...) refira-se a sua [Água] múltipla dimensão: abastecimento de água em quantidade e qualidade; ligação à agricultura pela possibilidade de desenvolvimento do regadio e das novas culturas a este associadas; produção de energia hidroeléctrica; promoção da actividade turística e serviços associados; criação de uma nova paisagem e, nesse sentido, uma ligação à componente ambiental da Região.” (CEDRU e QUATERNAIRE Portugal: 2009; 17)

Após o início do enchimento da barragem e com a submersão de uma grande extensão do território, a configuração do mesmo alterou-se, criando transformações de ordem física, ambiental e demográfica, e proporcionando novas dinâmicas económicas, sociais e culturais:

(...) a criação das albufeiras deverá **influenciar positivamente as actividades económicas**. Há assinaláveis **expectativas sobre o desenvolvimento do sector do turismo**, onde a conjugação dos factores território, água e natureza, deverá ser uma fonte poderosa de atracção de visitantes (PARQEXPO: 2003; 1).

Neste contexto e, “(...) com a finalidade de valorizar e promover um novo espaço territorial que se começa a delinear e interiorizar: o espaço Alqueva ou as Terras do Grande Lago - Alqueva”³⁰, constituiu-se a GESTALQUEVA, Sociedade de Aproveitamento das Potencialidades das Albufeiras de Alqueva e Pedrogão, uma sociedade anónima que integra a EDIA e sete municípios que cercam a albufeira: Alandroal, Moura, Mourão, Portel, Reguengos de Monsaraz, Serpa e Vidigueira. Em suma, os seus principais domínios de intervenção são:

- Desenvolvimento das Aldeias Ribeirinhas;
- Articulação do espelho de água com o território;
- Utilização do plano de água;
- Desenvolvimento do núcleo da barragem;
- Informação, divulgação e marketing (SILVA e DIAS: 2005; 126).

³⁰ GESTALQUEVA, acedido a 15 de Novembro de 2010, disponível em <http://www.gestalqueva.pt/apresentacao.aspx>

5.3.3 | Instrumentos de Gestão Territorial relacionados com a área objecto de estudo

O planeamento turístico exige articulação com os instrumentos de ordenamento do território desde o nível nacional, regional ao local, como demonstrado anteriormente.

No quadro seguinte identificamos os instrumentos de gestão territorial com incidência e relevância na área e para o objecto de estudo às diferentes escalas, dos quais se apresenta subsequentemente um resumo.

**QUADRO 24 | INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL COM INCIDÊNCIA NA NUT II ALENTEJO
VERSUS DESTINO ALQUEVA**

ÂMBITO	INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL
Nacional	- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT); - Plano Especial de Ordenamento do Território: <ul style="list-style-type: none"> • Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão (POAAP).
Regional	- Planos Regionais de Ordenamento do Território: <ul style="list-style-type: none"> • Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo); • Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira do Alqueva (PROZEA)³¹.
Municipal	- Planos Municipais de Ordenamento do Território: <ul style="list-style-type: none"> • Plano Urbanização do Mercator (PU) – Mourão; • Plano Pormenor (PP) Herdade das Ferrarias - Mourão; • PP Parque Alqueva – Reguengos de Monsaraz; • PP Herdade do Barrocal - Reguengos de Monsaraz; • PP Intervenção no Espaço Rural do Centro Náutico de Monsaraz - Reguengos de Monsaraz; • PP Herdades de Gago e Xerez - Reguengos de Monsaraz.

FONTE: Produção própria

Nos pontos seguintes, procede-se a uma menção de enquadramento dos instrumentos de gestão territorial de gestão supra identificados.

³¹ Importa advertir que o PROZEA foi revogado pelo PROT Alentejo, no entanto, pela estratégia de desenvolvimento turístico que adoptou e perante o objecto de estudo, mesmo não tendo actualmente força de lei, considerámos fundamental apresentar uma análise deste Plano.

i) Âmbito Nacional

Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território

O PNPOT foi homologado pela Lei nº 58 / 2007 de 4 de Setembro³², constituindo-se como “(...) um instrumento de desenvolvimento territorial que fornece o quadro estratégico, as grandes opções, as directrizes e as orientações fundamentais. É um plano de coordenação entre os sectores e de cooperação para a organização do território europeu.” (VIEIRA: 2007; 181).

Um dos objectivos estratégicos do PNPOT surge no domínio do Turismo, apontando para a promoção de uma estratégia que permita o desenvolvimento sustentado do sector ao nível nacional, regional e local (Lei nº 58 / 2007, Programa de Acção). Neste sentido, o PNPOT enfatiza que:

Portugal deve dispor de uma estratégia de desenvolvimento do sector do Turismo e implementá-la com eficácia. Para além da relevância do sector para o desenvolvimento sócio-económico das regiões, a implementação de uma estratégia de desenvolvimento turístico numa óptica de sustentabilidade constitui também uma via para o necessário ordenamento e reabilitação dos territórios. (*Idem*; 36).

Dentro das opções estratégicas territoriais que o PNPOT aponta para a região Alentejo, sublinhamos:

- Concretizar o Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, de forma a valorizar todos os potenciais da agricultura de regadio, da agro-indústria, do turismo e das energias renováveis;
- Incentivar e acompanhar a protecção e valorização do património natural com a afirmação da fileira de produtos turísticos diferenciados que aproveitem em pleno as especificidades e a qualidade ambiental, paisagística, patrimonial e cultural dos vários espaços do Alentejo;” (Lei nº 58 / 2007, Relatório; 115).

Especificamente para a região do Alqueva, retenha-se a seguinte asserção: “A nova realidade do Empreendimento do Alqueva, que está a transformar uma parcela significativa da paisagem do Alentejo e abre novas oportunidades à agricultura, agro-indústria e ao **desenvolvimento do turismo** [sublinhado nosso];” (Lei nº 58 / 2007, Relatório; 112).

³² Rectificada pelas Declarações nº 80 – A / 2007 de 7 de Setembro e nº 113 – A / 2007 de 2 de Novembro.

Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão

O POAAP foi aprovado em 2002, através da RCM nº 95 / 2002 de 13 de Maio e revisto em 2006³³, pela RCM nº 94 / 2006 de 4 de Agosto.

Nos termos da legislação ao vigor em matéria de instrumentos de gestão territorial (Lei nº 48 / 98 de 11 de Agosto), o POAAP insere-se na tipologia de instrumento de natureza especial.

A sua área de intervenção abrange os planos de água³⁴ e zonas de protecção³⁵ dos seguintes concelhos: Alandroal, Elvas, Évora, Moura, Mourão, Portel, Reguengos de Monsaraz, Serpa, Vidigueira e Vila Viçosa, estabelecendo “(...) um regime de salvaguarda de recursos e de valores naturais na área de intervenção, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território (...)” (DL nº 94 / 2006; 5542).

Neste sentido, o modelo de ordenamento instituído pelo Plano determina para cada uma das suas áreas de intervenção (plano de água e zona de protecção), as respectivas zonas, impondo:

(...) regras que garantem um ordenamento e desenvolvimento sustentável da área de intervenção, procurando compatibilizar a salvaguarda e valorização do meio ambiente e dos recursos presentes, com a manutenção dos usos e actividades existentes e o enquadramento dos novos projectos promotores de desenvolvimento para aquela área. (DL nº 94 / 2006; 5541)

Damos destaque às três áreas estipuladas para a Zona de Protecção, as quais se apresentam e discriminam no Quadro 25.

QUADRO 25 | POAAP - ÁREAS FUNDAMENTAIS DA ZONA DE PROTECÇÃO

ÁREAS DE PROTECÇÃO E VALORIZAÇÃO DE RECURSOS E VALORES ESPECÍFICOS	“(...) integram as áreas de conservação ecológica, as áreas de especial interesse cultural, as áreas de valorização ambiental e paisagísticas as áreas agrícolas e florestais.”
ÁREAS DE UTILIZAÇÃO RECREATIVA E DE LAZER	“(...) integram áreas de suporte às actividades secundárias, com características distintas em função da respectiva aptidão e níveis de utilização.” “(...) correspondem às zonas ribeirinhas com aptidão para a instalação de equipamentos e infra-estruturas de suporte às actividades secundárias, ao recreio, ao lazer e à fruição das albufeiras.”
ÁREAS DE USOS E REGIMES DE GESTÃO ESPECÍFICOS	“(...) integram as áreas com vocação edificável e as áreas com vocação turística.”

FONTE: Produção própria a partir de RCM nº 94 / 2006; 5544 e 5550

³³ A revisão do POAAP resultou da RCM nº 105 / 2005 de 28 de Junho.

³⁴ Plano de água – “(...) corresponde às áreas passíveis de serem ocupadas pelas albufeiras (...)” (RCM nº 94 / 2006; 5541).

³⁵ Zona de protecção – “(...) corresponde às faixas terrestres de protecção às albufeiras (...)” (RCM nº 94 / 2006; 5541).

São consideradas áreas com vocação turística as que agreguem: “(...) condições potenciais para o desenvolvimento turístico, numa perspectiva de complementaridade e de compatibilização de funções e de aproveitamento das potencialidades únicas e inimitáveis dos recursos presentes, em especial do plano de água.” (DL n.º 94 / 2006; 5551). Paralelamente estabelecem-se 12 unidades territoriais (UT) com vocação turística e respectiva capacidade de carga máxima relativamente ao número de camas (conforme Quadro seguinte).

QUADRO 26 | POAAP - UNIDADES TERRITORIAIS COM VOCAÇÃO TURÍSTICA E CAPACIDADE MÁXIMA DE CAMAS TURÍSTICAS

UT	LOCALIZAÇÃO	CAPACIDADE MÁXIMA DE CAMAS TURÍSTICAS
UT 1	Arraieiras-Pipas	2250
UT 2	Mourão Norte	2250
UT 3	Mourão Sul	1144
UT 4	Campinho	2250
UT 5	Campo	2250
UT 6	Estrela	2125
UT 7	Monte do Trigo	400
UT 8	Amieira	1460
UT 9	Núcleo da barragem do Alqueva / Portel	270
UT 10	Núcleo da barragem do Alqueva / Portel	886
UT 11	Orada	450
UT 12	Pedrogão	287

FONTE: Produção própria a partir de RCM n.º 94 / 2006 de 4 de Agosto

Assinale-se que a capacidade máxima global de camas turísticas a instalar aponta para 16022, sendo a sua concentração predominantemente nas UT 1, 2, 4 e 5.

ii) Âmbito Regional

Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo

O PROT Alentejo³⁶, aprovado pela RCM nº 53 / 2010 de 2 de Agosto³⁷, assume-se como um:

(...) instrumento de desenvolvimento territorial, [que] afirma o Alentejo, como território sustentável e de forte identidade regional, sustentada por um sistema urbano policêntrico, garantindo adequados níveis de coesão territorial e integração reforçada com outros espaços nacionais e internacionais, valorizando o seu posicionamento geoestratégico. (RCM nº 53 / 2010; 2962).

O contorno territorial do Plano incide nas seguintes quatro NUT III: Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo³⁸ (RCM nº 53 / 2010).

O PROT Alentejo assenta em quatro grandes opções estratégicas de incidência territorial, das quais se destaca:

(...) a diversificação e a qualificação da base económica regional, reforçando e desenvolvendo os sectores tradicionais e emergentes estratégicos, com destaque para os sistemas agro - silvo - pastoris e para o património natural e cultural como base de uma fileira de produtos turísticos de elevada qualidade e identidade. (RCM nº 53 / 2010; 2962)

As opções estratégicas, em articulação com o modelo de gestão territorial proposto, enaltecem nove aspectos, distinguindo-se o seguinte:

(...) o aproveitamento da envolvente de Alqueva, a qual constitui um espaço destacado no modelo territorial da base económica regional, induzido pelo efeito da expansão da nova infraestrutura hidroagrícola de suporte à modernização da agricultura da sub-região e pela sua atractividade sobre as actividades turísticas, associado às potencialidades criadas pelo novo lago mas também pela sua relação de proximidade com as cidades de Évora e Beja. (RCM nº 53 / 2010; 2962).

O PROT Alentejo estabelece as opções estratégicas de base territorial³⁹, que se traduzem no modelo territorial instituído, encontrando-se este materializado em cinco sistemas estruturantes, especificamente: Sistema Ambiental e Riscos, Sistema de Base Económica Regional, Sistema

³⁶ A elaboração do PROT Alentejo foi determinada pela RCM nº 28 / 2006 de 23 de Março.

³⁷ Rectificada pela Declaração de Rectificação nº 30-A / 2010 de 1 de Outubro.

³⁸ Abrangendo 47 municípios: Alandroal, Alcácer do Sal, Alter do Chão, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Avis, Arraiolos, Arronches, Barrancos, Beja, Borba, Campo Maior, Castelo de Vide, Castro Verde, Crato, Cuba, Elvas, Estremoz, Évora, Ferreira do Alentejo, Fronteira, Gavião, Grândola, Marvão, Mértola, Monforte, Montemor -o -Novo, Mora, Moura, Mourão, Nisa, Odemira, Ourique, Ponte de Sôr, Portalegre, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Santiago do Cacém, Serpa, Sines, Sousel, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vidigueira e Vila Viçosa.

³⁹ Opções estratégicas de base territorial - 4 Eixos: Integração Territorial e Abertura ao Exterior; Conservação e Valorização do Ambiente e do Património Natural; Diversificação e Qualificação da Base Económica Regional; e Afirmação do Policentrismo e do Desenvolvimento Rural (RCM nº 53 / 2010).

das Actividades Agro-Florestais, Sistema Urbano e de suporte à Coesão Territorial e Sistema de Acessibilidade e de Conectividade Internacional (RCM nº 53 / 2010).

Saliente-se o Sistema de Base Económica Regional, onde a “Área Envolvente da Albufeira de Alqueva” aparece como um dos seus componentes e o Sistema das Actividades Agro-Florestais que apresenta o Subsistema de Desenvolvimento Turístico.

Assim, a Área Envolvente da Albufeira de Alqueva surge

(...) como componente do modelo territorial da base económica (...) [devido aos] potenciais impactes que os investimentos turísticos e o desenvolvimento do sector agrícola poderão vir a ter em termos de geração de emprego e de dinamização de actividades económicas e de estruturação dos centros urbanos em torno da albufeira.” (RCM nº 53 / 2010; 2996).

Por sua vez, o Plano estabelece também o Subsistema de Desenvolvimento Turístico (incluído no Sistema das Actividades Agro-Florestais), determinando para o sector:

(...) uma estratégia regional de desenvolvimento turístico, consubstanciada na definição de cinco zonas com vista à promoção de produtos e programas de desenvolvimento turístico de base territorial, potenciando as especificidades sub-regionais no que se refere a valores e recursos turísticos. (RCM nº 53 / 2010; 2999).⁴⁰

São assim fixadas as subseqüentes cinco zonas: Zona A – Norte Alentejano; Zona B – Envolvente de Évora; Zona C – Alqueva; Zona D – Eixo Guadiana / Baixo Alentejo; e Zona E – Litoral Alentejano (RCM nº 53 / 2010).

Interessa para o presente estudo a análise da Zona C - Alqueva, pelo que se elaborou o Quadro 27, o qual sintetiza as principais orientações existentes.

⁴⁰ Consultar Anexo I, página 152 – PROT Alentejo: Subsistema de Desenvolvimento Turístico

**QUADRO 27 | PROT ALENTEJO – SUBSISTEMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO:
SÍNTESE DA ZONA C**

ZONA C	<ul style="list-style-type: none"> • “A presença do maior lago artificial da Europa nesta Zona criou novas oportunidades de desenvolvimento, de que se destacam o turismo e o lazer.” • “Nas zonas ribeirinhas podem-se identificar um conjunto de aldeias com significativo património cultural e ambiental (...) que, se associadas a um conjunto de infra-estruturas de apoio, apresentam um diversificado potencial de dinamização turístico associado ao plano de água: touring cultural e de natureza, pesca desportiva, turismo náutico de recreio, entre outros.” • “Uma vez que o espelho de água também inclui terras de Espanha, podem ser desenvolvidas actividades turísticas entre os vários espaços, contribuindo para o fortalecimento da oferta turística do Alentejo no mercado espanhol.” • “A presença de um património histórico – arqueológico significativo (com destaque para os núcleos urbanos fortificados de Monsaraz, Juromenha e Noudar), (...) pode contribuir para a realização de percursos turísticos que conjuguem os aspectos culturais e ambientais de excepção.” • “O crescente interesse de investimentos turísticos ligados conjuntos turísticos (resorts) integrados, que respeitem as características culturais, ambientais e paisagísticas, associadas à paisagem única proporcionada não só pelo plano e água mas também pelos povoamentos de sobro e azinho explorados em sistema de montado e pela manutenção das actividades agrícolas, faz com que esta Zona se diferencie significativamente de outros destinos, constituindo - se como um dos seis novos pólos turísticos de desenvolvimento identificados no âmbito do PENT.” • “Articulada com o investimento em conjuntos turísticos integrados encontra-se uma rede de campos de golfe que poderão, a prazo, colocar o Alentejo nas rotas do destino golfe. Para tal é necessário que estes equipamentos sejam sustentáveis, i.e. associados a uma diversidade de características desportivas e paisagísticas, bem como a uma oferta de alojamento de alta qualidade.”
---------------	--

FONTE: Produção própria a partir de RCM nº 53 / 2010; 2999 e 3000

Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira do Alqueva

O PROZEA foi aprovado pela RCM nº 70 / 2002 de 9 de Abril⁴¹, cuja área de intervenção abrange seis concelhos: Alandroal, Barrancos, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz.

Teve a natureza de instrumento de desenvolvimento territorial e foi executado em articulação simultânea com o POAAP (primeira edição, RCM nº 95 / 2002, de 13 de Maio, revogado). E tinha como principais objectivos:

⁴¹ A elaboração do PROZEA foi determinada pela publicação da RCM nº 97 / 94 de 4 de Outubro, no seguimento do relançamento do EFMA.

- Delimitar uma estratégia de ocupação da zona envolvente da albufeira do Alqueva;
- Garantir a diversificação e compatibilização de usos e actividades, definindo padrões de ocupação;
- Contribuir para a criação de uma solução integrada na envolvente de novas estruturas e reorganizar as infra-estruturas e acessibilidades (RCM nº 70 / 2002; 3391).

O grande repto do PROZEA consistia em “Promover o desenvolvimento económico e social desta sub-região, sem alterar o seu valor ecológico (...) [e] Tirar o maior benefício possível do novo empreendimento e, simultaneamente, reduzir os seus efeitos negativos.” (RCM nº 70 / 2002; 3391).

O modelo de ordenamento do território pretendia dar resposta aos subsequentes princípios:

- Garantir a sustentabilidade ecológica da zona, tirando o maior rendimento dos recursos existentes e gerados pela construção da albufeira;
- Promover o desenvolvimento das actividades económicas e do emprego, dentro de critérios de utilização racional do espaço, organização das infra-estruturas e conservação dos valores paisagísticos;
- Consolidar a identidade sub-regional construída em torno do aproveitamento equilibrado de uma infra-estrutura comum a cinco dos seis concelhos em causa (a albufeira do Alqueva), garantindo uma repartição equitativa dos benefícios;
- Reforçar as redes de equipamentos e infra-estruturas considerados básicos quer para o bem-estar da população residente, quer para o apoio a novas actividades económicas;
- Assegurar a integração da sub-região nos planos e programas de âmbito regional e nacional. (RCM nº 70 / 2002; 3391).

Em consonância com os princípios enunciados, o sector do Turismo foi encarado como uma actividade capaz de gerar efeitos positivos na dinâmica económica da zona envolvente à albufeira da barragem do Alqueva.

Assim, no tocante aos objectivos de natureza sectorial, o PROZEA determinava para o Turismo as “(...) **actividades turísticas adequadas** [sublinhado nosso] ao modelo de desenvolvimento da sub-região; [a] indicação e caracterização das áreas com mais recursos a utilizar; [e as] orientações quanto à natureza e localização de investimentos de apoio a estas actividades.” (RCM nº 70 / 2002; 3392).

O Plano enfatizava que a concretização dos objectivos supra requeriam “(...) grandes exigências de planeamento e de gestão do desenvolvimento, com recurso, designadamente, a uma forte intervenção do sector público”, uma vez que “(...) a construção de um destino turístico associado ao aproveitamento da albufeira do Alqueva não surgirá provavelmente de forma espontânea, como resultado do livre funcionamento dos mercados (...)” (RCM nº 70 / 2002; 3398). Desta forma, as autoridades públicas deveriam actuar a diversos níveis:

- Gestão do território e conservação da natureza;
- Rede de infra-estruturas, equipamentos e serviços de suporte;
- Imagem e promoção institucional da área;
- Atração, enquadramento e apoio financeiro a investimentos privados;
- Sinalização e informação turística;
- Formação de recursos humanos (RCM nº 70 / 2002; 3398).

Identificaram-se como factores estratégicos para o desenvolvimento turístico da sub-região: a implantação de empreendimentos turísticos e de lazer; os usos do plano de água; e a valorização do património cultural e natural (RCM nº 70 / 2002).

Estabelecidos os objectivos no domínio do Turismo, definida a actuação do sector público e identificados os factores-chave, o PROZEA apresentava cenários de desenvolvimento turístico (conforme Figura 10) com o intuito de demonstrar as estratégias territoriais a seguir, através do cruzamento de duas variáveis: *Intensidade turística*, que “(...) corresponde à intensidade admitida para os usos do território em imobiliária e lazer, equipamentos de animação turística (incluindo o golfe) e estabelecimentos hoteleiros e complementares”; e o *Aproveitamento da albufeira*, que “(...) corresponde às actividades de recreio náutico permitidas.” (RCM nº 70 / 2002; 3398).

FIGURA 10 | PROZEA - CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Intensidade turística	
"ALQUEVA PAISAGEM"	"ALQUEVA ESTÂNCIA TURÍSTICA"
Fraca atracção de investimento. Exposição à concorrência. Menor crescimento económico e emprego. Turismo de natureza. Fraca capacidade de captação/fidelização.	Atracção de investidores. Diferenciação face à concorrência. Crescimento económico e emprego. Rentabilização de investimentos. Grande capacidade de captação/ /fidelização.
Aproveitamento da Albufeira -	Aproveitamento da Albufeira +
"ALQUEVA TRADICIONAL"	"ALQUEVA RECREIO NÁUTICO"
Fraca atracção de investimento. Exposição à concorrência. Depressão económica e despovoamento. Turismo de natureza e em espaço rural. Excursionismo.	Fraca atracção de investimento. Destino de recreio de fim-de-semana. Menor crescimento económico e emprego. Turismo desportivo. Campismo e turismo em espaço rural.

FONTE: RCM nº 70 / 2002; 3398

Como nota a sublinhar para os interesses da presente investigação destaca-se o reconhecimento inequívoco do contributo que o turismo pode dar ao desenvolvimento da área do Alqueva. Por outro lado, ao nível dos interesses subjacentes ao desenvolvimento sustentável, assinala-se a

intervenção entre as orientações inerentes ao planeamento físico da região com a definição de um modelo turístico adequado às especificidades do território.

iii) Âmbito Municipal

Como enunciado anteriormente, são instrumentos de gestão territorial de âmbito municipal os PIOT e os PMOT, designadamente os PDM, os PU e os PP.

Perante o objecto de estudo da investigação foram identificados e analisados os instrumentos PU e PP que se enunciam no Quadro da página seguinte.

QUADRO 28 | INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL DE ÂMBITO MUNICIPAL ANALISADOS

INSTRUMENTO	DESIGNAÇÃO	CONCELHO	DOCUMENTO JURÍDICO	DIÁRIO DA REPÚBLICA (DR) E DATA DE PUBLICAÇÃO
PU	Herdade do Mercador	Mourão	Edital nº 1246 / 2010	DR 2ª série, nº 240, 14 de Dezembro de 2010
PP	Herdade das Ferrarias	Mourão	Edital nº 1239 / 2010	DR 2ª série, nº 339, 13 de Dezembro de 2010
PP	Parque Alqueva	Reguengos de Monsaraz	Regulamento nº 317-B / 2007	DR, 2ª série, nº 227, 26 de Novembro de 2007
PP	Herdade do Barrocal	Reguengos de Monsaraz	Regulamento nº 49 / 2008	DR 2ª série, nº 18, 25 de Janeiro de 2008
PP	Intervenção no Espaço Rural do Centro Náutico de Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	Regulamento nº 565 / 2008	DR 2ª série, nº 213, 3 de Novembro de 2008
PP	Herdades de Gago e Xerez	Reguengos de Monsaraz	Aviso nº 14010 / 2009	DR 2ª série, nº 152, 7 de Agosto de 2009

FONTE: Produção própria a partir de Edital nº 1246 / 2010, Edital nº 1239 / 2010, Regulamento nº 317-B / 2007, Regulamento nº 49 / 2008, Regulamento nº 565 / 2008, Aviso nº 14010 / 2009

5.4 | Política nacional para o sector do Turismo e o Pólo de Desenvolvimento Turístico do Alqueva

i) Plano Estratégico Nacional de Turismo

O PENT, aprovado pela RCM nº 53 / 2007 de 4 de Abril, assume-se como um documento de referência ao nível da estratégia nacional para o turismo, preconizando a adequação aos princípios do turismo sustentável e traçando as linhas mestras a implementar no sector até 2015, tendo como grande objectivo afirmar Portugal enquanto destino turístico de excelência.

Diagnosticada a grande dependência que Portugal tem de quatro mercados externos – Espanha, França, Reino Unido e Alemanha -, tanto em número de visitantes como em receitas, e a forte atracção de três destinos – Lisboa, Algarve e Madeira -, urge apostar em estratégias de diversificação da oferta turística, no que concerne a produtos e a destinos (MEI: 2007).

Por outro lado, a esta perspectiva orientada para o turismo receptor, junta-se a necessidade de contemplar em paralelo uma estratégia de dinamização do turismo interno (SILVA: 2009), tanto mais que no caso do Alentejo este mercado é claramente predominante. Contudo, tal não se verifica de uma forma satisfatória (*Idem*: 2009), pelo que o PENT contém uma orientação dominada pela perspectiva internacional.

Neste sentido, são identificados dez produtos estratégicos e seis pólos de desenvolvimento turístico como forma de captar quota de mercado, que tem registado uma diminuição nos últimos anos, o que consequentemente irá incrementar o desenvolvimento turístico do nosso país, melhorando o seu posicionamento e a sua competitividade.

Os dez produtos estratégicos reconhecidos são Sol e Mar, Turismo de Natureza, Turismo Náutico, *Resorts* Integrados e Turismo Residencial, Turismo de Negócios, Golfe, Gastronomia e Vinhos, Saúde e Bem-Estar, *Touring* Cultural e Paisagístico e *City Breaks*.

Por sua vez, foram declaradas as seguintes zonas de potencial desenvolvimento turístico: Douro, Serra da Estrela, Oeste, Alqueva, Litoral Alentejano e Porto Santo (MEI: 2007); mais tarde, através do DL nº 187 / 2009 de 12 de Agosto, surge o pólo Leiria – Fátima.

O Alqueva surge como um dos pólos de desenvolvimento turístico de aposta, uma vez que agrega um conjunto de potencialidades susceptíveis de serem operacionalizadas, tidas como elementos diferenciadores:

(...) maior espelho de água da Europa e a proximidade de Évora, cidade património mundial (...) que permitem um forte desenvolvimento económico e uma melhoria da imagem de Portugal como destino. O Alqueva, que deve ver o seu desenvolvimento turístico associado às potencialidades do rio Guadiana, tem condições para desenvolver uma oferta de qualidade de circuito turístico (*touring*) cultural e paisagístico, complexos turísticos (*resorts*) integrados e turismo residencial (incluindo golfe) e gastronomia e vinhos, para além de actividades náuticas que o espelho de água proporciona. (...). (RCM nº 53 / 2007; 2170).

Face à identificação destas potencialidades e cruzando com os produtos turísticos estratégicos, identificam-se assim, os seguintes produtos para o Pólo de Desenvolvimento Turístico do Alqueva (PDTA): *Touring*, *Resorts* Integrados e Turismo Residencial envolvendo Golfe e Gastronomia e Vinhos (MEI: 2007).

Paralelamente foram definidos os mercados interno e espanhol como os prioritários para o Alqueva (MEI: 2007), reconhecendo-se que “(...) O pólo deverá beneficiar das ligações aéreas do aeroporto de Lisboa, assim como da ligação de Évora à rede de auto-estradas nacionais, sendo no entanto necessário intervir ao nível da segurança e da sinalização das estradas no interior do pólo.” (*Idem*: 2007; 83).

Importa ainda referir que o PENT foi alvo de uma revisão em 2010, desconhecendo-se as eventuais alterações que pode comportar. Por outro lado, a mudança de Governo ocorrida também poderá acarretar novas visões e orientações com reflexos no turismo nacional, mas também no caso particular do PDTA.

No entanto, nas linhas de desenvolvimento anunciadas pela revisão do PENT, frisamos a preocupação pela sustentabilidade enquanto modelo de desenvolvimento do sector e, ainda, o reforço dado às entidades regionais de turismo no sentido da concepção dos produtos turísticos e sua promoção, articulada com os agentes privados:

- Desenvolver o turismo sustentável potenciando cadeias de valor relacionadas, dinamizando a economia local, conservando o meio ambiente e fomentando práticas ambientalmente responsáveis por parte de todos os agentes e, demonstrando que o turismo não só destrói como adiciona valor e qualidade de vida.
- (...) Assumir as Entidades Regionais do Turismo (...) como motores de estruturação e enriquecimento da oferta local, dinamizando o envolvimento do tecido empresarial e dos agentes públicos, devendo focar a sua ação na melhoria dos produtos prioritários suportados nos seus recursos turísticos distintos e assentar nestes o seu esforço promocional. (MEI: 2011; 10 - 11).

ii) Pólo de Desenvolvimento Turístico do Alqueva

Fruto do reconhecimento das potencialidades da zona envolvente à albufeira do maior Lago (artificial) da Europa e em resposta à proposta do governo, o PDTA toma força de lei através da Portaria nº 1151 / 2008 de 13 de Outubro, na sequência do novo regime jurídico das áreas regionais de turismo, DL nº 67 / 2008 de 10 de Abril.

Adopta a denominação de Turismo Terras do Grande Lago Alqueva - Alentejo (TGLA) enquanto entidade regional gestora do PDTA. É uma pessoa colectiva de direito público e, em termos de actuação, abrange os concelhos de Alandroal, Barrancos, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz (Portaria nº 1151 / 2008).

Relativamente à sua missão, compete à TGLA “(...) a valorização turística das Terras do Grande Lago Alqueva, visando o aproveitamento sustentado dos recursos turísticos, no quadro das orientações e directrizes da política definida pelo Governo e nos planos plurianuais das administrações centrais e locais.” (Portaria nº 1151 / 2008; 7276).

A criação da entidade regional de turismo TGLA,

(...) pressupõe a promoção turística da albufeira de Alqueva e envolvente na sua dimensão paisagística e ambiental, o aproveitamento na perspectiva turística da proximidade de Évora na sua dimensão patrimonial e cultural e a exploração da natureza transfronteiriça da área de influência de Alqueva estabelecendo o mercado interno e o espanhol como mercados prioritários de desenvolvimento deste pólo turístico nacional.” (RCM nº 53 / 2010; 3017).

Actualmente a TGLA não detém nenhum plano estratégico, todavia, tendo em conta que a sua área territorial de actuação se encontra inserida na NUT II Alentejo, a Entidade Regional de Turismo (ERT) do Alentejo através da definição da sua estratégia turística engloba também o destino Alqueva.

iii) Outros Planos

Ao nível de outros instrumentos estratégicos na área do turismo e com incidência no Alentejo, destaca-se o Plano Operacional de Turismo do Alentejo (POTA), elaborado sob a égide da ERT do Alentejo.

Importa salientar que a Portaria nº 1038 / 2008 de 20 de Agosto estabelece os estatutos da ERT do Alentejo, criada também no seguimento do DL nº 67 / 2008 de 10 de Abril (regime jurídico das áreas regionais de turismo).

A ERT do Alentejo adoptou a designação de Turismo do Alentejo, E.R.T., constituindo-se como “(...) pessoa colectiva de direito público de âmbito territorial, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio.” (Portaria nº 1038 / 2008; 6678) e a sua intervenção abrange o território respectivo à NUT II Alentejo.

Genericamente à Turismo do Alentejo ERT compete:

(...) a valorização turística da sua área territorial, visando o aproveitamento equilibrado das potencialidades turísticas do seu património histórico, cultural e natural, no quadro das orientações e directivas da política de turismo definida pelo governo nos planos anuais e plurianuais do Estado e dos municípios que a formam. (Portaria nº 1038 / 2008; 6678).

Em termos jurídico e institucionais, a articulação da ERT do Alentejo e da TGLA é assumida através de protocolos a realizar entre as duas entidades (Portaria nº 1038 / 2008).

O principal objectivo do POTA reside na “(...) afirmação da região [Alentejo] como destino de excelência no contexto nacional.” (TURISMO DO ALENTEJO ERT: 2009; 7), materializando uma das competências inerentes à ERT Alentejo no domínio da definição da estratégia turística ao nível do planeamento. Assim, o POTA “(...) pretende munir a ERT Alentejo de um Plano de Acção, devidamente fundamentado, que seja capaz de fazer face aos desafios que a actual conjuntura coloca à afirmação do ‘Destino Alentejo’. (...)” (*Idem*: 2009; 20).

O POTA não concretiza orientações específicas para o PDTA, incidindo sobre a construção de um quadro de orientações operativas para o turismo do Alentejo, conferindo um particular destaque às áreas do planeamento turístico, da gestão de produtos turísticos, da promoção turística, das parcerias e da formação. Associa igualmente um modelo de gestão para o turismo do Alentejo, cruzando as acções operativas com a definição de um modelo de sustentabilidade adequado.

5.5 | Potencialidades turísticas do Alqueva

5.5.1 | Caracterização da oferta turística primária e secundária

Segundo CUNHA (2007; 175), a oferta turística define-se como “(...) o conjunto de todas as facilidades, bens e serviços adquiridos ou utilizados pelos visitantes bem como todos aqueles que foram criados com o fim de satisfazer as suas necessidades e postos à sua disposição e ainda os elementos naturais ou culturais que concorrem para a sua deslocação.”.

Esta perspectiva é complementada por BENI (2004; 159), para quem

(...) a oferta em turismo pode ser concebida como o conjunto dos recursos naturais e culturais que, em sua essência, constituem a matéria-prima da actividade turística porque, na realidade, são esses recursos que provocam a afluência de turistas. A esse conjunto agregam-se os serviços produzidos para dar consistência ao seu consumo, os quais compõem os elementos que integram a oferta no seu sentido amplo, numa estrutura de mercado.

Por outro lado, a revisão da literatura efectuada também nos permite concluir com segurança que a oferta primária deve constituir a base para a delimitação da política turística nos destinos, sendo igualmente vital para a orientação da natureza da oferta derivada a construir (hotéis, restaurantes, instalações de animação, entre outros equipamentos), tendo em conta as particularidades das infra-estruturas e a qualidade dos serviços a disponibilizar.

Contudo, como evidenciam BENI (2004) e COOPER *et al* (2001), os recursos primários só por si também são insuficientes para garantir a fixação dos visitantes deslocados, os quais necessitam de equipamentos apropriados para satisfazer as suas necessidades, daí o foco complementar que também preenche a oferta derivada.

Neste contexto, reconhece-se que o elemento básico da oferta reside no conceito de recurso turístico, o qual, através de um processo de agregação, permite chegar aos dois grandes blocos que constituem a oferta turística, ou seja, a oferta primária (também reconhecida por vários autores como básica ou original) e a oferta secundária (também classificada por agregada ou derivada).

No entanto, não se revela suficiente para um destino ter apenas uma forte dotação em recursos, já que “(...) o seu crescimento depende da capacidade de os valorizar e da criação de novos factores de atracção.” (CUNHA: 2008a; 21).

Assim, a análise do potencial turístico existente na região do Alqueva realizou-se em três etapas distintas. Salienta-se que o procedimento preconizado seguiu a metodologia de SILVA: 2005.

Numa primeira fase, com base na matriz do Inventário dos Recursos Turísticos (DGT: 2002), elaborou-se um levantamento e contabilizaram-se os recursos turísticos presentes nos seis concelhos em estudo, permitindo a construção de uma base de dados, a qual se apresenta em Apêndice⁴². Assinale-se que o inventário efectuada contou igualmente com a inclusão de dados mais actualizados (2011), recolhidos através da concretização de um trabalho de *desk research*,

⁴² Consultar Apêndice V, página 165 – Inventário de Recursos Turísticos do destino Alqueva

o qual assentou sobretudo na consulta aos *websites* das Câmaras Municipais e do Turismo do Alentejo, ERT.

A partir do inventário e quantificação dos recursos procedeu-se à sua avaliação estratégica (segunda etapa), tendo como objectivo perceber o seu potencial de atractividade, o grau de organização da oferta, as oportunidades face aos requisitos do mercado e o conjunto das acções recomendáveis.

A apreciação efectuada baseou-se em critérios de diferentes níveis, utilizando-se escalas de fácil conversão qualitativa. Desta análise foi possível perceber a capacidade competitiva dos recursos turísticos, permitindo eleger posteriormente um portfólio de produtos turísticos para o destino Alqueva e respectivo potencial de desenvolvimento (terceira etapa). Por sua vez, os produtos turísticos identificados foram divididos nas seguintes categorias: Estratégicos, Importantes, Novos e Sem Importância.

O Quadro 29 incorpora o resumo das duas primeiras etapas atrás referidas. No cômputo geral da região, e em termos de ocorrências, sobressaem claramente os recursos primários, os quais assentam sobretudo no património natural, monumental e complementar; destacando-se igualmente para os equipamentos desportivos e recreativos instalados.

No plano dos recursos secundários, a restauração assume-se como o tipo de equipamento mais frequente, seguindo-se o alojamento turístico. Ao nível das actividades, o realce vai para a gastronomia e vinhos, fortemente associada à já referida restauração e as compras/artigos típicos com vários pontos de venda directa aos consumidores.

Por outro lado, e conforme se pode observar, os recursos do património natural obtiveram a pontuação mais elevada, seguindo-se os do património cultural, nas vertentes monumental, etnográfica e complementar. Os equipamentos desportivos e recreativos também foram identificados com a classificação de forte. Contudo, a nota mais saliente prende-se com a superior ponderação atribuída aos recursos primários no confronto com os recursos secundários, o que deixa perceber a existência de um destino com boa dotação de factores patrimoniais, mas ainda com grandes margens de crescimento no caso dos equipamentos secundários.

QUADRO 29 | RECURSOS TURÍSTICOS DO DESTINO ALQUEVA

	Total	% total	Atractividade (a)	Oferta organizada (b)	Oportunidades / gap (c)	Acções (d)					
						1	2	3	4	5	6
Recursos Turísticos Primários											
Património Natural	48	2,9	4	3	3		x	x			x
Património Cultural	Monumental	210	12,8	3	2	2		x	x		x
	Artístico	62	3,8	2	2	2		x	x		x
	Etnográfico	64	3,9	3	3	3		x	x		x
	Complementar	119	7,3	3	2	3		x	x	x	x
Actividades	Roteiros	11	0,7	2	2	3			x	x	x
	Animação Turística	14	0,9	2	2	3			x		x
Equipamentos	Culturais	32	2,0	2	2	2			x		x
	Desportivos	121	7,4	3	2	3			x		x
	Recreativos	71	4,3	3	2	2			x	x	x
	Negócios	14	0,9	1	1	1	x		x		x
Eventos	97	5,9	2	2	2	x		x			
Total	863	52,8	3								
Recursos Turísticos Secundários											
Actividades	Gastronomia e Vinhos	172	10,5	2	2	3			x		x
	Circuitos Turísticos	31	1,9	1	2	3	x		x	x	x
	Compras / Artigos Típicos	294	18,0	3	3	3					x
Equipamentos	Alojamento Turístico	65	4,0	2	3	3				x	x
	Restaurantes e Similares	196	12,0	2	3	3					x
	Agências de Viagens	2	0,1	1	1	2			x		x
	Transportes	12	0,7	2	2	2			x	x	x
Total	772	47,2	2								
Total Geral	1635	100,0	2,5								

Legenda:

(a) - Potencial de atractividade: 4 - Muito forte; 3 - Forte; 2 - Moderada; 1 - Fraco; 0 - Inexistente

(b) - Forte - 3; Limitada - 2; Muito limitada - 1; Inexistente - 0

(c) - Forte - 3; Moderada - 2; Escassa - 1; Inexistente - 0

(d) - Acções: 1- Criação / concepção; 2 - Ordenamento; 3 - Organização; 4 - Ampliação; 5 - Modernização / requalificação; 6 - Promoção / divulgação

FONTE: Produção própria

No que diz respeito à avaliação estratégica assinala-se que as pontuações médias atribuídas basearam-se no conhecimento dos próprios recursos no terreno, bem como nas indicações recolhidas junto das Câmaras Municipais e das estruturas regionais do turismo.

Assim, mantendo a abordagem num plano integrado, devidamente referenciado em função da globalidade do destino e da tipologia dos seus recursos, estabeleceu-se uma grelha que possibilitou a valoração do potencial de atractividade, distinguindo-se os recursos com capacidade de penetração internacional (4 – Muito forte), nacional (3 – Forte), regional (2 – Moderada), local (1 – Fraco) e sem potencial (0 – Inexistente), o que permitiu a elaboração da coluna respectiva que integra o Quadro 29.

No entanto, o facto de se possuírem recursos com potencialidade não significa necessariamente a existência de uma oferta organizada, pelo que se introduziu um novo factor de observação ligado à massa crítica da oferta instalada. As pontuações atribuídas reflectem precisamente um grau de organização da oferta que justifica um esforço em termos da sua melhoria, de forma a

contribuir para uma maior competitividade do destino, no sentido de complementar adequadamente as vantagens comparativas existentes.

Por outro lado, face aos requisitos dos mercados, definiram-se as oportunidades de desenvolvimento ao nível das várias tipologias de recursos, voltando os recursos do património natural, etnográfico e complementar, bem como os equipamentos desportivos, de animação e os roteiros de actividades, a evidenciarem as propensões mais fortes. No plano dos recursos secundários, sobressaíram também as ponderações atribuídas ao alojamento turístico e à restauração.

Finalmente, no plano das acções a desenvolver, como se pode observar pelo Quadro 29, coloca-se em evidência a necessidade emergente de Promoção / Divulgação da grande maioria dos recursos turísticos primários e secundários.

Perante a diversidade de recursos existentes e do seu diferente grau de desenvolvimento, importa definir uma identidade para o destino Alqueva que reflecta a fisionomia dos seus elementos principais. Assim, uma abordagem por produtos facilitará a organização da oferta de uma forma racional, além de orientar as acções no domínio do *marketing*.

Assim, depois da concretização do processo de inventário dos recursos turísticos, com a conseqüente avaliação estratégica, importa iniciar um processo de *clusterização* dos recursos, de forma a agrupá-los em torno de produtos específicos, através da delimitação clara dos classificados como estratégicos, importantes, novos e de importância secundária, e da ponderação do seu respectivo posicionamento em termos de ciclo de vida.

Neste contexto, podem-se definir os seguintes eixos orientadores do desenvolvimento de produtos:

- Desenvolvimento e qualificação dos recursos primários básicos, potenciando a excelência dos recursos ambientais e a diversidade do património cultural;
- Diversificação crescente da oferta secundária, através da integração de novas estruturas de atracção e de animação, a par do reforço da política de eventos;
- Esforço permanente no sentido da melhoria contínua dos serviços associados ao alojamento, restauração, informação turística e comércio/artesanato;
- Fortalecimento das parceiras público-privadas, com incidência na estruturação dos produtos e no reforço dos modelos de negócios;
- Exploração das complementaridades entre produtos;

- Reforço dos factores associados ao acolhimento, nomeadamente a hospitalidade, a segurança e a autenticidade;
- Promoção da gestão ambiental adequada e da qualidade.

Tendo presente os princípios atrás referidos, bem como o potencial dos recursos, construiu-se o portfólio de produtos que consta do Quadro 30, o qual procede à arrumação por hierarquia de importância, assinalando-se em cada caso o respectivo potencial de desenvolvimento.

QUADRO 30 | DESTINO ALQUEVA – PORTFÓLIO DE PRODUTOS TURÍSTICOS

		Recursos	Potencial de desenvolvimento
Produtos Estratégicos	Touring Cultural	3	↑
	Turismo Náutico	3	↑
	Turismo de Natureza	3	↑
Produtos Importantes	Gastronomia	2	↔
	Turismo Cinegético	3	↑
	Turismo Desportivo	3	↑
Produtos Novos	Enoturismo	3	↑
	Turismo Residencial	3	↔
Produtos Sem Importância	Turismo Equestre	2	↑
	Meeting Industry	2	↑

LEGENDA:

1- Potencial inexistente; 2 - Potencial moderado; 3 - Potencial forte

Desenvolvimento - ↑

Manutenção - ↔

FONTE: Produção própria

Conforme se pode observar, definiram-se como produtos estratégicos o *Touring Cultural*, o Turismo Náutico e o Turismo de Natureza, consubstanciando uma opção que traduz as potencialidades existentes ao nível dos respectivos recursos de base; por outro lado, estes produtos encontram-se numa fase do ciclo de vida de claro desenvolvimento, existindo margens para o seu crescimento significativo.

O segundo bloco de produtos prende-se com os denominados “importantes” para o desenvolvimento turístico regional, onde se pode distinguir a Gastronomia pelo seu papel horizontal de valorização de todas as tipologias de produtos. O Turismo Desportivo também cumpre um papel relevante, surgindo associado a uma oferta variada e com infra-estruturas distribuídas por todo o território. O Turismo Cinegético decorre da existência de várias zonas de

caça turística, as quais justificam um enquadramento baseado numa lógica de produto, facto ainda não visível na região.

O Enoturismo e o Turismo Residencial podem-se considerar como produtos emergentes, sendo que no caso do primeiro parecem existir condições claras para o seu desenvolvimento, enquanto que o segundo justifica uma aposta ponderada, com cumprimento integral das quotas estabelecidas nos instrumentos de gestão territorial.

Finalmente, uma nota para o Turismo Equestre, o qual não possui ainda notoriedade no destino, mas cujas condições poderão vir a ser criadas, e para a *Meeting Industry* que poderá desempenhar um papel interessante numa fase de maior maturidade e afirmação do Alqueva.

5.5.2 | Projectos turísticos em carteira para a região

Um importante indicador que permite avaliar o potencial turístico de uma região é o conhecimento dos projectos turísticos previstos para a mesma. Neste sentido, apresenta-se no Quadro seguinte uma síntese dos projectos em carteira, por concelho do destino Alqueva e tipologia de empreendimento turístico, com parecer favorável do Turismo de Portugal, I.P. referente ao destino Alqueva. Em Anexo⁴³ expõe-se a relação destes projectos com informação mais detalhada.

⁴³ Consultar Anexo II, página 153 – Projectos Turísticos com parecer favorável do Turismo de Portugal I.P. nos concelhos do destino Alqueva (2005 / 2011).

QUADRO 31 | RESUMO DOS PROJECTOS TURÍSTICOS COM PARECER FAVORÁVEL DO TURISMO DE PORTUGAL, I.P. NOS CONCELHOS DO DESTINO ALQUEVA (2005 / 2011)

CONCELHOS		TOTAL	HOTÉIS					CONJUNTO TURÍSTICO
			5*	4*	3*	2*	RURAIS	
ALANDROAL	N.º Estabelecimentos	4					4	
	N.º Camas	222					222	
BARRANCOS	N.º Estabelecimentos							
	N.º Camas							
MOURA	N.º Estabelecimentos	6	1			2	3	
	N.º Camas	487	133			82	272	
MOURÃO	N.º Estabelecimentos	5	1		1		2	1
	N.º Camas	1010	80		20		74	836
PORTEL	N.º Estabelecimentos							
	N.º Camas							
REGUENGOS MONSARAZ	N.º Estabelecimentos	9	1	1	1		5	1
	N.º Camas	1107	258	78	172		315	284
TOTAL	N.º Estabelecimentos	24	3	1	2	2	14	2
	N.º Camas	2826	471	78	192	82	883	1120

FONTE: Produção própria a partir de dados cedidos pelo Turismo de Portugal, I.P. a 25.11.2011

A concretizarem-se os projectos expostos, consideramos que o destino Alqueva teria um aumento da oferta de alojamento baseado em diferentes tipologias, podendo o número de camas a instalar ascender a 2826 e ampliar o número de unidades em mais 24.

Evidenciamos também que a realização destes projectos dará certamente um impulso na massa crítica empresarial, indo assumir-se como factor decisivo no reforço da oferta turística e da respectiva capacidade acrescida de fixação de turistas na região.

Todavia, como se pode observar pelo Quadro 31, os empreendimentos turísticos projectados têm incidência em apenas quatro concelhos (Alandroal, Moura, Mourão e Reguengos de Monsaraz) dos seis que fazem parte do destino Alqueva, o que em termos de desenvolvimento local, poderá provocar alguns desequilíbrios.

Importa contudo referir que os dados existentes reportam-se exclusivamente aos empreendimentos turísticos, não estando contabilizados os efeitos da componente meramente imobiliária, a qual carece de controlo adequado.

Numa perspectiva macro, consideramos que a implementação dos projectos turísticos apresentados trará benefícios económicos, sociais, culturais e ambientais às populações autóctones, nomeadamente:

- Desenvolvimento turístico e conseqüentemente o crescimento da região, impulsionando a sua base económica;
- Criação de emprego directo e indirecto;
- Fixação da população, o que permitirá contribuir para contrariar a tendência de despovoamento;
- Qualificação dos recursos humanos.

No entanto, se os projectos não forem elaborados de acordo com os princípios da sustentabilidade, são também espectáveis impactos negativos, como por exemplo:

- Excessiva dependência da actividade imobiliária;
- Perda da qualidade de vida das populações locais;
- Degradação do património cultural e natural;
- Deterioração progressiva da qualidade dos mesmos;
- Diminuição da rentabilidade dos empreendimentos e problemas financeiros a prazo.

VI | ANÁLISE EMPÍRICA DE DADOS**6.1 | Apresentação de dados – Inquérito aos Visitantes**

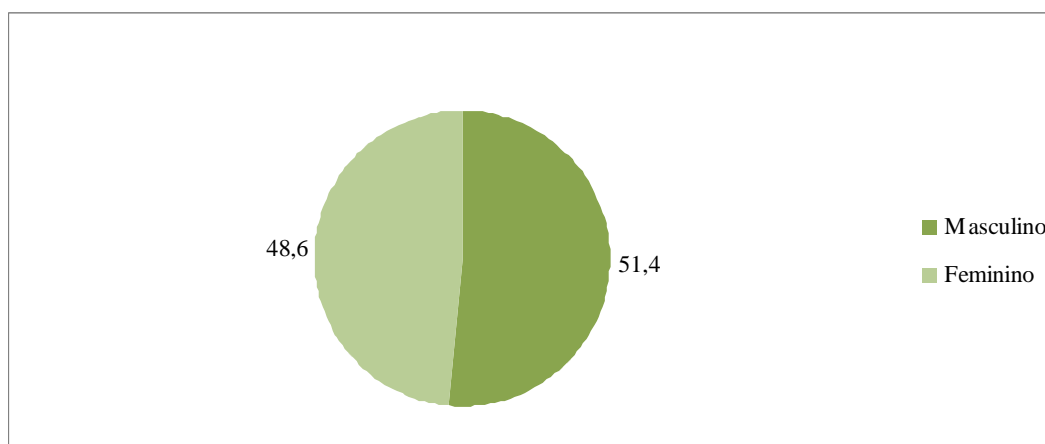
Neste subcapítulo apresentam-se os resultados do inquérito implementado aos Visitantes à região do Alqueva, aplicado nos Postos de Informação Turística dos concelhos de Alandroal, Barrancos, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz, entre os meses de Abril e Novembro de 2010, como referido anteriormente.

Os principais objectivos preconizados na elaboração do inquérito foram os seguintes:

- Traçar o perfil sócio-demográfico do visitante;
- Percepcionar a motivação da escolha do destino e caracterizar os factores inerentes à deslocação e permanência no mesmo;
- Identificar a implementação, ou não, de algumas práticas de sustentabilidade nos empreendimentos turísticos, de acordo com a perspectiva dos utentes;
- Determinar os factores associados à satisfação da experiência turística;
- Sondar a opinião relativamente ao futuro desenvolvimento turístico da região em estudo.

Especificamente quanto aos dados empíricos apurados em relação ao género, a amostra distribuiu-se de forma homogénea, assim, dos 370 indivíduos inquiridos, 190 pertencem ao sexo masculino (51,4%) e 180 ao sexo feminino (48,6%), como se comprova no Gráfico 1.

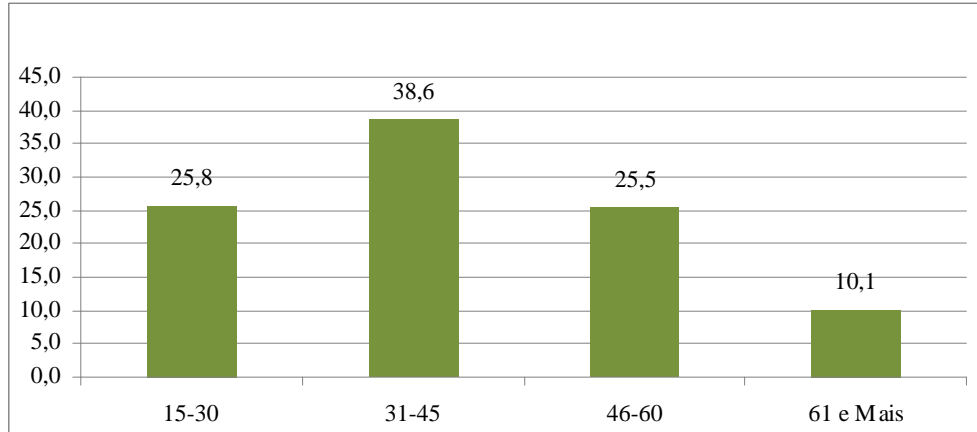
GRÁFICO 1 | GÉNERO (% DO TOTAL DE REFERÊNCIAS)



FONTE: Produção própria

Quanto ao escalão etário dos visitantes indagados, verifica-se que 38,6% têm entre 31 a 45 anos, 25,8% entre 15 a 30 anos, 25,5% entre 46 a 60 anos e 10,1% mais de 61 anos (ver Gráfico 2).

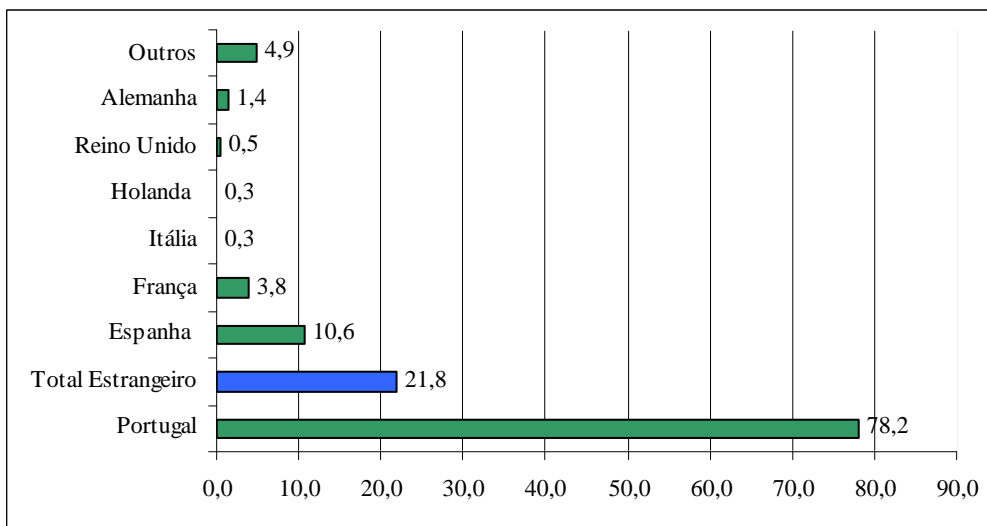
GRÁFICO 2 | ESCALÃO ETÁRIO (% DO TOTAL DE REFERÊNCIAS)



FONTE: Produção própria

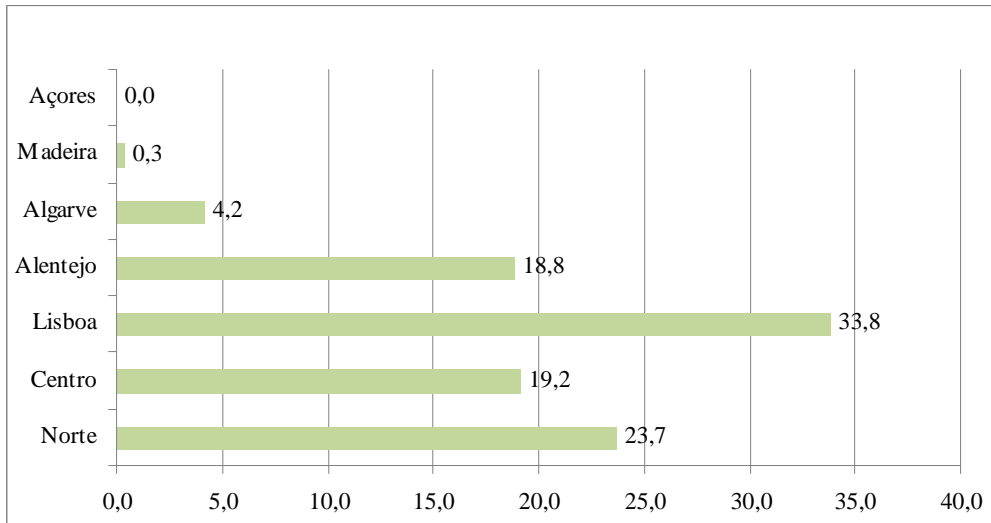
Relativamente ao país de residência, os visitantes são maioritariamente provenientes de Portugal, representando 78,2% do total, seguindo-se os residentes em Espanha, com uma expressão de 10,6%; em conjunto representam 88,8% do total.

GRÁFICO 3 | VISITANTES POR PAÍS DE RESIDÊNCIA (% DO TOTAL DE REFERÊNCIAS)



FONTE: Produção própria

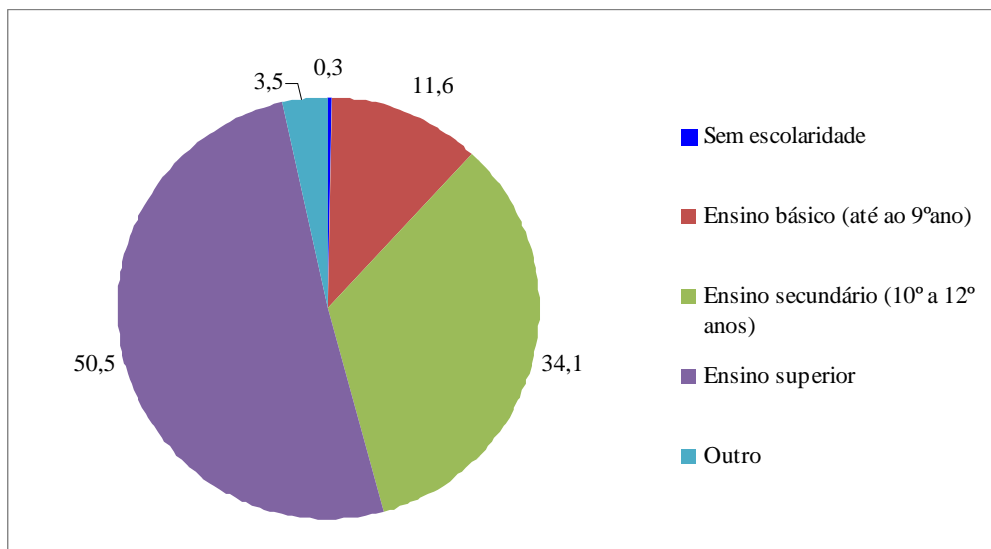
No caso dos residentes em Portugal (por NUT II), 33,8% são provenientes da região de Lisboa, 23,7% do Norte, 19,2% do Centro, 18,8% do Alentejo, 4,2% do Algarve e 0,3% da Madeira (conforme Gráfico 4).

GRÁFICO 4 | RESIDENTES EM PORTUGAL POR NUT II (% DO TOTAL DE REFERÊNCIAS)

FONTE: Produção própria

No que respeita ao estado civil dos respondentes, verifica-se que são maioritariamente “Casados / Unidos de facto” (60,5%), seguindo os “Solteiros” (34,3%), os “Divorciados / Separados” (3,8%) e os “Viúvos” (0,8%).

No Gráfico 5 é possível observar que 50,5% dos visitantes possuem um grau académico de nível superior, 34,1% têm o ensino secundário, 11,6% detêm o ensino básico, sendo residual o somatório das restantes referências.

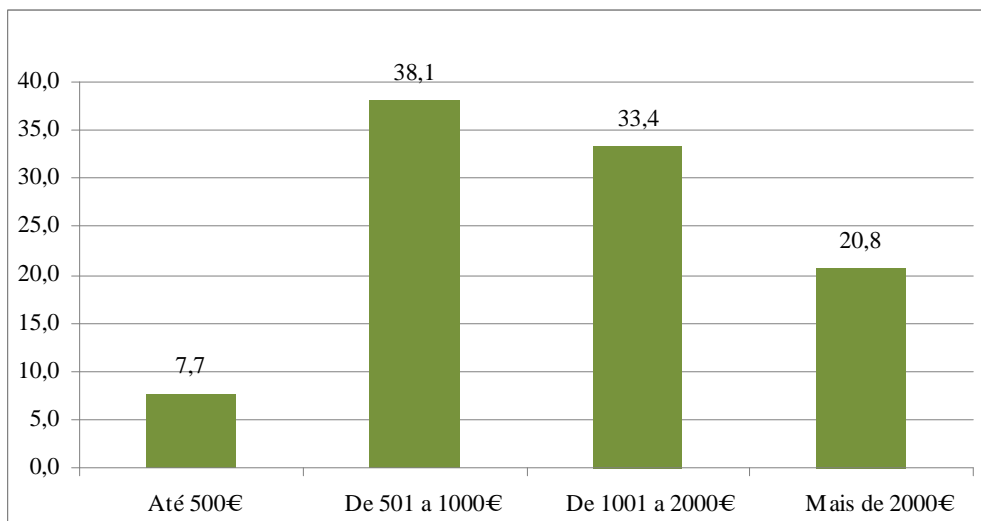
GRÁFICO 5 | NÍVEL DE INSTRUÇÃO (% DO TOTAL DE REFERÊNCIAS)

FONTE: Produção própria

Analisando a situação profissional dos inquiridos, 60,5% são Trabalhadores por conta de outrem, 11,9% são Reformados, 10,5% são Estudantes e 9,2% são Trabalhadores por conta própria. As situações “Desempregado” e “Doméstico” apresentam frequências baixas, ou seja, 5,1% e 1,4%, respectivamente.

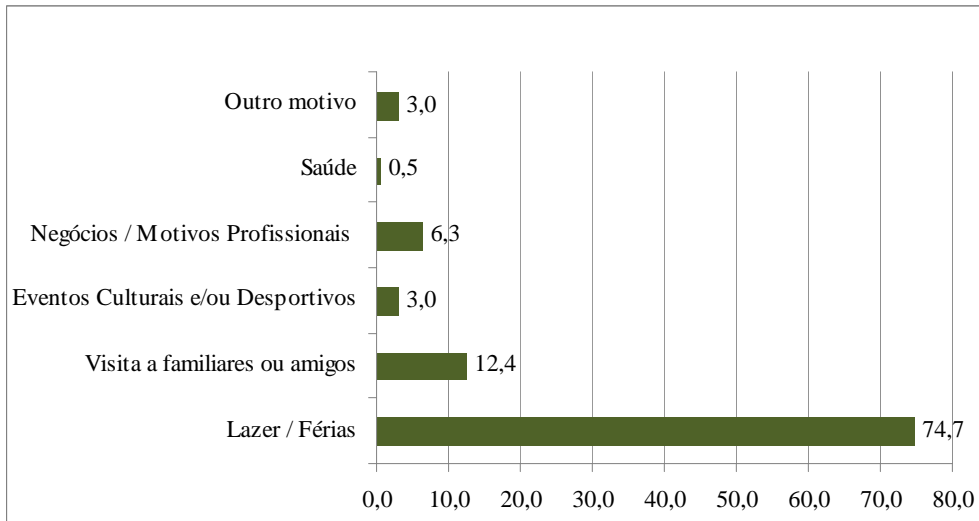
Quanto ao rendimento mensal líquido, como evidencia o Gráfico 6, a maioria dos indivíduos auscultados encontra-se entre os 501€ a 1000€ (38,1%), seguindo-se o escalão 1001€ a 2000€ (33,4%).

GRÁFICO 6 | RENDIMENTO MENSAL LÍQUIDO (% DO TOTAL DE REFERÊNCIAS)



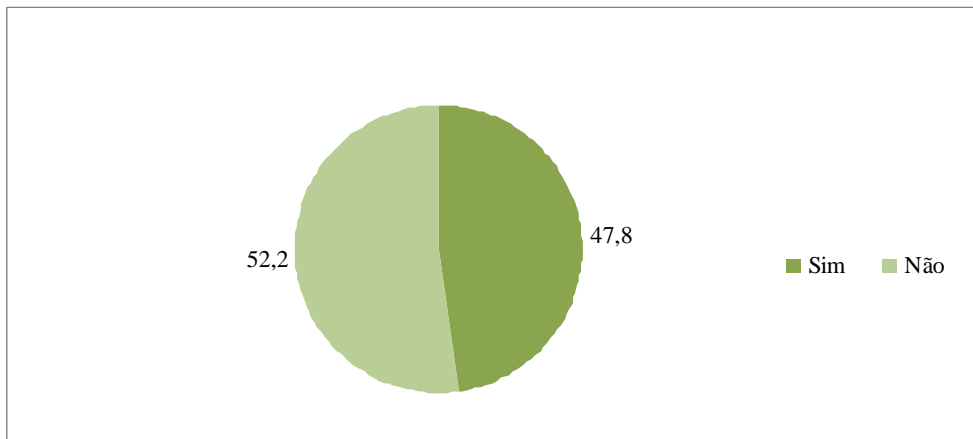
FONTE: Produção própria

A observação do Gráfico 7 permite-nos verificar que o principal motivo de visita à região é “Lazer / Férias” (74,7%), seguindo-se a “Visita a familiares ou amigos” (12,4%) e na terceira posição, os “Negócios / Motivos profissionais” (6,3%). As restantes motivações (“Eventos Culturais e/ou Desportivos”, “Saúde” ou outros) apresentam frequências baixas.

GRÁFICO 7 | MOTIVO PRINCIPAL DA VISITA (% DO TOTAL DE REFERÊNCIAS)

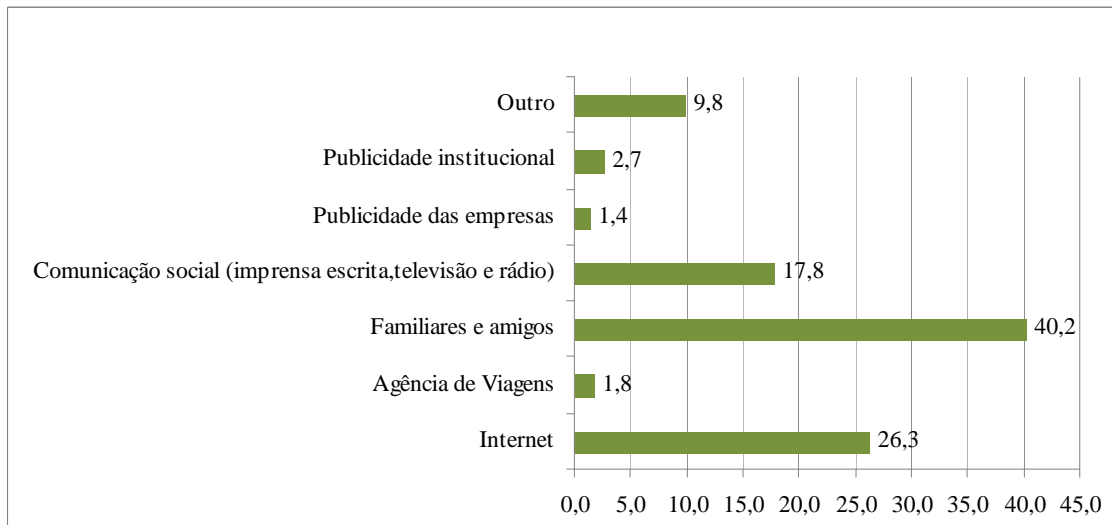
FONTE: Produção própria

Do total de respondentes, 47,8% afirmaram ser a primeira vez que visitavam a região e 52,2% confirmaram já ter visitado a zona (ver Gráfico 8), sendo que destes últimos 41,6% repetia a visita em duas ou mais vezes.

GRÁFICO 8 | PRIMEIRA VEZ QUE VISITA A REGIÃO? (% DO TOTAL DE REFERÊNCIAS)

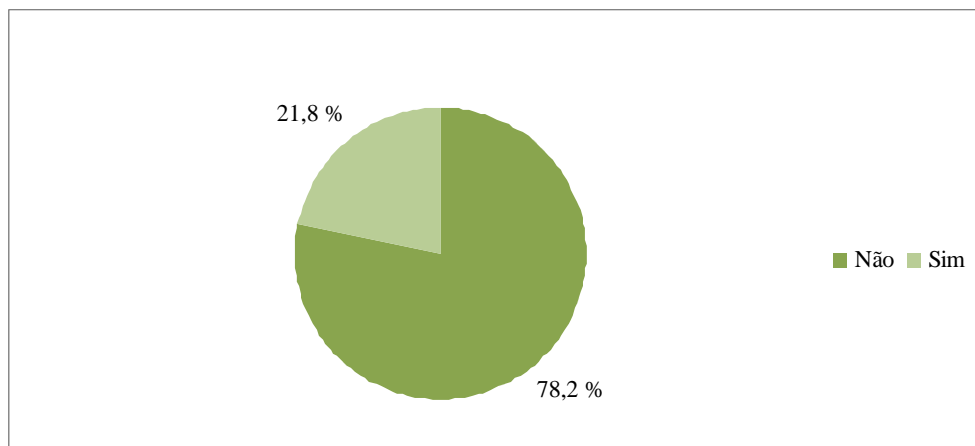
FONTE: Produção própria

Da leitura do Gráfico 9, constata-se que os principais canais de informação sobre a região residem no círculo de “Familiares e amigos” (40,2% do total de referências), na “Internet” (26,3%) e na “Comunicação social” com 17,8%. As fontes “Agências de Viagens”, “Publicidade das empresas” e “Publicidade institucional” revelam frequências muito baixas, inferiores a 5%.

GRÁFICO 9 | COMO OBTVEVE CONHECIMENTO DA REGIÃO? (% DO TOTAL DE REFERÊNCIAS)

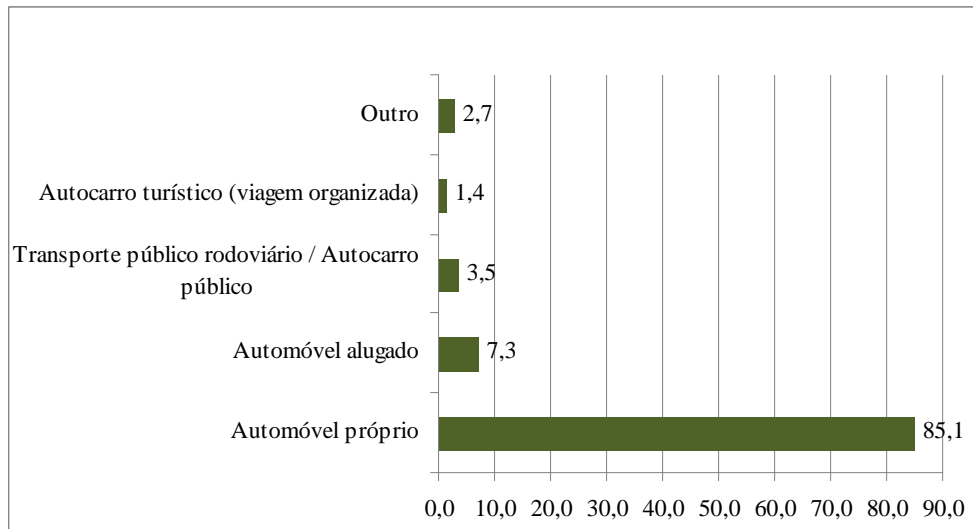
FONTE: Produção própria

Cerca de 78% dos respondentes afirmaram não ter considerado outro destino antes de decidir visitar a região do Alqueva (ver Gráfico 10).

GRÁFICO 10 | CONSIDEROU OUTRO DESTINO? (% DO TOTAL DE REFERÊNCIAS)

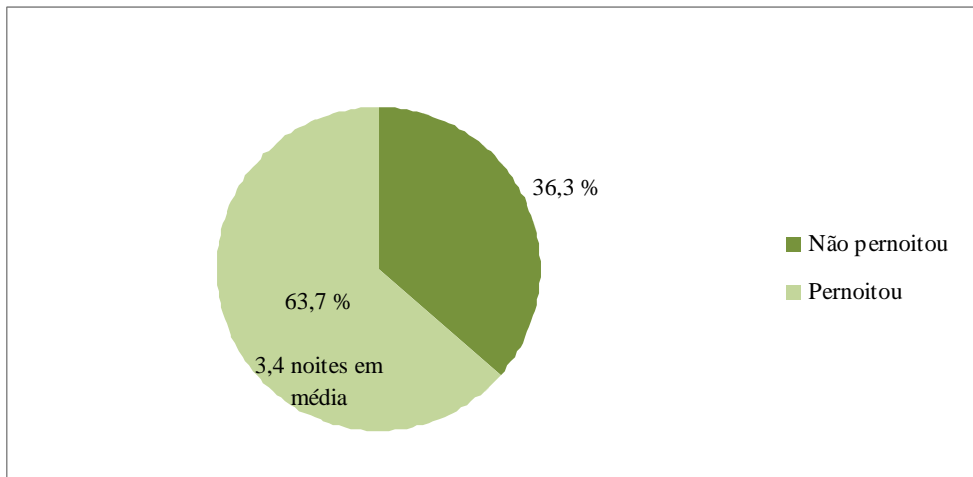
FONTE: Produção própria

No que se refere ao meio de transporte, o mais utilizado, com 85,1% do total, é o “Automóvel próprio”, seguindo-se o “Automóvel alugado” com 7,3% e, em terceiro lugar, o “Transporte público rodoviário / autocarro público” com 3,5% (ver Gráfico 11).

GRÁFICO 11 | MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO NA DESLOCAÇÃO (% DO TOTAL DE REFERÊNCIAS)

FONTE: Produção própria

Em relação à duração da estada, 63,7% dos inquiridos pernoitaram, sendo a duração média da estada de 3,4 noites. Assinale-se que a base de inquirição assentou nos visitantes que recorreram aos postos de turismo, sendo expectável que numa base universal de inquirição o “peso” do excursionismo provavelmente subiria.

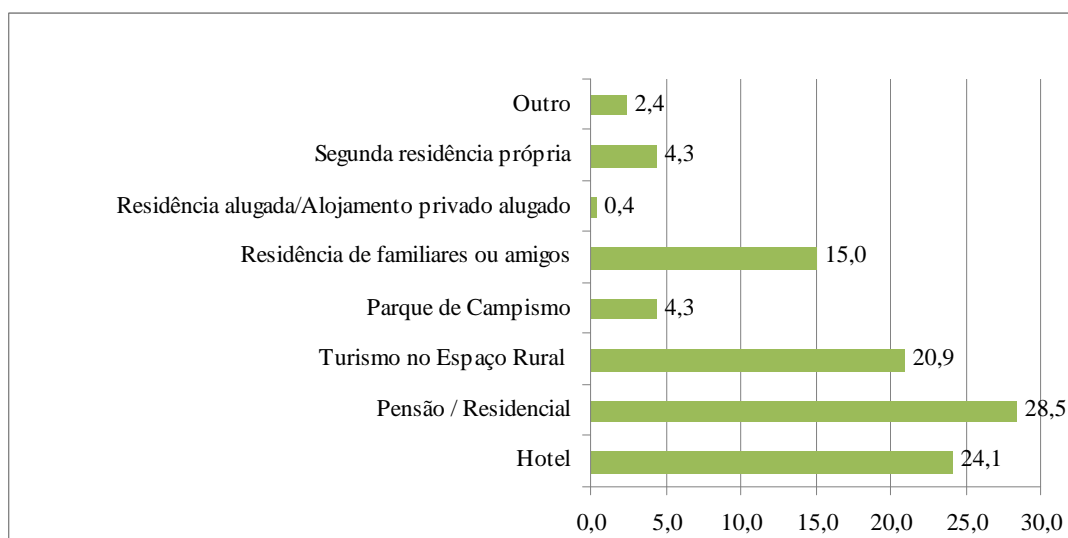
GRÁFICO 12 | DURAÇÃO DA ESTADA (% DO TOTAL DE REFERÊNCIAS)

FONTE: Produção própria

A tipologia de alojamento mais utilizada pelos respondentes é a “Pensão / Residencial” (28,5%), seguindo-se o “Hotel” (24,1%), o Turismo no Espaço Rural⁴⁴ (20,9%) e “Residência de familiares e amigos” (15,0%). Os alojamentos “Parque de Campismo”, “Segunda residência própria” e “Residência alugada / Alojamento privado alugado” obtiveram referências inferiores a 5% do total (conforme Gráfico 13).

Uma vez mais ressalva-se que, tendo em conta que a aplicação do instrumento de observação incidu sobre os utentes dos postos de informação turística, os resultados podem conter distorções em relação ao universo de visitantes da região, sendo que no caso em apreço, a tendência será certamente para ocorrer uma menor consulta no caso dos alojados em meios privativos de alojamento (segunda residência própria e residência de familiares ou amigos).

GRÁFICO 13 | ALOJAMENTO UTILIZADO (% DO TOTAL DE REFERÊNCIAS)



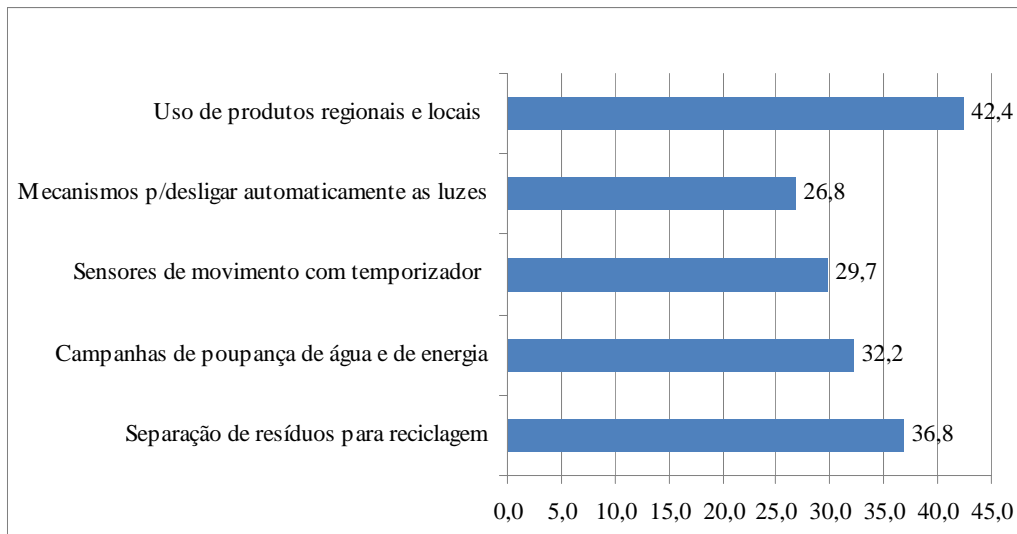
FONTE: Produção própria

Com o objectivo de conhecer a existência de algumas medidas de gestão ambiental implementadas nos empreendimentos turísticos, questionaram-se os utentes destes estabelecimentos sobre a sua percepção em relação a esta matéria.

O Gráfico 14 dá conta da assimetria existente nas respostas; no entanto, deve-se destacar os 42,4% da medida “uso de produtos regionais e locais” e os 36,8% de citações no caso de “separação de resíduos para reciclagem”.

⁴⁴ Inclui as seguintes modalidades de alojamento: Turismo de Habitação, Turismo Rural, Agro-Turismo, Casas de Campo, Turismo de Aldeia, Hotel Rural e Parque de Campismo Rural consideradas até ao novo regime jurídico de instalação, exploração e funcionamento de empreendimentos turísticos, o DL nº 39 / 2008 de 7 de Março.

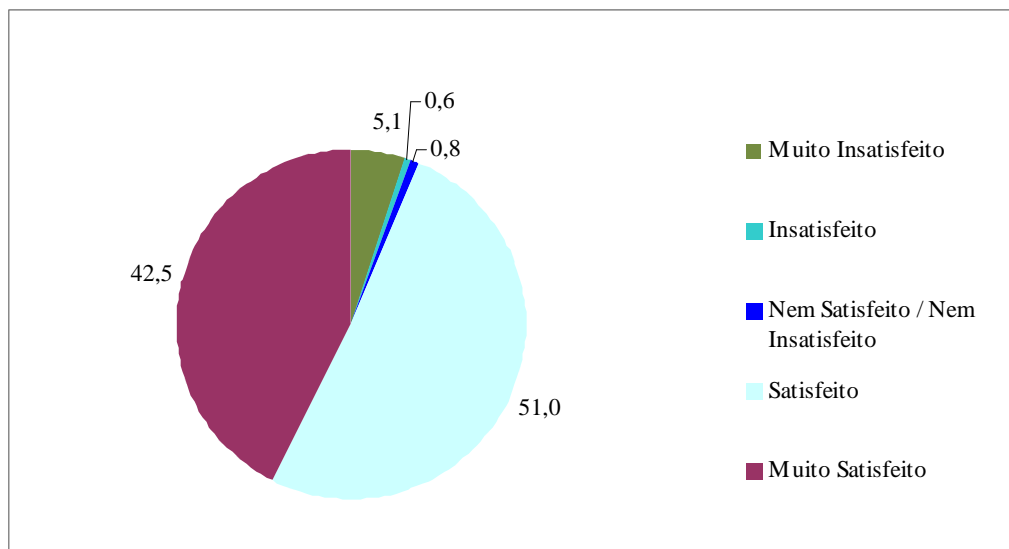
GRÁFICO 14 | BOAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE (% DO TOTAL DE REFERÊNCIAS)



FONTE: Produção própria

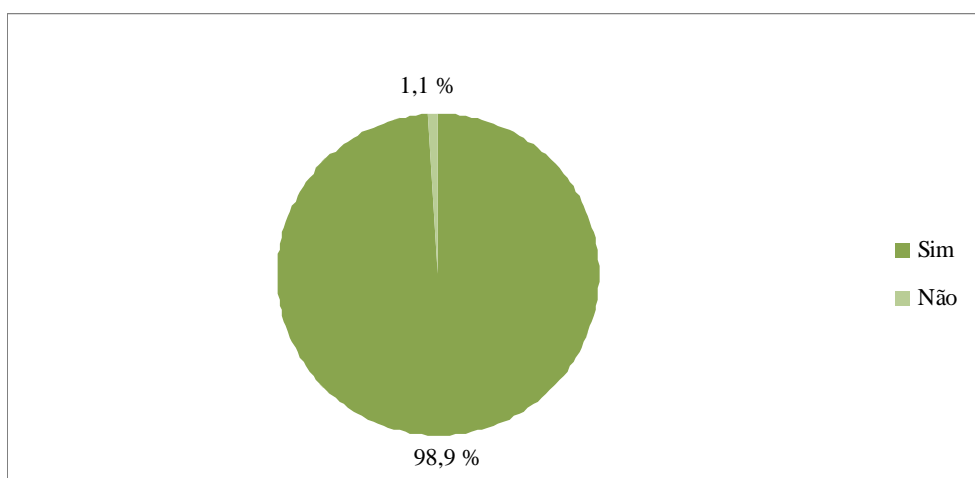
Como transparece da leitura do Gráfico 15, abaixo reproduzido, em termos da avaliação da satisfação da visita à região, constatou-se que 51,0% dos respondentes revelou estar “Satisfeito” e 42,5% indicou estar mesmo “Muito Satisfeito”, o que contabiliza 93,5% do total dos inquiridos.

GRÁFICO 15 | GRAU DE SATISFAÇÃO GLOBAL DA VISITA (% DO TOTAL DE REFERÊNCIAS)



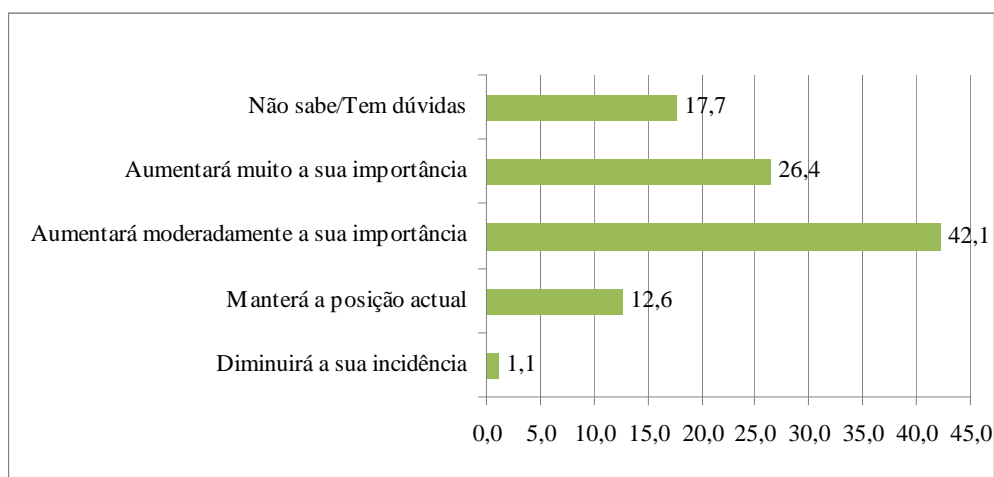
FONTE: Produção própria

No que diz respeito à intenção de regresso, ou não, à região, cerca de 99% dos visitantes afirmou que tencionam retornar (ver Gráfico 16). Quanto à recomendação do destino, 99,7% respondeu afirmativamente.

GRÁFICO 16 | INTENÇÃO DE REGRESSO AO DESTINO ALQUEVA (% DO TOTAL DE REFERÊNCIAS)

FONTE: Produção própria

Questionados sobre as expectativas de desenvolvimento turístico para a região, 42,1% dos inquiridos considera que “aumentará moderadamente a sua importância” e 26,4% referiu que “aumentará muito a sua importância” (conforme Gráfico 17).

GRÁFICO 17 | EXPECTATIVAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO PARA A REGIÃO DO ALQUEVA (% DO TOTAL DE REFERÊNCIAS)

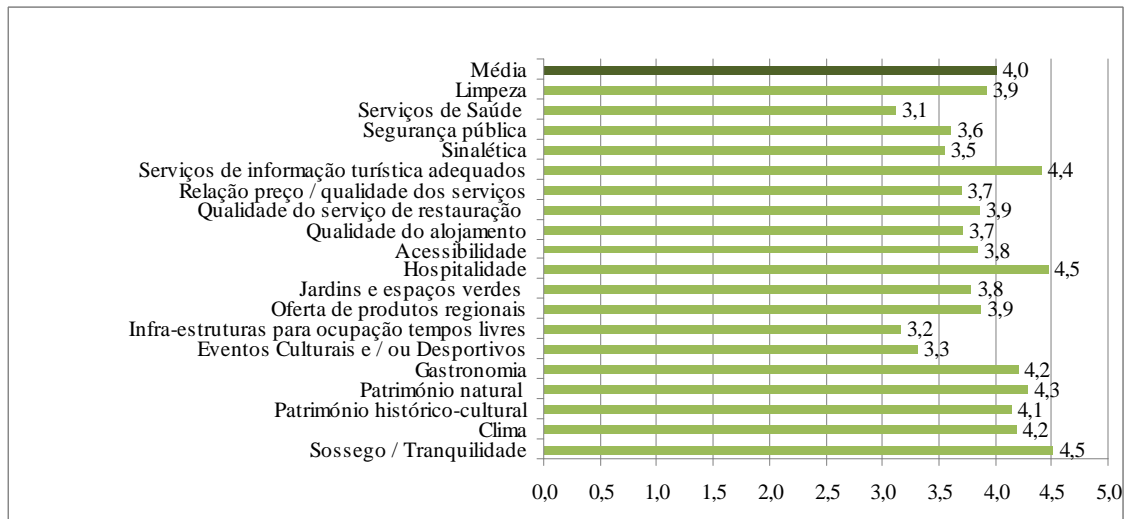
FONTE: Produção própria

Inquiriram-se os visitantes sobre um conjunto de atributos do destino no âmbito da satisfação da experiência da visita. A medição foi efectuada através de uma escalada de *Likert* de cinco níveis, nomeadamente: 1 – Muito Insatisfeito; 2 – Insatisfeito; 3 – Nem satisfeito nem insatisfeito; 4 – Satisfeito; 5 – Muito Satisfeito.

Em termos da pontuação média dos vários atributos, atingiu-se o valor de 4,0, o que se traduz numa evidente satisfação. Acima desta pontuação localizam-se as referências: “Sossego / Tranquilidade”, “Clima”, “Património histórico-cultural”, “Património natural”, “Gastronomia”, “Hospitalidade” e “Serviços de informação turística adequados”, como se pode verificar pelos resultados do Gráfico 18.

Em contrapartida, os “Serviços de saúde”, as “Infra-estruturas para ocupação tempos livres”, os “Eventos Culturais e / ou Desportivos” constituem as menções menos pontuadas, reflectindo uma menor satisfação por parte dos visitantes (ver Gráfico 18).

**GRÁFICO 18 | GRAU DE SATISFAÇÃO DO DESTINO EM FUNÇÃO DOS ATRIBUTOS SELECIONADOS
(PONTUAÇÃO MÉDIA DAS VÁRIAS REFERÊNCIAS)**



LEGENDA:

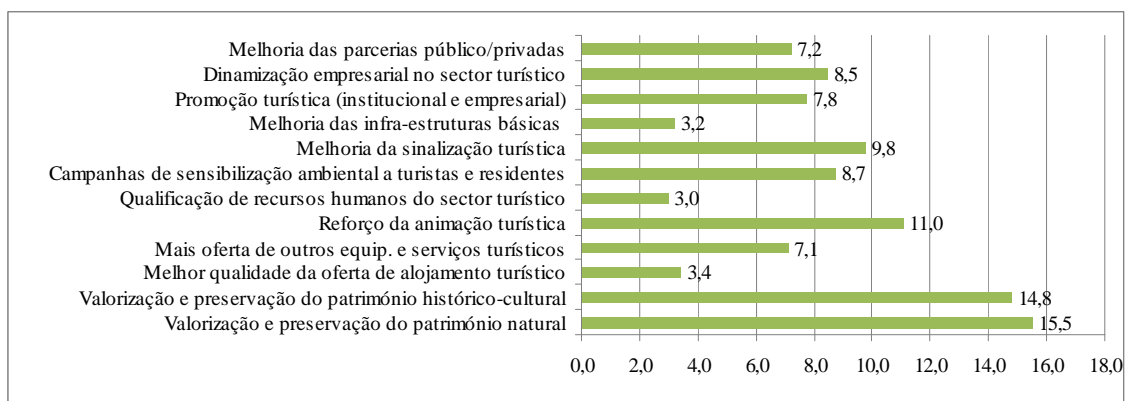
1 – Muito Insatisfeito; 2 – Insatisfeito; 3 – Nem Satisfeito nem insatisfeito; 4 – Satisfeito; 5 – Muito Satisfeito

FONTE: Produção própria

Complementarmente, inquiriram-se os visitantes de forma a aferir a sua sensibilidade em relação ao desenvolvimento turístico futuro do destino. O gráfico seguinte resume as opiniões recolhidas destacando-se as ponderações atribuídas às acções tendentes a assegurar a valorização e preservação do património natural e do histórico-cultural, bem como à necessidade de reforço da animação turística.

Refira-se que as medidas “melhor qualidade da oferta de alojamento turístico” (3,4%), “melhoria das infra-estruturas básicas” (3,2%) e “qualificação de recursos humanos do sector turístico” (3,0%) obtiveram as frequências mais baixas (ver Gráfico 19).

GRÁFICO 19 | PRINCIPAIS ASPECTOS A RESOLVER ADEQUADAMENTE NO DESTINO DO ALQUEVA (% DO TOTAL DE REFERÊNCIAS)



FONTE: Produção própria

A partir da análise dos dados apurados, a título de síntese, podemos concluir que o visitante ao destino Alqueva tem o seguinte perfil médio:

- É predominantemente do sexo masculino (51,4%);
- Apresenta uma média de idades entre os 31 e os 45 anos (38,6%);
- Reside em Portugal (78,2%) e maioritariamente na região de Lisboa, NUT II (33,8%);
- Possui o estatuto de casado ou vive em união de facto (60,5%);
- Detém um nível de instrução predominantemente do ensino superior (50,5%);
- Em termos profissionais, é um “Trabalhador por conta de outrem” (60,5%);
- O rendimento mensal líquido situa-se entre os 501€ e os 1000€ (38,1%);
- Encontra no “Lazer / Férias” (74,7%) a principal motivação de visita à região;
- Já visitou anteriormente a região (52,2%);
- Possui o círculo de familiares e amigos (40,2%) como o canal privilegiado de informação sobre a região;
- Ao escolher o Alqueva fá-lo de uma forma decidida (78,2%), não ponderando outro destino;
- Utiliza principalmente na deslocação ao destino o “automóvel próprio” (85,1%);
- Pernoita predominantemente na região (63,7%), sendo que a duração média da estada é de 3,4 noites;
- Procura sobretudo a “Pensão / Residencial” (28,5%) como tipologia de alojamento colectivo;
- Revela satisfação com a visita à região (51,0%) e propensão para regressar (98,9%) e aconselhar o destino (99,7%);
- Tem uma opinião que indica que a região aumentará moderadamente a sua importância turística no futuro (42,1%);

- Valoriza como atributos do destino o “Sossego / Tranquilidade”, o “Clima”, o “Património histórico-cultural”, o “Património natural”, “Gastronomia”, a “Hospitalidade” e os “Serviços de informação turística adequados”;
- Considera que a região deve ter uma “melhor qualidade da oferta de alojamento turístico” (3,4%), “melhorar as infra-estruturas básicas” (3,2%) e “qualificar os recursos humanos do sector turístico” (3,0%).

6.2 | Apresentação de dados – Inquérito aos Agentes Turísticos

Como já foi referido em capítulos anteriores, as parcerias revestem um carácter decisivo para o desenvolvimento dos destinos turísticos, na medida que o turismo constitui uma actividade com uma estrutura fragmentada e que, por isso mesmo, implica a articulação entre os vários actores, bem como a concretização dos partenariados indispensáveis. Na prática, o destino turístico assume-se como um sistema que deve ser gerido em conformidade com as expectativas de diversos interessados, ou seja, de um grande leque de organizações com objectivos nem sempre facilmente conciliáveis, numa óptica de maximização das áreas de convergência possível e num cenário interactivo de complementaridade interna.

Tal como evidenciado anteriormente, o desempenho de um destino turístico tenderá sempre a reflectir a consistência das relações de complementaridade que se estabelecem entre os diversos tipos de contributos, pelo que o sentido de parceria efectiva e contínua entre as organizações públicas e privadas, independentemente de estarem directa ou indirectamente relacionadas com a prestação de serviços do sector, assume um carácter decisivo.

Neste sentido, como mencionado anteriormente (capítulo IV), considerou-se relevante proceder a um levantamento das opiniões dos principais agentes turísticos do Alqueva sobre um conjunto de aspectos relacionados com o desenvolvimento turístico da região.

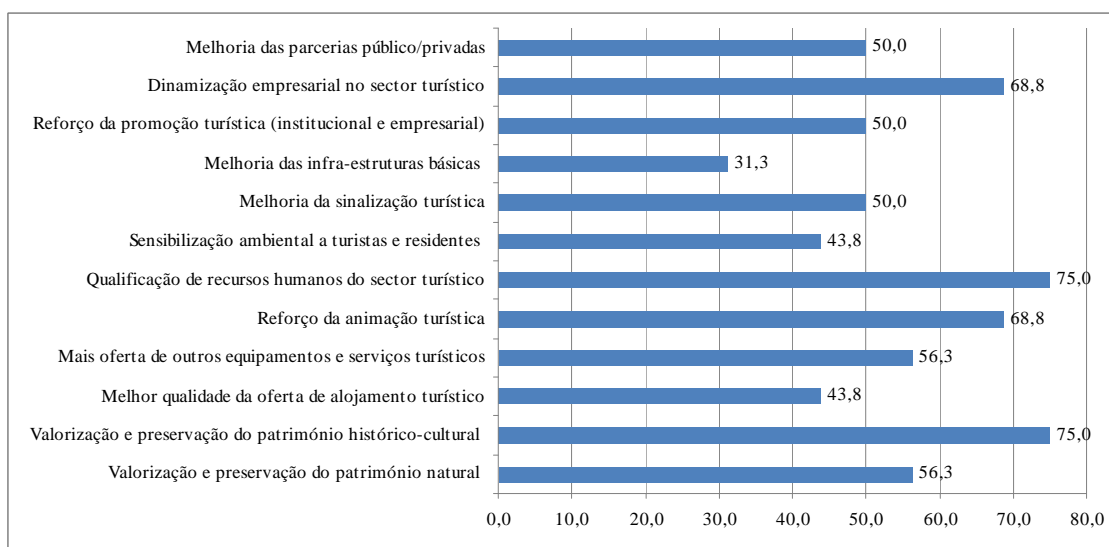
As questões colocadas abrangeram as seguintes matérias:

- Principais problemas a resolver para potenciar o desenvolvimento do turismo;
- Delimitação dos interlocutores que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável do turismo;
- Desafios que se colocam à implementação de uma gestão estratégica integrada;
- Pontos fortes da região para o desenvolvimento turístico;
- Fragilidades da região para o desenvolvimento turístico;

- Oportunidades que podem impulsionar o desenvolvimento turístico;
- Ameaças que podem prejudicar o desenvolvimento turístico;
- Benefícios expectáveis decorrentes do futuro desenvolvimento turístico da região.

Como decorre da leitura do Gráfico 20, na opinião dos agentes que responderam ao inquérito, a qualificação dos recursos humanos, a valorização e preservação do património histórico-cultural, a dinamização empresarial, o reforço da animação turística, a valorização e preservação do património natural e o reforço da oferta ao nível dos equipamentos turísticos, constituem os factores que justificam uma intervenção prioritária no sentido de viabilizarem as condições que favoreçam o desenvolvimento turístico do destino Alqueva.

GRÁFICO 20 | PRINCIPAIS PROBLEMAS A RESOLVER NO DESTINO ALQUEVA (% DO TOTAL DE REFERÊNCIAS)

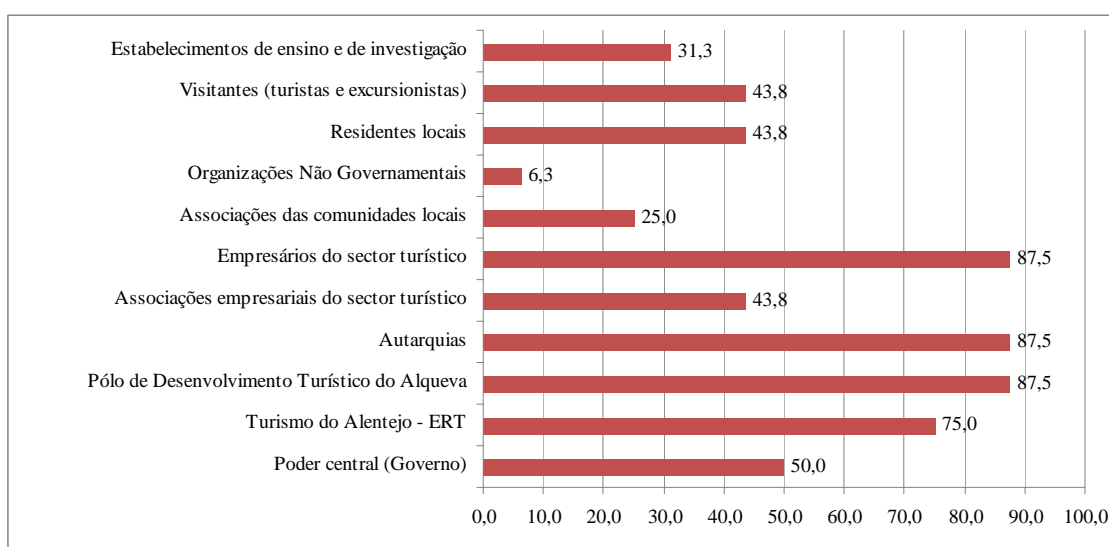


FONTE: Produção própria

Passando à enumeração dos parceiros que podem desempenhar um papel decisivo no desenvolvimento sustentável do turismo no Alqueva, verificou-se um forte consenso na identificação de três interlocutores considerados essenciais no processo (ver Gráfico 21). Assim, as Autarquias com incidência no destino Alqueva, a entidade regional de turismo responsável pelo PDTA (TGLA - Alentejo) e os empresários do sector turístico foram identificados como elementos determinantes nesta abordagem, seguindo-se, a Turismo do Alentejo, ERT. Saliente-se que metade dos respondentes assinalaram a influência que o poder central também pode ter, enquanto que 43,8% destacaram o papel dos residentes locais, dos próprios visitantes e das associações empresariais do turismo.

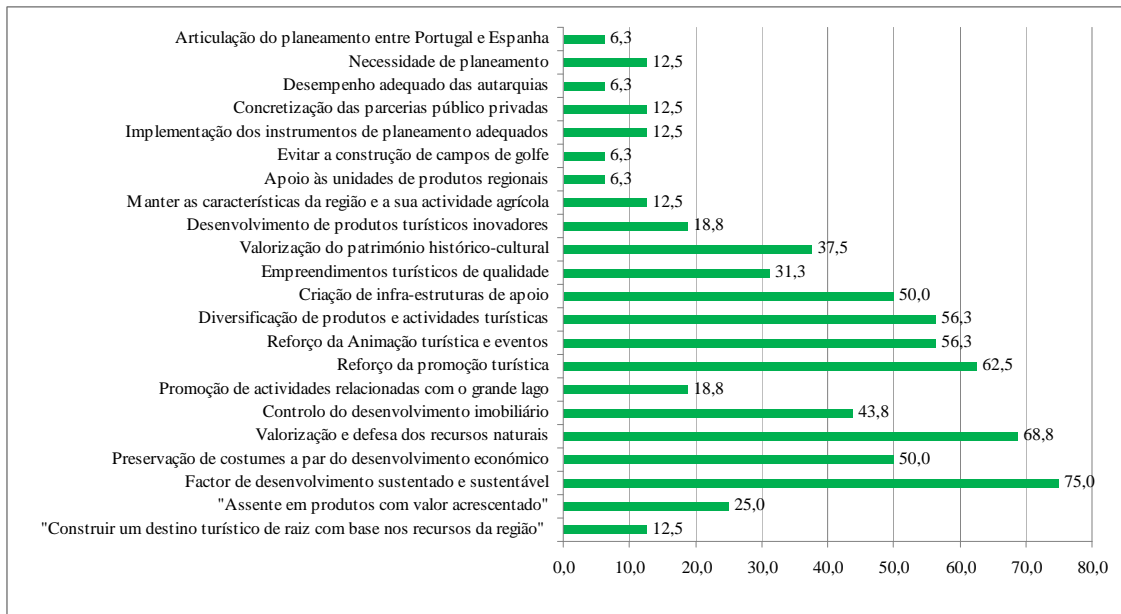
No domínio dos desafios que se colocam à implementação de uma gestão estratégica integrada, observou-se uma dispersão de respostas por vários factores, sobressaindo, com $\frac{3}{4}$ das respostas, o entendimento da necessidade de garantir um desenvolvimento sustentado e sustentável, assente na valorização e defesa dos recursos naturais (68,8%), no reforço da promoção turística (62,5%), na diversificação de produtos e actividades turísticas (56,3%) e no reforço da animação de turística e eventos (56,3%). Anote-se igualmente que metade dos respondentes valorizou a preservação de costumes a par do desenvolvimento económico, bem como a criação de infra-estruturas de apoio.

GRÁFICO 21 | INTERLOCUTORES QUE PODEM CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO DESTINO ALQUEVA (% DO TOTAL DE REFERÊNCIAS)



FONTE: Produção própria

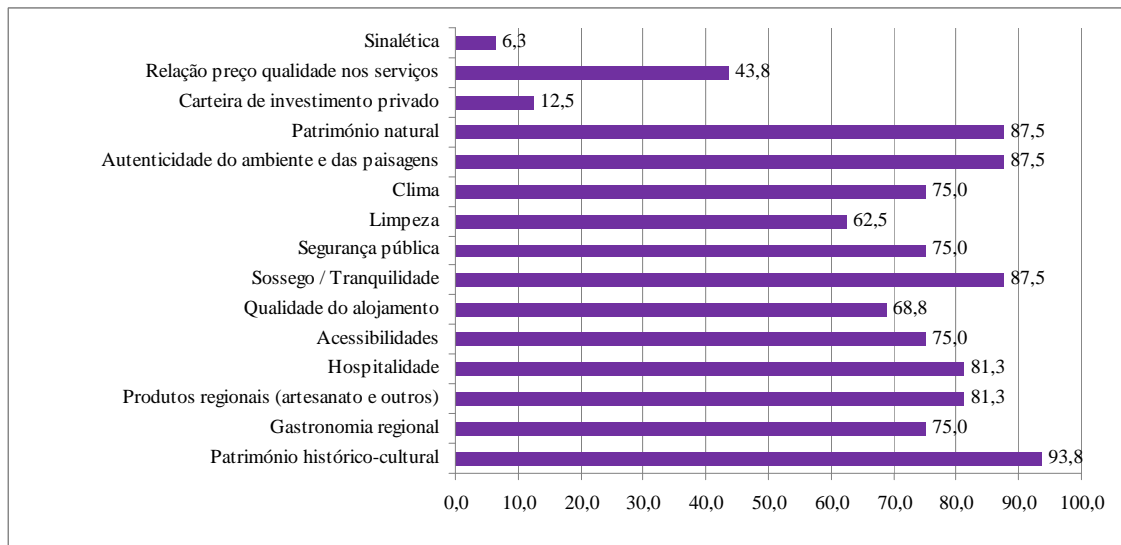
GRÁFICO 22 | PRINCIPAIS DESAFIOS QUE SE LEVANTAM À IMPLEMENTAÇÃO DE UMA GESTÃO ESTRATÉGICA INTEGRADA (% DO TOTAL DE REFERÊNCIAS)



FONTE: Produção própria

Entrando nas componentes da análise SWOT, as respostas recolhidas permitiram identificar os pontos fortes que constam do Gráfico 23:

GRÁFICO 23 | PRINCIPAIS PONTOS FORTES DO DESTINO ALQUEVA PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO (% DO TOTAL DE REFERÊNCIAS)

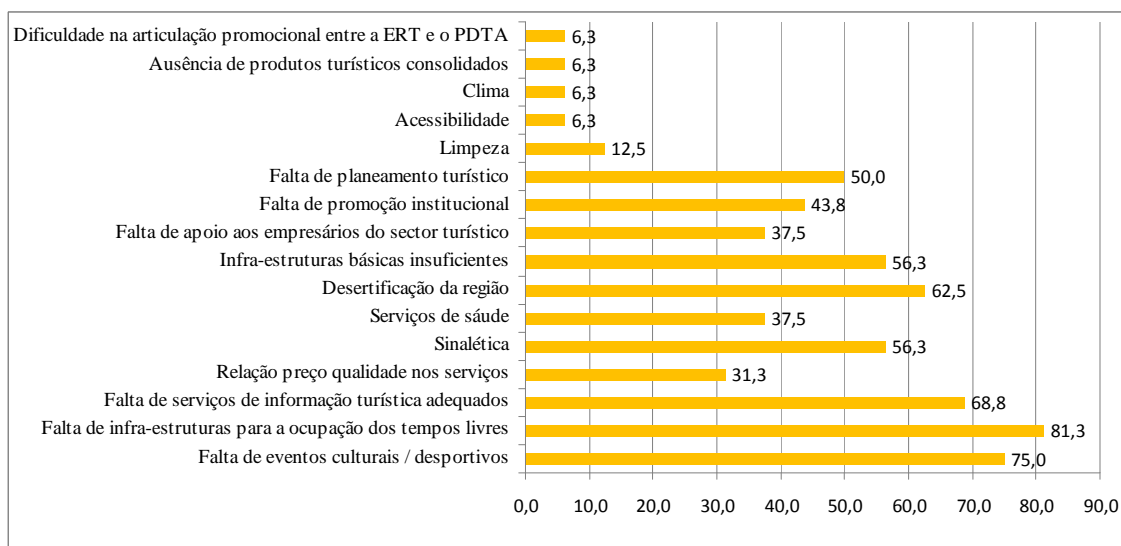


FONTE: Produção própria

Saliente-se o consenso obtido em torno da valia do património histórico-cultural (93,8% dos respondentes), do património natural (87,5%), da autenticidade do ambiente e das paisagens (87,5%), do sossego e da tranquilidade (87,5%), da hospitalidade (81,3%) e dos produtos regionais existentes (81,3%). Sublinhe-se, cumulativamente, a fraca pontuação atribuída à carteira de investimento privado (apenas 12,5% das citações).

Por outro lado, os pontos fracos apontados pelos agentes turísticos (ver Gráfico 24) centraram-se sobretudo no plano dos recursos ligados à fixação e à ocupação dos tempos livres, seguindo-se a falta de serviços adequados de informação turística (68,8%), a desertificação regional (62,5%), as deficiências ao nível da sinalética (56,3%), as insuficiências no plano das infra-estruturas básicas (56,3%) e a ausência de planeamento turístico (50,0%).

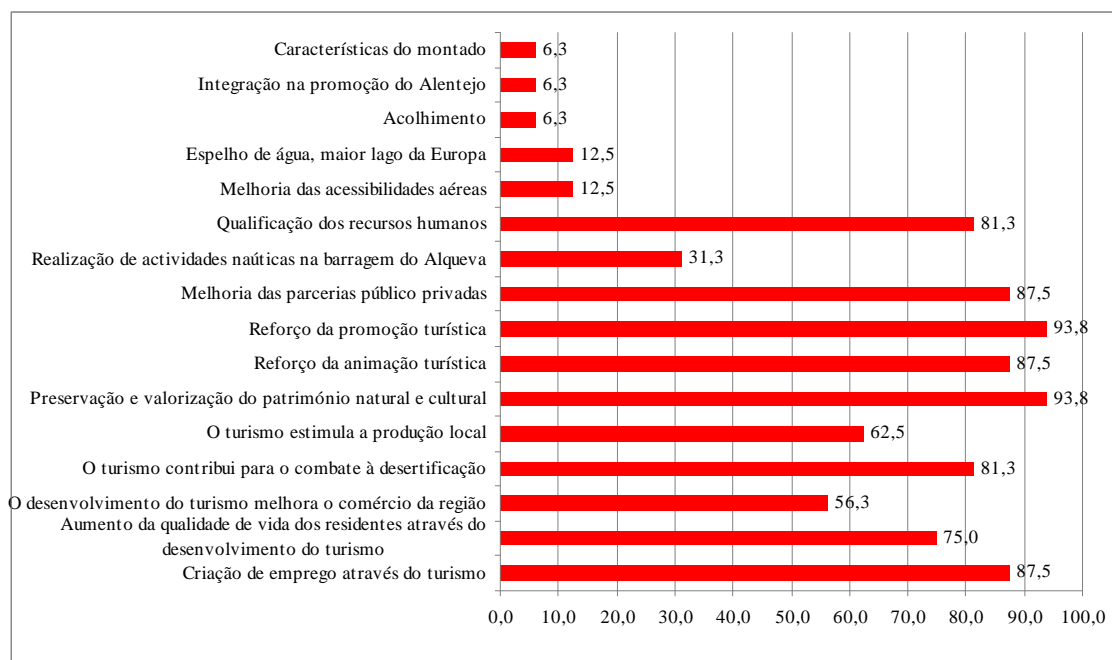
GRÁFICO 24 | PRINCIPAIS FRAGILIDADES DO DESTINO ALQUEVA PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO (% DO TOTAL DE REFERÊNCIAS)



FONTE: Produção própria

No tocante às oportunidades (ver Gráfico 25) que o desenvolvimento turístico pode gerar para o destino Alqueva, sublinhe-se o forte entendimento (93,8% das respostas) de que poderá facultar um contributo relevante para a preservação e valorização do património natural e cultural que enquadra o Grande Lago, a par da geração acrescida de oportunidades de emprego (87,5%), de incentivo aos partenariados entre privados (87,5%), de estímulo para o combate à desertificação (81,3%), de qualificação dos recursos humanos da região (81,3%), de impulso ao aumento da qualidade de vida dos residentes (75,0%) e de reforço da produção local (62,5%) e do próprio comércio (56,3%).

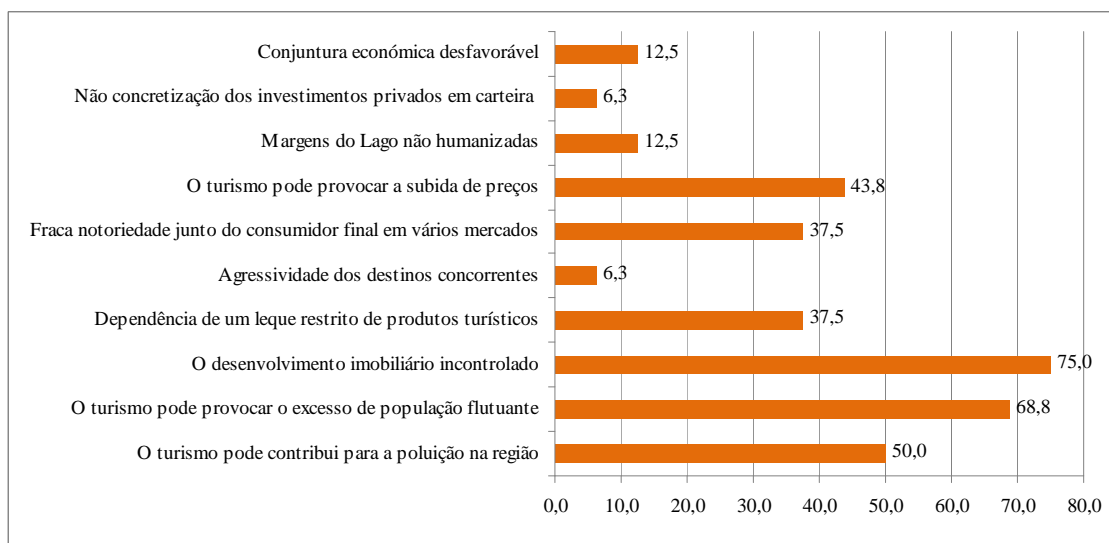
GRÁFICO 25 | PRINCIPAIS OPORTUNIDADES DO DESTINO ALQUEVA PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO (% DO TOTAL DE REFERÊNCIAS)



FONTE: Produção própria

No plano das ameaças (Gráfico 26), 75% dos actores representados na amostra elegeram o desenvolvimento imobiliário incontrolado como um factor de potencial risco, o que vem reforçar a indispensabilidade de se optarem por práticas de planeamento integrado, onde a articulação com os instrumentos de gestão territorial é essencial. Seguiram-se as menções aos reflexos de uma eventual carga excessiva da população flutuante (68,8%), ao aumento da poluição não controlada devidamente (50,0%) e ao efeito da subida da espiral de preços (43,8%).

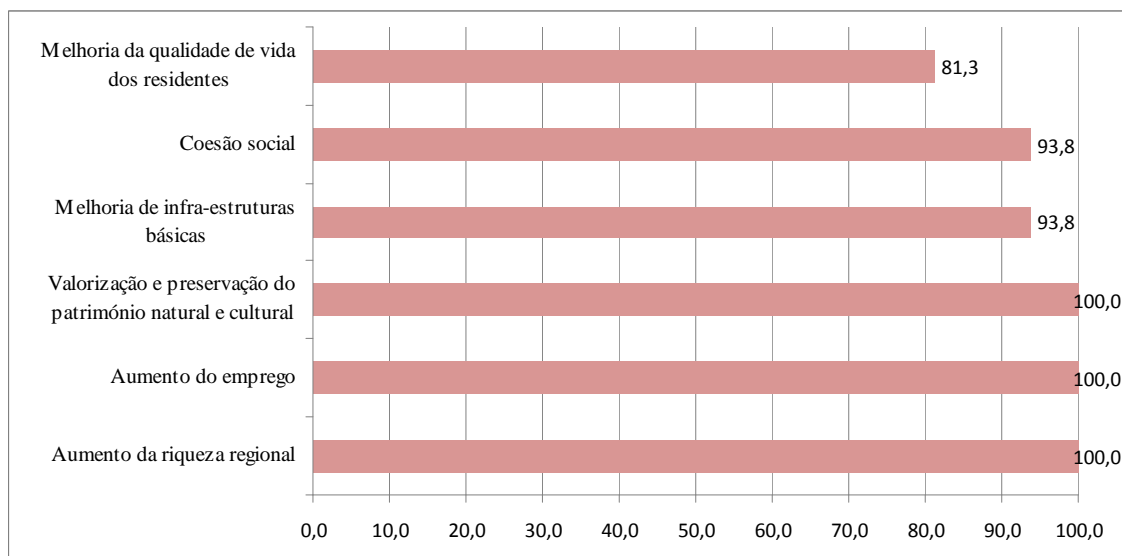
GRÁFICO 26 | PRINCIPAIS AMEAÇAS DO DESTINO ALQUEVA PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO (% DO TOTAL DE REFERÊNCIAS)



FONTE: Produção própria

A última questão colocada prendeu-se com o elenco dos principais benefícios expectáveis para a região com o desenvolvimento turístico do destino Alqueva. Assim, de acordo com o reproduzido no Gráfico 27, observou-se um consenso absoluto sobre as consequências positivas no aumento da riqueza regional e do emprego, bem como no contributo para a valorização e preservação do património natural e cultural. Foram igualmente pontuados de uma forma significativa o efeito no reforço da coesão regional (93,8%), na melhoria das infra-estruturas básicas (93,8%) e no progresso da qualidade de vida dos residentes (81,3%).

GRÁFICO 27 | PRINCIPAIS BENEFÍCIOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E PATRIMONIAIS EXPECTÁVEIS COM O FUTURO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO DESTINO ALQUEVA (% DO TOTAL DE REFERÊNCIAS)



FONTE: Produção própria

Como síntese final resultante das opiniões expressas sobre as questões em análise, deve-se evidenciar que os agentes turísticos que colaboraram no inquérito identificaram um conjunto de áreas de intervenção a resolver no imediato (valorização e preservação do património, qualificação dos recursos humanos, dinamização empresarial, entre outras), mas deixam igualmente entender várias preocupações no domínio da envolvente endógena e exógena, as quais só encontram resposta no domínio do planeamento integrado como forma de garantir o desiderato do desenvolvimento sustentável.

Constatou-se igualmente a existência de um quadro claro e muito consensual sobre os pontos fortes da região para as práticas turísticas, sendo igualmente perceptível a identificação de um conjunto de oportunidades e de ameaças que carecem da devida ponderação e cuja resposta adequada também deverá encontrar o antídoto adequado na esfera do planeamento turístico.

Ressalte-se igualmente a convicção praticamente generalizada que, se o Alqueva seguir o rumo do desenvolvimento turístico sustentável, as consequências nos planos patrimonial, económico, social e territorial serão amplamente favoráveis no sentido de impulsionarem o progresso de toda a região.

**VII | DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DO DESTINO
TURÍSTICO ALQUEVA**

7.1 | Análise SWOT

Elaborado o diagnóstico ao destino Alqueva (devidamente enquadrado na região macro onde este se insere – NUTI II Alentejo), através de uma caracterização dos principais indicadores territoriais, sociais, económicos e turísticos, efectuada a inventariação dos recursos turísticos (capítulo V), e expostos os resultados do trabalho empírico (capítulo VI), impõe-se a triangulação e sistematização da informação disponível.

Neste sentido, recorrendo à análise SWOT, foi possível efectuar uma reflexão estratégica identificando as principais Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*) do destino Alqueva e que se apresentam de seguida (Quadros de 32 e 33).

QUADRO 32 | MATRIZ SWOT AO DESTINO ALQUEVA – FORÇAS E FRAQUEZAS

FORÇAS	FRAQUEZAS
Património cultural (edificado e imaterial);	Baixa densidade populacional;
Património natural;	Desertificação da região e despovoamento dos aglomerados populacionais de pequena dimensão;
Autenticidade do ambiente e das paisagens;	Duplo envelhecimento etário da população;
Hospitalidade;	Fraca densidade empresarial;
Sossego / Tranquilidade;	Debilidades nos serviços dos transportes públicos colectivos rodoviários;
Clima;	Os acessos ferroviários apresentam debilidade estrutural;
Gastronomia regional;	Serviços de saúde e infra-estruturas básicas insuficientes;
Produtos regionais (artesanato e outros);	Fraca dinamização empresarial do sector turístico;
Criação do PDTA;	Reduzida oferta hoteleira, de empresas de animação turística e de operadores marítimo-turísticos;
Instrumentos de gestão territorial que preconizam a defesa da sustentabilidade para a região;	Escassez de infra-estruturas para a ocupação de tempos livres;
Existência de elementos dinamizadores que permitem a oferta de diversidade ao nível dos produtos turísticos;	Necessidade de reforço da animação turística, de eventos culturais e / ou desportivos;
Segurança pública;	Insuficientes parcerias público-privadas e falta de espessura institucional;
Qualidade da oferta de alojamento turístico com especial incidência ao nível do TER;	Necessidade de reforço de serviços de informação turística adequados e debilidades na sinalização turística;
Fidelidade dos visitantes à região;	Falta de promoção turística: institucional e empresarial;
Localização geográfica.	Necessidade de reforço ao nível do planeamento turístico;
	Escassez de recursos humanos qualificados;
	A água da albufeira ainda não tem qualidade compatível para uso balnear;
	Falta de integração do destino Alqueva junto dos operadores turísticos.

FONTE: Produção Própria

Assim, tendo presente o ambiente interno à região, importa salientar que, ao nível das **Forças**:

- O destino Alqueva é caracterizado pela forte identidade cultural, traduzida pela riqueza e variedade do seu património edificado e imaterial como são exemplo a sua hospitalidade, a gastronomia, as tradições, o cante alentejano ou os seus produtos regionais (exemplo: artesanato ou produtos regionais agro-alimentares);
- Possui também uma grande riqueza de recursos naturais, pela autenticidade e singularidade paisagística que o território oferece, salientando-se a paisagem e o montado. Por outro lado, o sossego, a tranquilidade, o clima e a autenticidade do ambiente e das paisagens, constituem ingredientes que marcam a região, como comprova a análise empírica de dados;
- A identificação do PDTA pelo PENT e a sua posterior constituição jurídico-institucional possibilitará novas dinâmicas ao nível do planeamento turístico; permitirá igualmente o reconhecimento do Alqueva enquanto destino turístico, o que facultará uma maior notoriedade e competitividade junto dos mercados nacional e internacional;
- A existência de instrumentos de gestão territorial que definem, nas suas opções estratégicas, um modelo alinhado com os princípios do desenvolvimento sustentável para a região;
- O destino é detentor de um conjunto de recursos com capacidade de dinamizar, desenvolver e diversificar a oferta turística ao nível dos produtos turísticos;
- A segurança pública é considerada como um factor favorável ao nível do acolhimento no destino;
- Ao nível dos equipamentos turísticos sobressai a oferta no alojamento colectivo, a qual, na generalidade, possui qualidade e, no caso específico do TER, assume mesmo preponderância no contexto nacional em termos de dimensão;
- Os dados empíricos apurados revelaram que existe um forte índice de fidelidade à região;

- A situação geográfica porque resulta da proximidade à área metropolitana de Lisboa, à região do Algarve e a Espanha.

No que respeita às **Fraquezas** detectadas, convém sublinhar:

- No âmbito social é evidente o baixo índice de densidade populacional, aliado à desertificação generalizada da região, a diminuição do número de efectivos nos núcleos populacionais de menor dimensão e o duplo envelhecimento da população;
- No domínio económico evidencia-se a falta de dinamismo empresarial, a par de uma reduzida estrutura dimensional;
- Assiste-se a debilidades ao nível dos serviços dos transportes públicos colectivos rodoviários e das acessibilidades ferroviárias, principalmente nas ligações intra-concelhias;
- Os dados apurados revelaram que a oferta de serviços de saúde e as infra-estruturas básicas são insuficientes;
- O sector turístico empresarial na região tem pouca expressão, verificando-se uma reduzida oferta hoteleira, tanto em número de camas como em número de estabelecimentos hoteleiros, além de um diminuto número de empresas de animação turística e de operadores marítimo-turísticos estabelecidos no destino;
- Existem insuficientes infra-estruturas para a ocupação de tempos livres, bem como subsiste a necessidade de reforço de actividades da animação turística e de eventos culturais e / ou desportivos;
- No plano da intervenção pública é patente alguma inconsistência e falta de articulação entre as organizações existentes e, verifica-se também falta de reforço ao nível do planeamento turístico, da promoção turística institucional, da sinalização turística e dos serviços de informação turística;
- Evidencia-se uma fraca articulação entre a intervenção pública e privada, manifestada por exemplo na necessidade de reforço da promoção turística conjunta;

- Escassez de recursos humanos qualificados no turismo, sobretudo ao nível do alojamento e da restauração;
- A água da albufeira de Alqueva ainda não tem qualidade compatível para uso balnear, logo, restringe a realização de algumas actividades turísticas;
- O destino Alqueva ainda não se encontra integrado nas redes dos operadores turísticos, o que tem sobretudo reflexos junto dos mercados internacionais.

Por outro lado, o desenvolvimento do turismo no destino Alqueva poderá beneficiar de diversas **Oportunidades**, entre as quais evidenciamos:

- Potenciação do Grande Lago Alqueva, o maior lago artificial da Europa, e que surge como o elemento nuclear impulsionador de desenvolvimento a diversos níveis, incluindo o turístico;
- Em termos sociais e económicos permitirá por um lado criar postos de trabalho, fixar a população, estimular o combate à desertificação, podendo mesmo facilitar o rejuvenescimento da pirâmide etária; por outro lado, o turismo irá estimular a produção local e, por conseguinte, o desenvolvimento do comércio da região. Todos estes factores irão incrementar a qualidade de vida das populações autóctones;
- Possibilitará a preservação, valorização e promoção do património cultural (edificado e imaterial) e natural da região;
- Integração do destino Alqueva na promoção turística referente à marca “Alentejo” com exploração das sinergias possíveis, ao nível institucional e ao nível da própria imagem;
- Incremento das parcerias público-privadas e reforço da cooperação;
- Possibilitará o reforço da promoção turística, institucional e empresarial;
- Permitirá realizar campanhas de sensibilização e educação ambiental junto dos turistas e das populações residentes;

- Facultará a diversificação da oferta turística secundária ao nível da quantidade e qualidade do alojamento turístico, dos equipamentos, das infra-estruturas e dos serviços turísticos oferecidos, como por exemplo, permitindo a criação de infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento de actividades náuticas desportivas e ao aparecimento de empresas de animação turística e de operadores marítimo turísticos, capitalizando o espelho de água; e também da animação cultural / eventos;
- A concretização e dinamização de alguns projectos estruturantes da região Alentejo como o EFMA, o Aeroporto de Beja e eixo ferroviário de alta velocidade do sudoeste da Europa, permitirão aumentar a competitividade do destino Alqueva;
- Melhoria das acessibilidades e transportes rodoviários, ferroviários e aéreos de ligação à região;
- Aumento da massa crítica empresarial com efeitos no reforço da gestão estratégica e da maior consciencialização sobre a importância sobre a qualificação do capital humano no sector, o que melhorará a competitividade do destino;
- Possibilidade de desenvolvimento de projectos de interesse comum com o “lado espanhol”.

No plano oposto podem-se identificar **Ameaças**, as quais carecem da devida ponderação. Referimo-nos nomeadamente aos seguintes factores:

- A actual conjuntura económico-financeira desfavorável que poderá não permitir a concretização dos projectos turísticos em carteira para o destino Alqueva;
- Crescimento desmesurado da imobiliária nomeadamente associada aos grandes projectos turísticos;
- Insuficiente articulação e cooperação entre as entidades públicas e o sector privado para a definição de parcerias;
- Risco de crescimento não orientado, acarretando, por exemplo, a degradação dos recursos culturais e naturais;

- Dependência de um leque restrito de produtos turísticos caso não se concretize uma estratégia adequada de diversificação e desenvolvimento;
- A actividade turística poderá provocar o excesso de população flutuante, se não forem estabelecidos os limites de capacidade de carga, e poderá ainda contribuir para a subida de preços e para a poluição no destino;
- Concorrência face a destinos turísticos com uma oferta semelhante.

No Quadro 33 sistematizam-se os aspectos atrás evidenciados, de forma a possibilitar uma visão de conjunto.

QUADRO 33 | MATRIZ SWOT AO DESTINO ALQUEVA – OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Grande Lago Alqueva;	Conjuntura económico-financeira desfavorável;
Criação de emprego;	Não concretização dos projectos turísticos em carteira para a região do Alqueva;
Contribui para a fixação da população e combate a desertificação;	Componente imobiliária associada aos grandes projectos turísticos;
Contrariar o envelhecimento da estrutura etária;	Fraca cooperação público-privada;
O turismo estimula a produção local;	Risco de crescimento não orientado;
O desenvolvimento do turismo melhora o comércio da região;	Deterioração dos recursos culturais e naturais;
Aumento da qualidade de vida das populações residentes;	Dependência de um leque restrito de produtos turísticos;
Valorização e preservação do património cultural e natural;	Excesso de população flutuante;
Integração na promoção turística da marca “Alentejo”;	Subida de preços;
Melhoria das parcerias público-privadas;	Poluição da região;
Reforço da promoção turística;	Concorrência de destinos semelhantes.
Sensibilização ambiental de turistas e residentes;	
Reforço da oferta de alojamento turístico;	
Mais oferta de equipamentos e serviços turísticos;	
Possibilidade de aparecimento de empresas de animação turística e operadores marítimo-turístico;	
Reforço da oferta de animação cultural / eventos;	
EFMA;	
Aeroporto de Beja;	
Eixo ferroviário de alta velocidade do sudoeste da Europa;	
Melhoria das acessibilidades e transportes;	
Aumento da massa crítica empresarial;	
Qualificação dos recursos humanos no turismo;	
Desenvolvimento de sinergias com o “lado espanhol”.	

FONTE: Produção própria

7.2 | Desafios e factores críticos de sucesso

Tendo por base a análise SWOT efectuada, elencamos, de seguida, um conjunto de desafios e factores críticos de sucesso que consideramos fulcrais para que o destino turístico Alqueva se desenvolva de forma sustentável:

i) Preservar, valorizar e promover o património cultural e natural e implementar estratégias à sua protecção

Para garantir o desenvolvimento sustentado da região é fundamental que se continue a valorizar e preservar os seus recursos culturais e naturais, de forma a aproveitar convenientemente o seu potencial. Para se atingir este fim, devem ser implementadas estratégias que evitem os efeitos negativos decorrentes da actividade turística, como o conceito de capacidade de carga.

ii) Diversificar a base económica do destino através do turismo

Neste ponto assume especial destaque o desenvolvimento de projectos turísticos estruturantes susceptíveis de impulsionarem a criação de emprego, permitindo fixar e atrair população. Estes projectos devem compatibilizar os fins turísticos com os pressupostos do turismo sustentável:

A concretização de conjuntos turísticos integrados, onde predominem como suporte das actividades turísticas os empreendimentos turísticos e as infra-estruturas de apoio (nomeadamente, campos de golfe e respectivas instalações) deve estar associada à manutenção de valorização dos espaços naturais, à racionalização da utilização dos recursos hídricos e energéticos, à valorização das actividades rurais acautelando os valores cénicos e a identidade da paisagem. (RCM nº 53 / 2010; 3018).

Importa também realçar que estes projectos turísticos devem integrar políticas e práticas sustentáveis, desde a fase de construção até à gestão inerente à sua exploração.

Por sua vez, o turismo possibilita também a dinamização de outras actividades económicas como a agricultura e a pecuária, uma vez que permite desenvolver produtos endógenos, como por exemplo, o vinho, o azeite, o queijo ou o mel⁴⁵, impulsionando, assim, a economia local.

iii) Melhoria das parcerias público-privadas

O desenvolvimento do Alqueva enquanto destino turístico deve passar pelo incremento das relações público-privadas numa óptica integrada de acção supervisionada por DMO, com todas as vantagens daí decorrentes, conforme enunciado na revisão da literatura (subcapítulo 3.4).

⁴⁵ Alguns produtos já classificados como Denominação de Origem Protegida, como por exemplo o Azeite de Moura e o Presunto de Barrancos; e vinhos com Denominação de Origem Controlada, nomeadamente CARMIM – Cooperativa Agrícola de Reguengos de Monsaraz.

Como enfatiza o PROT Alentejo, “Competirá às entidades públicas centrais e locais a promoção de iniciativas com vista à definição e implementação de uma abordagem do desenvolvimento turístico desta sub-região visando o envolvimento e a mobilização dos municípios de Alqueva e de agentes turísticos numa estratégia integrada de base territorial para o turismo.” (RCM nº 53 / 2010; 3018).

iv) Necessidade de Planeamento integrado

É necessário elaborar um instrumento de planeamento turístico que defina as políticas e as estratégias para a região, bem como as acções e as medidas que devem ser desencadeadas a médio longo prazo. É através do planeamento que se geram as condições de sustentabilidade assentes numa integração com os sistemas envolventes, na estruturação adequada da oferta turística e na sua posterior comercialização e promoção. Enfatize-se a necessidade do mecanismo de planeamento conter a componente indispensável de monitorização.

v) Reforço da promoção turística (institucional e empresarial)

Criação das condições que permitam lançar as bases para um *marketing* eficaz na região através da junção de esforços entre os parceiros públicos e privados. O recurso progressivo às novas tecnologias e eventual criação de um sistema de gestão do destino permitirá a criação de soluções integradas e adequadas ao nível da promoção, mas também no plano das componentes informativa e comercial.

vi) Expandir e diversificar a oferta turística do destino Alqueva

Estruturar a diversificação da oferta turística ao nível dos produtos turísticos. Como enunciámos anteriormente (subcapítulo 5.5.1), o destino Alqueva possui um leque de recursos com forte potencial de desenvolvimento de produtos, muitos destes particularmente ancorados ao espelho de água. Foram assim elencados um conjunto de produtos turísticos emergentes que vão ao encontro do preconizado pelo PROT Alentejo:

A qualidade e a diversidade dos atractivos patrimoniais permitem que no Alentejo se possa desenvolver um turismo orientado para as mais variadas vertentes, com especial vocação para as formas menos convencionais e massificadas, nomeadamente, **turismo de natureza, turismo cultural, eno-turismo e gastronomia, turismo cinegético e turismo activo/desportivo** [sublinhado nosso]. O recreio, a pesca desportiva em águas interiores e o **turismo cinegético** [sublinhado nosso] constituem actividades que, associadas à diversidade e identidade das suas paisagens (...) fazem com que o Alentejo se diferencie das restantes regiões. (RCM nº 53 / 2010; 2979).

Realçamos que a formatação e a concepção destes produtos turísticos deverão ser baseadas nos princípios do turismo sustentável, envolvendo todos os agentes-chave.

Importa também desenvolver a oferta turística a outros níveis, garantindo-se a melhoria das infra-estruturas básicas e da sinalização turística, além da qualificação dos recursos humanos do sector, bem como o desenvolvimento da qualidade da oferta de alojamento turístico e dos equipamentos e serviços turísticos, nomeadamente na área da animação.

vii) Sensibilização ambiental das populações e turistas

As campanhas adequadas de sensibilização sobre as questões ambientais geram comprovadamente atitudes responsáveis individuais nas populações e nos turistas. Em relação aos turistas, as suas acções podem ainda influenciar as empresas a adoptar políticas de gestão ambiental.

viii) Melhorias das acessibilidades e transportes

Desenvolvimento das acessibilidades e transportes da rede ferroviária, especialmente as articulações à área metropolitana de Lisboa, ao Algarve e a Espanha; por outro lado, no plano rodoviário interessa melhorar as ligações intra-concelhias.

Ao nível da componente aérea, a futura dinamização do Aeroporto de Beja permitirá potenciar as ligações ao destino. Estas melhorias, por sua vez, beneficiarão social e economicamente a qualidade de vida das populações residentes.

7.3 | Adequação do modelo Alqueva às boas práticas do domínio da gestão integrada dos destinos

Em conformidade com a análise aos modelos conceptuais de gestão integrada de destinos turísticos elaborada anteriormente (subcapítulo 3.5), procede-se agora à sua adequação ao destino Alqueva.

QUADRO 34 | A COMPETITIVIDADE DOS DESTINOS TURÍSTICOS (MODELO ABSTRACTO) VERSUS A SITUAÇÃO NO ALQUEVA

	0	1	2	3	4
Gestão Integrada					
• Planeamento			X		
• Organização			X		
• Liderança / influência			X		
• Controlo			X		
Desenvolvimento Sustentável					
• Conservação ambiental				X	
• Equidade social				X	
• Eficiência económica				X	
Sustentabilidade político-institucional					
• Continuidade política		X			
• Valorização do papel dos actores locais e da sociedade civil			X		
Planeamento integrado					
• Características gerais:					
o Envolvente exógena				X	
o Cruzamento com os instrumentos de gestão territorial				X	
• Metodologia:					
o Diagnóstico estratégico		X			
o Objectivos, estratégias, acções		X			
o Monitorização		X			
• Factores críticos de sucesso:					
o Identificação dos <i>stakeholders</i>		X			
o Decisão sobre as acções		X			
o Implementação das acções		X			
o Medição dos efeitos	X				
o Avaliação e ajustamento	X				
o Indicadores de qualidade e sustentabilidade	X				
Planeamento de marketing					
• Marketing estratégico			X		
• Marketing mix (operacional) + orçamento + controlo			X		
• Marketing holístico (informação, comercialização e comunicação)	X				
Competitividade					
• Determinantes específicos:					
o Condições factoriais				X	
o Qualidade e a estrutura da oferta			X		
o Estrutura do mercado e da sua organização		X			
o Condições da procura			X		
o Desempenho do sector público		X			
Parcerias e cooperação					
• Benefícios mútuos, transparência e equidade			X		
• Cooperação público-privada			X		
• Envolvimento das comunidades locais			X		
• Capacidade de gestão em relação às forças competitivas do mercado			X		
• Estruturas facilitadoras da cooperação			X		

LEGENDA:

Aproximação ao modelo teórico abstracto de boas práticas nos destinos: 0 – Nula; 1 – Fraca; 2 – Razoável; 3 – Forte; 4 – Total.

FONTE: Produção própria

Do confronto entre o modelo teórico e a situação no Alqueva, suportada esta última pelos elementos que decorrem da análise empírica de dados, pode-se constatar que, no plano dos enunciados teóricos, o Alqueva aparenta possuir uma moldura ditada pelos instrumentos de planeamento geral que apontam para um desígnio de claras preocupações ao nível dos pressupostos relacionados com o desenvolvimento sustentável.

Como decorre da reflexão, considera-se que, no domínio da componente exógena e dos instrumentos de gestão territorial, o Alqueva possui o enquadramento favorável, notando-se contudo que na componente do planeamento do próprio sector, o *estado da arte* situa-se numa fase muito mais atrasada.

Outro aspecto pontuado fortemente prende-se com um determinante específico de competitividade do Alqueva e que se relaciona sobretudo com a dotação muito favorável ao nível dos recursos culturais e naturais.

No que respeita às componentes de gestão integrada do destino, das parcerias e cooperação, do planeamento de *marketing* e da sustentabilidade política institucional, considera-se que existem condições para lançar as bases de uma intervenção devidamente suportada e coerente, a qual depende sobretudo da capacidade de envolvimento neste processo dos vários agentes turísticos.

Existem elementos, tais como o lançamento das bases do planeamento turístico, a organização institucional no domínio, a definição de acções operacionais e a sua respectiva monitorização que só poderão ser avaliados numa fase posterior. Segundo o nosso ponto de vista, e em conformidade com o modelo de BUTLER (1980), o destino Alqueva encontra-se numa fase do seu ciclo de vida que reside na transição entre a fase do Envolvimento e a fase do Desenvolvimento.

Como é precisamente nesta última fase que se podem construir as bases institucionais e de operação susceptíveis de criarem as condições para um futuro desenvolvimento de acordo com os princípios da sustentabilidade, importa acentuar a necessidade de concretização das indispensáveis parcerias de cooperação público-privada. Trata-se de um elemento básico nos modelos teóricos de boas práticas e que o Alqueva ainda não corporiza de uma forma desejável, pelo que neste ponto existe um caminho lato ainda a percorrer para acompanhar as orientações existentes.

VIII | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como salienta a OMT (2003c; 5), “(...) el conocimiento científico es un conjunto de reglas o criterios que sirven de referencia en el proceso de búsqueda de la explicación de cuestiones o problemas específicos.”.

Neste sentido, a presente investigação pretendeu inserir-se dentro destes princípios, pelo que a pesquisa efectuada comportou partes diferenciadas, as quais constituem o suporte do roteiro metodológico utilizado. Tal como sublinha novamente a OMT (2001b; 5), “(...) El proceso de investigación en turismo es el conjunto de métodos empírico-experimentales, procedimientos, técnicas y estrategias para tener un conocimiento científico, técnico y práctico de los hechos y realidades turísticas.”.

Assinale-se que o percurso efectuado respeitou as etapas típicas do procedimento científico definidas por QUIVY e CAMPENHOUDT (2008), as quais foram esquematicamente resumidas no capítulo 4.1, através da Figura 6 (página 40).

Assim, no Capítulo I procedeu-se à apresentação dos objectivos da investigação e ao enunciado das questões gerais e específicas que a mesma deverá responder. Posteriormente, o Capítulo II assegurou a revisão da literatura de referência, a qual foi aprofundada no Capítulo III, através de uma abordagem directa à problemática da gestão integrada dos destinos turísticos.

No Capítulo IV descreveu-se o procedimento científico utilizado, o qual incluiu o detalhe sobre os processos de observação e de análise.

No Capítulo V introduziu-se o caso prático de estudo, o que implicou a caracterização das dinâmicas associadas à região do Alqueva, quer numa perspectiva geral, quer no caso do turismo em particular. O Capítulo VI foi dedicado à análise empírica de dados, através da conjugação de dados primários que reflectem as opiniões dos visitantes e dos agentes turísticos sobre as perspectivas do desenvolvimento turístico do Alqueva.

Finalmente, no Capítulo VII procedeu-se ao diagnóstico estratégico sobre a região em estudo, sistematizando-se os elementos recolhidos em torno de uma matriz SWOT, a qual possibilitou numa fase posterior, a identificação dos factores-chave de sucesso para o desenvolvimento sustentável do turismo no Alqueva. Esta análise concluiu-se com o confronto entre o modelo

teórico de boas práticas para a gestão integrada dos destinos turísticos, cujas bases foram explicitadas no subcapítulo 3.5.

Neste contexto, importa no presente Capítulo assegurar a integração dos pontos conclusivos decorrentes das várias etapas percorridas, garantir as respostas às questões centrais da investigação, delimitar as limitações da pesquisa e sistematizar os contributos decorrentes deste ensaio para a área científica.

Assim, a questão central que norteou a presente dissertação e à qual nos propusemos responder é: *Existem condições para que (futuramente) o destino Alqueva se desenvolva de forma sustentável?*

Conjugando as considerações que integram o Capítulo III, e que indicam as condições que devem ser observadas na gestão integrada dos destinos turísticos, com a análise empírica constante dos Capítulos V, VI e VII, sobressai o entendimento de que o Alqueva poderá reunir as condições para se desenvolver turisticamente de uma forma sustentável, embora este desafio comporte a necessidade de se cumprirem vários pressupostos.

Com efeito, o Alqueva disporá de condições excepcionais ao nível dos seus recursos primários, os quais foram invariavelmente distinguidos pelos agentes turísticos regionais como uma força evidente neste processo. A este propósito revemo-nos claramente no seguinte excerto extraído da RCM nº 53 / 2010; 2996:

Com a construção da Barragem de Alqueva e a subsequente constituição do grande lago artificial nasceu uma nova âncora de desenvolvimento da Região, com um elevado potencial de dinamização de actividades económicas e de promoção de uma organização territorial centrada no efeito do Grande Lago, constituindo, para aquela zona do interior da Região, um novo factor de desenvolvimento territorial, mobilizador dos recursos locais e potenciador do incremento das relações com Espanha. O padrão de ocupação e desenvolvimento turístico a implementar no terreno será um factor determinante para a natureza e sustentabilidade do modelo de desenvolvimento e de ordenamento do território da área. (...).

De facto, a presente pesquisa confirmou que a potencialidade dos recursos de base é particularmente forte, o que pressupõe condições efectivas para o desenvolvimento turístico sustentável. Contudo, não é suficiente a dotação em factores para um destino se desenvolver, sendo necessário criar as condições que possibilitem a sua evolução harmoniosa e assente em bases seguras. É precisamente neste ponto que surgem os requisitos adicionais que o Alqueva terá que preencher e que se relacionam com alguns pontos críticos que foram identificados no subcapítulo 7.2.

Referimo-nos concretamente à necessidade da região optar por práticas consistentes de planeamento turístico, já que será através deste instrumento que se poderá garantir a concretização de vectores imprescindíveis, tais como, a preservação e valorização do património natural e cultural, a activação das parcerias público-privadas, a diversificação da base económica regional, a organização adequada da oferta turística e as bases para o *marketing* a concretizar. Será igualmente através do planeamento que se poderá garantir a intersecção com outros sistemas importantes, entre os quais o dos transportes, da saúde, das acessibilidades e das infra-estruturas básicas.

A este propósito, recorde-se o entendimento de PARTIDÁRIO (1999; 20), para quem “(...) A sustentabilidade como objectivo último do desenvolvimento só poderá ser alcançada se houver uma convergência de acções de todos os intervenientes, em todos os níveis de actuação e em todos os segmentos do mercado do turismo.”

Neste contexto, o Alqueva evidencia uma moldura ao nível dos instrumentos de gestão territorial, conforme enfatizado no subcapítulo 5.3.3., que deixa antever a existência de mecanismos que preservem a região da eventual tendência para se ceder a uma massificação excessiva ou a um crescimento imobiliário descontrolado.

A presente pesquisa incidiu ainda na resposta a uma segunda pergunta, em caso de confirmação da questão central, nomeadamente: *Quais os benefícios expectáveis para o desenvolvimento da região envolvente ao Grande Lago do Alqueva?*

No caso particular desta questão, a conjugação das ilações retiradas da revisão da literatura com os dados empíricos trabalhados ao nível do Capítulo VI, possibilitaram a conclusão de que os benefícios decorrentes do desenvolvimento turístico sustentável do Alqueva se traduzirão, numa primeira instância, na satisfação dos grandes grupos de actores turísticos, onde podemos distinguir as empresas, o sector público, os residentes locais e os próprios turistas.

Adicionalmente, os efeitos positivos expectáveis face ao desenvolvimento turístico do Alqueva terão repercussões em vários domínios, concretamente nos planos económico, social, patrimonial e regional. Assim, terão efeitos no aumento da riqueza regional, no emprego, na melhoria da qualidade de vida dos residentes, no reforço da coesão social, na melhoria das infra-estruturas básicas, na melhoria das acessibilidades e na valorização do património natural e cultural.

Para além destes pontos, saliente-se o efeito indutor que poderá proporcionar no desenvolvimento da NUT II Alentejo, sendo esta situação extensiva ao plano geral e ao do turismo, em particular.

A investigação incluiu ainda três hipóteses que carecem igualmente de aprofundamento, apesar de decorrerem da própria extensão do conceito de sustentabilidade. Assim, conforme enunciado no subcapítulo 4.1 (página 42), importa abordar:

- A importância da gestão integrada dos destinos turísticos como forma de garantir a qualidade de vida das populações autóctones;
- A garantia de durabilidade dos recursos naturais e culturais, ou seja, dos recursos turísticos, pela minimização dos impactos nefastos nestes;
- Integração do espaço turístico e espaço territorial de forma equilibrada sem correr o risco de perda dos valores e recursos.

Como decorre da observação dos modelos existentes sobre a gestão integrada dos destinos turísticos, com particular realce para as experiências relatadas pela OMT (2007) e pela CE (CCE: 2007a; CCE: 2007b), a par das transmitidas por autores como VALLS (2004), VIGNATI (2008), de MATHIESON e WALL (1992), de CROUCH e RITCHIE (1999), de SILVA *et al.* (2001) e COOPER *et al.* (2001), um dos princípios fundamentais para potenciar os efeitos benéficos do desenvolvimento turístico no plano social, passa precisamente por assegurar o reforço da qualidade de vida das populações locais.

De facto, devem ser tomadas as acções que resguardem as comunidades de acolhimento de serem afectadas negativamente pelo fenómeno turístico, garantindo-se, ao invés, um impacto real positivo, de forma a criar uma aderência e receptividade compatível com o bom acolhimento dos turistas.

O próprio Código Mundial de Ética do Turismo (OMT: 2001a), sublinha a importância do turismo se assumir como um factor de valorização humana e de bem-estar das pessoas, o que impõe o envolvimento das comunidades de acolhimento nas actividades turísticas, bem como a sua participação acrescida nos efeitos positivos gerados ao nível sócio-económico e cultural, nomeadamente na melhoria dos níveis de qualidade de vida.

Por outro lado, uma gestão adequada dos destinos permite ainda, que as infra-estruturas e equipamentos a instalar, nomeadamente no plano social, sirvam os turistas mas também a própria população local. Neste sentido, reforça-se o entendimento de que os residentes da

comunidade devem estar representados nas tomadas de decisões ao nível do planeamento e da gestão do turismo, recebendo benefícios equitativos deste sector.

Como destaca a literatura de referência e como reconhece uma parte significativa dos actores turísticos do Alqueva (Capítulo VI), é através da cooperação e intervenção produtiva entre as empresas turísticas, os defensores do ambiente e a comunidade residente que se criam as condições para que todos possam obter benefícios e alcançar uma melhor qualidade de vida.

Passando à segunda premissa, a presente investigação confirma que os impactes da incidência do turismo optimizam-se através do conceito de desenvolvimento sustentável. É consensual o reconhecimento que o crescimento do turismo pode comportar ameaças ao nível dos planos culturais e ambientais, quando atinge uma dimensão excessiva e coloca em causa os equilíbrios ecológicos e sociais.

Deste modo, assistiu-se nos últimos anos a uma consciencialização sobre a importância do turismo sustentável, tendo vários destinos tomado medidas estratégicas neste sentido, as quais respondem frequentemente a exigências do próprio mercado. Assim, a opção por práticas assentes no planeamento integrado revela-se como o antídoto que viabiliza a compatibilização do desenvolvimento turístico com os factores sociais, económicos, ambientais e culturais.

Como reconhecem as boas práticas de gestão patrimonial e os próprios actores turísticos do Alqueva, o turismo pode e deve ser um factor de valorização dos recursos do património natural e cultural, já que encontra nestes elementos a base da sua atractividade. Tal como também decorre do Código Mundial de Ética do Turismo (OMT: 2001a), há que ter a consciência de que o valor do património transcende os usos turísticos que dele se possam fazer, pelo que importa acautelar sempre os riscos de adulteração e degradação, visto que as eventuais agressões e descaracterizações originarão a sua delapidação e, conseqüentemente, a sua eliminação como factor determinante na diferenciação dos destinos turísticos.

COOPER *et al* (2001) e SILVA *et al* (2001) insistem na necessidade de estabelecer a relação entre o turismo e o património numa base sustentável que, permitindo a fruição desses bens, favoreça uma actividade de crescente importância económica e sócio-cultural. Sublinham mesmo que o turismo deve colaborar nos esforços de conservação do património, de forma a fortalecer a identidade histórica e cultural das comunidades e a potenciar um conjunto de atracções relevantes para os turistas.

As boas práticas existentes demonstram igualmente o papel que o turismo pode desempenhar na protecção do meio natural, nomeadamente nas regiões que apresentam condições excepcionais, tais como os parques naturais, os lagos interiores, as lagoas, as zonas de montanha ou do litoral. A este propósito, e com transposição plena para o caso do Alqueva, transcreve-se o pensamento de COOPER *et al.* (2007; 210):

O ambiente, seja ele natural ou construído, é o ingrediente artificial mais fundamental do produto turístico. Entretanto, assim que a actividade turística ocorre, o ambiente é inevitavelmente modificado, seja para facilitar o turismo, seja através do processo de produção do turismo. A preservação ambiental e os programas de melhoramento são agora uma parte fundamental de muitas estratégias de desenvolvimento, e tais considerações são tratadas com muito mais respeito do que o eram durante os primeiros dois terços do século XX. (...).

Relativamente à terceira premissa, a pesquisa teórica e o próprio pensamento dominante dos agentes turísticos do Alqueva pressupõem o reconhecimento de que o modelo ideal de desenvolvimento turístico não dispensa uma articulação básica com o ordenamento do território, bem como uma optimização da infra-estruturação básica das acessibilidades e do sistema de transporte.

O turismo desenvolve-se sobre o território, o que nos encaminha novamente para a constatação do papel fundamental que o planeamento deve assumir, ao considerar as necessidades futuras e ao gerar as condições para uma utilização racional e eficaz do espaço turístico.

É imperioso neste domínio assegurar um cruzamento dos interesses do turismo com as disposições constantes dos instrumentos de gestão territorial, no quadro das interacções e dependências estabelecidas para conjugar os interesses entre os vários sectores de actividade da região em apreço. Como acentuam COOPER *et al.* (2001) e VIEIRA (2007), o planeamento do uso dos solos e a regulamentação da sua utilização através de instrumentos específicos revestem um carácter fundamental para o desenvolvimento turístico sustentável.

Neste âmbito, e na situação específica do Alqueva, este destino revela-se detentor de um quadro legislativo que se afigura apropriado, tendo a presente pesquisa sistematizado todos os instrumentos de gestão territorial com abrangência no domínio do desenvolvimento turístico sustentável. Por conseguinte, este destino reúne neste domínio as condições para o lançamento das bases da sustentabilidade.

Efectuadas estas notas conclusivas importa agora, salientar algumas limitações encontradas ao longo da execução desta pesquisa:

- Os inquéritos efectuados envolvem sempre uma margem de erro que não se pode negligenciar, já que derivam de amostras que, apesar de representativas podem comportar desvios em relação ao universo;
- Considerando o trabalho empírico, surgiram dificuldades de colaboração do sector empresarial no que diz respeito à obtenção de respostas nos inquéritos destinados os agentes turísticos;
- Foram notados alguns constrangimentos na realização do inventário dos recursos turísticos inerente ao destino Alqueva, devido à discrepância dos dados das diversas fontes consultadas;
- A extensão do território abrangido pelo objecto de estudo, por vezes, dificultou o acesso à informação relevante para os fins em vista;
- O leque de inquiridos poder-se-á considerar restrito, sendo que num eventual estudo posterior, dever-se-ia auscultar os promotores nacionais de projectos turísticos na zona do Alqueva, os residentes locais (através de estruturas associativas representantes das comunidades locais); as ONG e os intervenientes (públicos e privados) espanhóis da área confinante à área em estudo.

A presente dissertação possibilitou também elencar alguns contributos científicos para a área do turismo, no sentido em que:

- Procede à sistematização da bibliografia especializada relacionada com o tema;
- Corporiza o cruzamento dos modelos teóricos sobre as boas práticas ao nível da gestão estratégica dos destinos turísticos;
- Avalia o potencial turístico do destino Alqueva através do inventário dos recursos turísticos e da identificação dos produtos turísticos com implantação no destino;
- Apresenta as perspectivas e expectativas dos visitantes e dos agentes turísticos (entidades institucionais e empresários do sector) auscultados relativamente ao desenvolvimento do destino Alqueva;
- E elabora um diagnóstico estratégico (SWOT) sobre o desenvolvimento sustentável do destino em estudo.

Constata-se, ainda, que a presente pesquisa contém bases para a elaboração de futuras investigações científicas:

- i) O diagnóstico traçado permitirá elaborar um plano integrado para o desenvolvimento turístico sustentável do destino Alqueva já que identifica recursos, meios e agentes necessários para o efeito, além de traçar as opções estratégicas de desenvolvimento a aplicar a médio e longo prazo para se atingir um futuro desejável;
- ii) Possibilita, por um lado, às estruturas regionais do turismo do Alentejo ponderar aspectos relacionados com a gestão estratégica de destinos turísticos a implementar no destino Alqueva; e, por outro lado, faculta aos agentes turísticos privados um conhecimento integrado sobre as variáveis exógenas e endógenas relacionadas com o sector na região;
- iii) Facilitará a articulação com Espanha, tendo em vista a promoção de estudos conjuntos de potenciação turística da área em causa.

Ressalve-se novamente que a edificação de uma infra-estrutura com a magnitude como a barragem do Alqueva e a consequente criação do espelho de água – o maior lago artificial da Europa -, permitiu valorizar e capacitar a região do Alentejo e especificamente o destino Alqueva de novas oportunidades, possibilitando a sua revitalização, onde o turismo aparece como uma das actividades como maior capacidade de diversificar a base económica desta região.

Considera-se que a pesquisa desenvolvida pode contribuir para a operacionalização de boas práticas de sustentabilidade ao nível da gestão estratégica do destino Alqueva, com especial incidência para a facilitação do desempenho dos agentes turísticos regionais e locais.

No caso concreto do destino Alqueva, reafirma-se que o ambiente e o património se assumem como elementos-chave para a competitividade do destino, o que pressupõe uma gestão eficaz dos recursos naturais e culturais, orientada para a preservação e requalificação desses mesmos recursos.

BIBLIOGRAFIA

ADTR – Associação de Desenvolvimento Terras do Regadio (2008), *Roadbook: Os Caminhos do Turismo Sustentável – Manual de Boas Práticas de Desenvolvimento Turístico*, ADTR, s.l.

ALMEIDA, Nuno (2010), *Territorialização de uma Política Nacional de Turismo – o caso de Portugal*, Dissertação de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior Técnico, Lisboa

APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2008), *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável ENDS 2015*, APA, s.l.

BENI, Mário Carlos (2004), *Análise Estrutural do Turismo* (10ª Edição actualizada), Editora SENAC, São Paulo

BOULLÓN, Roberto C. (1990), *Planificación del Espacio Turístico* (2ª Edição), Editorial Trillas, México

BRANDÃO, Ana A. e COSTA, Carlos M. (2008), “Novas dinâmicas e novas formas de gestão para o sector do turismo ao nível local – O Caso da Criação de Observatórios Regionais de Turismo”, in *Turismo, Inovação e Desenvolvimento*, Actas do I Seminário Turismo e Planeamento do Território, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 255 – 280

BRITO, Sérgio Palma (2010), *Sustentabilidade, Ordenamento do Território e Ambiente*, SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação, Porto

BUHALIS, Dimitrios (2000), “Marketing the competitive destination of the future”, in *Tourism Management*, Vol. 21, Elsevier, London, pp. 97 - 116

BUTLER, Richard (1980), *The Concept of a Tourist Area of Life Cycle of Evolution: Implications for Management of Resource*, in *Canadian Geographer*, Vol. 19, nº 1, Department of Geography, University of Western Ontario, Ontario, pp. 5 - 12

CABUGUEIRA, Artur (2005), “A importância económica do Turismo”, in *Revista Turismo & Desenvolvimento*, Vol. II, Nº 2, Universidade de Aveiro, pp. 97 – 104

CARMO, Maria Fernanda e CRAVO, Pedro (2005), “As Aldeias Ribeirinhas da Área do Regolfo da Barragem de Alqueva – uma aposta no Turismo”, in *Revista Turismo & Desenvolvimento*, Vol. II, Nº 2, Universidade de Aveiro, pp. 131 - 140

CASANOVA, Luís (2003), *Turismo e Ambiente*, Editora Roca, São Paulo

CAVACO, Carminda (2006), “Práticas e Lugares de Turismo” in Fonseca, Maria Lucinda (Coord.), *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais e Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Lazer*, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 299-362

CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (Ed.) (2005), *Plano Regional de Inovação do Alentejo*, CCDRA, s/l

CCDRA - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (2007), *Programa Operacional Regional do Alentejo 2007 – 2013 [FEDER]*, acedido a 7 de Dezembro, disponível em http://www.ccdr-a.gov.pt/poaqren/upload/programa/PO_Alentejo.pdf

CEDRU e QUATERNAIRE Portugal (2009), *Estudo sobre os Impactos Previsíveis do Projecto de Fins Múltiplos do Alqueva na Configuração dos Recursos Humanos do Alentejo*, Observatório do Emprego e Formação Profissional e Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, Lisboa

CCE - Comissão das Comunidades Europeias (2001), *Desenvolvimento Sustentável na Europa para um Mundo Melhor: Estratégia da União Europeia em favor do Desenvolvimento Sustentável*, Proposta da Comissão ao Conselho da Europa de Gotemburgo, Comissão Europeia (COM 264), Bruxelas

CCE - Comissão das Comunidades Europeias (2002), *Para uma parceria global no domínio do desenvolvimento sustentável*, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, Comissão Europeia (COM 82 final), Bruxelas

CCE - Comissão das Comunidades Europeias (2003), *Orientações de base para a sustentabilidade do turismo europeu*, Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Nações (COM 716 final), Bruxelas

CCE - Comissão das Comunidades Europeias (2006), *Uma política de turismo europeia renovada: Rumo a uma parceria reforçada para o turismo na Europa*, Comunicação da Comissão (COM 134 final), Bruxelas

CCE - Comissão das Comunidades Europeias (2007a), *Plano de Acção para um Turismo Europeu Mais Sustentável – Relatório do Grupo para a Sustentabilidade do Turismo*, Bruxelas

CCE - Comissão das Comunidades Europeias (2007b), *Agenda para um Turismo Europeu Sustentável e Competitivo*, Comunicação da Comissão (COM 621 final), Comissão Europeia, Bruxelas

CCE - Comissão das Comunidades Europeias (2010), *Europa, primeiro destino turístico do mundo – quadro político para o turismo europeu*, Comunicação da Comissão ao parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões (COM 352 final), Comissão Europeia, Bruxelas

CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano Lda. (1997), *Plano de Desenvolvimento Turístico da Zona de Intervenção do EFMA - Volume I Estratégias e Programas Operativos*, EDIA, s.l.

COMISSÃO EUROPEIA (2000), *Para um turismo rural de qualidade – Gestão integrada da qualidade (GIQ) dos destinos turísticos rurais – Resumo*, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo

CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano Lda. (1997), *Plano de Desenvolvimento Turístico da Zona de Intervenção do EFMA - Volume II Recursos e Dinâmicas Turísticas. Caracterização, Diagnóstico e Perspectivas*, EDIA, s.l.

CIDEC e NEMUS – Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos e Gestão e Requalificação Ambiental, Lda. (2006), *Identificação e Localização de Centros de Concentração Empresarial no Espaço Alqueva nas fileiras: Agricultura/Agro-Indústrias, Água, Ambiente, Energia, Inovação e Tecnologia e Turismo – Relatório Final Preliminar*, EDIA, Lisboa

COOPER, Chris *et al.* (2001), *Turismo, princípios e prática* (2ª Edição), Bookman, Porto Alegre

COOPER, Chris *et al.* (2007), *Turismo, princípios e prática* (3ª Edição), Bookman, Porto Alegre

CRATO, Célia (2010), *Qualidade: Condição de Competitividade*, SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação, Porto

CROUCH, Geoffrey e RITCHIE, Brent (1999), *Tourism, Competitiveness, and Societal Prosperity*, in *Journal of Business Research*, vol.44, nº3, 137-152

CUNHA, Licínio (2006), *Economia e Política do Turismo* (nova versão revista e actualizada), Editorial Verbo, Lisboa

CUNHA, Licínio (2007), *Introdução ao Turismo* (3ª Edição), Editorial Verbo, Lisboa

CUNHA, Licínio (2008a), “Avaliação do Potencial Turístico”, in *COGITUR – Journal of Tourism Studies*, Vol.1, Nº1, pp. 21 – 39, acedido a 15 de Novembro de 2010, disponível em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/jts/issue/view/6/showToc>

CUNHA, Licínio (2008b), “O processo de desenvolvimento do turismo português: coerências e incoerências”, in *Turismo, Inovação e Desenvolvimento*, Actas do I Seminário Turismo e Planeamento do Território, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 189 - 208

DGT - Direcção-Geral de Turismo (2002), *Inventário dos Recursos Turísticos* [CD-ROM], DGT, Lisboa

ECO, Umberto (2008), *Como se Faz Uma Tese Em Ciências Humanas* (14ª Edição Portuguesa), Editorial Presença, Lisboa

EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estrutura do Alqueva S.A (2010a), *Infoalqueva*, nº 1, EDIA, s.l.

EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estrutura do Alqueva S.A (2010b), *Infoalqueva*, nº 2, EDIA, s.l.

EJARQUE, Josep (2003), *Destinos Turísticos de Éxito – Diseño, creación, gestión y marketing*, Ediciones Pirámide, Madrid

ESTRELA, Edite *et al* (2008), *Saber Escrever Uma Tese e Outros Textos* (6ª Edição), Publicações Dom Quixote, Alfragide

FARIA, Marcelo Oliveira de (2002), “O Mundo Globalizado e a Questão Ambiental”, in *MEIO Ambiente, Educação e Ecoturismo*, Editora Manole, São Paulo, pp. 3 - 15

FERNANDO, António Almeida (2008), *Portel. Roteiro do Concelho. História – Património - Paisagem*, Câmara Municipal de Portel, Portel

GOELDNER, Charles R. *et al.* (2002), *Turismo: Princípios, Práticas e Filosofias* (8ª Edição), Bookman, Porto Alegre

HILL, Manuela Magalhães e HILL, Andrew (2005), *Investigação por Questionário* (2ª Edição revista e corrigida), Edições Sílabo, Lisboa

INE – Instituto Nacional de Estatística (2009), *Estatísticas do Turismo 2008*, INE I.P., Lisboa

INE – Instituto Nacional de Estatística (2010a), *Anuário Estatístico da Região Alentejo 2009*, INE I.P., Lisboa

INE – Instituto Nacional de Estatística (2010b), *Anuários Estatísticos Regionais 2009*, INE I.P., Lisboa

INE – Instituto Nacional de Estatística (2010c), *Estatísticas do Turismo 2009*, INE I.P., Lisboa

INSKEEP, Edward (1991), *Tourism Planning: Na Integrated and Sustainable Development Approach*, Van Nostrand Reinhold, Nova Iorque

KELLER, Peter (2000), *Tourism and Culture: managing change*, 50º Congresso da AIEST (International Association of Scientific Experts in Tourism), Hangzhou

KOTLER, Philip e KELLER, Kevin Lane (2006), *Dirección de Marketing* (12ª Edição), Pearson Educación, México

LIMA, Susana e PARTIDÁRIO, Maria do Rosário (2002), *Novos Turistas e a Procura da Sustentabilidade – Um Novo Segmento de Mercado Turístico*, Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia, Lisboa

MALTA, Paula Alexandra *et al.* (2005), “Alqueva: entre os quês e os porquês”, *in Revista Turismo & Desenvolvimento*, Vol. II, Nº 2, Universidade de Aveiro, pp. 119 – 123

MAOT - MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (2010), *Alentejo Hoje – Caracterização Regional*, acessido a 22 de Novembro, disponível em http://webb.ccdr-a.gov.pt/docs/codra/News_01_caracteriza_regiao.pdf

MARUJO, Maria Noémi (2005), “Alqueva e a Nova Paisagem Turística”, *in Revista Turismo & Desenvolvimento*, Vol. II, Nº 2, Universidade de Aveiro, pp. 145 – 148

MATHIESON, Alister e WALL, Geoffrey (1982), *Tourism: Economic, Physical and Social Impacts*, Longman, London

MEI - MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO (2007), *Plano Estratégico Nacional do Turismo*, Turismo de Portugal, I.P., Lisboa

MEI - MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO (2011), *Plano Estratégico Nacional de Turismo: Propostas para Revisão no Horizonte 2015 – Versão 2.0*, Turismo de Portugal, I.P., Lisboa

MOTA, Isabel *et al.* (2005), *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005/2015*, Pandora, Lisboa

NAÇÕES UNIDAS, Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento (1991), *O Nosso Futuro Comum*, Meribérica / Liber Editores, Lisboa

OLIVEIRA, A. Gouveia de (2006), *Bioestatística, Epidemiologia e Investigação – Teoria e Aplicações*, Lidel - Edições Técnicas Lda., Lisboa

OMT – Organização Mundial de Turismo (1997), *Lo que todo gestor turístico debe saber - Guía práctica para el desarrollo y uso de indicadores de turismo sostenible*, OMT, Madrid

- OMT - Organização Mundial de Turismo (1998), *Introducción al Turismo*, OMT, Madrid
- OMT - Organização Mundial de Turismo (1999), *Guía para Administraciones Locales: Desarrollo Turístico Sostenible*, OMT, Madrid
- OMT – Organização Mundial de Turismo (2001a), *Código Mundial de Ética do Turismo* (versão portuguesa), OMT, Madrid
- OMT – Organização Mundial de Turismo (2001b), *Apuntes de Metodología de la Investigación en Turismo*, OMT, Madrid
- OMT – Organização Mundial de Turismo e PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (2002), *Cumbre Mundial del Ecoturismo: Informe Final*, OMT, Madrid
- OMT - Organização Mundial de Turismo (2003a), *Turismo Internacional: Uma perspectiva global* (2ª edição), tradução em língua portuguesa, Bookman, Porto Alegre
- OMT - Organização Mundial de Turismo (2003b), *Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável*, OMT – Bookman, São Paulo
- OMT - Organização Mundial de Turismo (2003c), *Educando Educadores en Turismo*, OMT, Madrid
- OMT - Organização Mundial de Turismo (2004), *Gestión de la saturación en sitios de interés natural y cultural – Guía práctica*, OMT, Madrid
- OMT - Organização Mundial de Turismo (2005), *Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos – Guía práctica*, OMT, Madrid
- OMT - Organização Mundial de Turismo (2007), *A Practical Guide to Tourism Destination Management*, OMT, Madrid
- OMT - Organização Mundial de Turismo (2010), *UNWTO Tourism Highlights*, OMT, Madrid
- PARQEXPO (2003), *Plano Estratégico de Qualificações Urbana e Ambiental das Aldeias Ribeirinhas de Alqueva e Pedrogão – Parte I Território Português*, EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A, s.l.

PARTIDÁRIO, Maria do Rosário (1998), “Ambiente e Turismo”, in *Economia e Prospectiva*, nº 4, Ministério da Economia, pp. 79 - 88

PARTIDÁRIO, Maria do Rosário (Coord.) (1999), *Critérios para um Turismo Ambientalmente Responsável*, Centro de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente, Universidade Nova de Lisboa, Caparica

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e OMT - Organização Mundial de Turismo (2006), *Por un Turismo más sostenible – Guía de responsables políticos*, OMT, Madrid

PORTER, Michael (1980), *Competitive Strategy*, Free Press, Nova Iorque

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, LucVan (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5ª Edição), Gradiva, Lisboa

SANCHES, Rui e PEDRO, José Oliveira (2007), *Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva*, EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A., s.l.

SCHMIDT, Luísa *et al.* (2005), *Autarquias e Desenvolvimento Sustentável – Agenda 21 Local e Novas Estratégias Ambientais*, Fronteira do Caos Editores Lda., Porto

SILVA, Carlos e DIAS, Paula Serrano (2005), “Uma estratégia para o desenvolvimento turístico da envolvente da Albufeira do Alqueva”, in *Revista Turismo & Desenvolvimento*, Vol. II, Nº 2, Universidade de Aveiro, pp. 125 - 129

SILVA, João Albino *et al.* (2001), *Construção de Indicadores de Avaliação da Qualidade no Turismo*, Universidade do Algarve, Faro

SILVA, João Albino (Coord. Científica) (2005), *O Destino Turístico ARADE – Uma Estratégia de Intervenção*, Agência do Arade, Portimão

SILVA, José Sancho de Sousa (2009), *A visão holística do Turismo Interno e a sua modelação*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Aveiro

SIMÕES, José Manuel (2008), “Turismo, ordenamento e sustentabilidade do território: problemas e desafios”, in *Turismo, Inovação e Desenvolvimento*, Actas do I Seminário Turismo

e Planeamento do Território, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 341 - 393

SOROMENHO-MARQUES, Viriato (1998), *O Futuro Frágil: Os desafios da crise global do ambiente*, Publicações Europa-América, Mem Martins

TP – Turismo de Portugal, I.P. (2009a), *Anuário das Estatísticas do Turismo – 2008*, Turismo de Portugal, I.P., s.l.

TP – Turismo de Portugal, I.P. (2009b), *O Turismo em 2008*, Turismo de Portugal, I.P., s.l.

TP – Turismo de Portugal, I.P. (2009c), *Turismo de Habitação e Turismo no Espaço Rural, A oferta e a procura - 2008*, acedido a 12 de Janeiro de 2011, disponível em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/an%C3%A1lisesestat%C3%ADsticas/aofertaeaprocuranoter/Anexos/a%20oferta%20e%20a%20procura%20no%20TER%20-%202008.pdf>

TP – Turismo de Portugal, I.P. (2010a), *Relatório de Sustentabilidade Turismo de Portugal 2009*, Turismo de Portugal, I.P., s.l.

TP – Turismo de Portugal, I.P. (2010b), *Anuário das Estatísticas do Turismo – 2009*, acedido a 20 de Janeiro de 2011, disponível em <http://www.turismodeportugal.pt/Português/ProTurismo/estatísticas/análisesestatísticas/oturismoem/Anexos/LivroAnuariodasEstatísticas%202009.pdf>

TP – Turismo de Portugal, I.P. (2011), *O Turismo em 2009*, Turismo de Portugal, I.P., s.l.

TTerra – Engenharia e Ambiente, Lda. (2010), *Agenda 21 Local de Mourão*, acedido a 24 de Janeiro de 2011, disponível em <http://www.cm-mourao.pt/NR/rdonlyres/0000c139/oekyuohbpekclzrnfnnauwseqppei/DiagnsticoparaaSustentabilidade.pdf>

TTerra – Engenharia e Ambiente, Lda. (s/data), *Diagnóstico para a Sustentabilidade – Agenda 21 Barrancos Ambiente Arraiano Relatório Executivo*, acedido a 25 de Janeiro de 2011, disponível em http://www.cm-barrancos.pt/ac_social/pdf/Agenda%2021%20Local%20Barrancos%20-%20Relatório%20Executivo.pdf

TURISMO DO ALENTEJO ERT (Ed.) (2009), *Plano Operacional de Turismo do Alentejo* (Relatório Final), acessido a 10 de Maio de 2011, disponível em <http://www.turismodoalentejo-ert.pt/pdf/pota-relatoriofinal.pdf>

VALLS, Josep-Francesc (2004), *Gestión de Destinos Turísticos Sostenibles*, Ediciones Gestión 2000, Barcelona

VIEIRA, João Martins (2007), *Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo – Uma perspectiva estratégica*, Editorial Verbo, Lisboa

VIGNATI, Federico (2008), *Gestão de Destinos Turísticos – Como atrair pessoas para pólos*, cidades e países, Editora Senac Rio, Rio de Janeiro

VILELAS, José (2009), *Investigação – O Processo de Construção do Conhecimento*, Edições Sílabo, Lisboa

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS:

Decreto-lei nº 48 661 de 5 de Novembro de 1968 – Aprova do Convénio entre Portugal e Espanha para Regular o Uso e o Aproveitamento Hidráulico dos Troços Internacionais dos Rios Minho, Lima, Tejo, Guadiana, Chanca e seus Afluentes

Resolução nº DD 1419 de 31 de Dezembro de 1975 - Aprova a realização do aproveitamento, para fins múltiplos, do Alqueva, no rio Guadiana, e cria uma comissão com representantes de diversos Ministérios.

Resolução de Conselho de Ministros nº 395 / 80 de 27 de Novembro – Determina que os Ministros das Finanças e do Plano, da Indústria e Energia e da Habitação e Obras Públicas promovam a retomada dos trabalhos da construção da barragem do Alqueva e respectiva central hidroelétrica.

Decreto-lei nº 305 / 93 de 1 de Setembro – Cria a Comissão Instaladora da Empresa do Alqueva

Resolução de Conselho de Ministros nº 97 / 94 de 4 de Outubro – Determina a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira do Alqueva

Decreto-lei nº 32 / 95 de 11 de Fevereiro – Constitui a Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A. (EDIA)

Anotação: Revogado pelo Decreto – lei nº 42 / 2007 de 24 de Dezembro

Decreto-lei nº 33 / 95 de 11 de Fevereiro – Identifica as infra-estruturas afectas ao Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva e expõe a utilização e concessão destas

Anotação: Revogado pelo Decreto – lei nº 42 / 2007 de 24 de Dezembro

Decreto-lei nº 167 / 97 de 4 de Julho – Aprova o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos empreendimentos turísticos.

Anotação: Revogado pelo Decreto-lei nº 39 / 2008 de 7 de Março

Lei nº 48 / 98 de 11 de Agosto – Estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo

Decreto-lei nº 380 / 99 de 22 de Setembro – Desenvolve as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial

Decreto-lei nº 53 / 2000 de 7 de Abril – Primeira alteração ao D.L. nº 380 / 99 de 22 de Setembro

Decreto-lei nº 335 / 2001 de 24 de Dezembro – Redefine o âmbito de intervenção da Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A. (EDIA)

Anotação: Revogado pelo Decreto – lei nº 42 / 2007 de 24 de Dezembro

Resolução de Conselho de Ministros nº 70 / 2002 de 9 de Abril – Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira do Alqueva (PROZEA)

Anotação: Revogada pela Resolução de Conselho de Ministros nº 53 / 2010 de 2 de Agosto

Resolução de Conselho de Ministros nº 95 / 2002 de 13 de Maio - Aprova o Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão (POAAP)

Anotação: Revogada pela Resolução de Conselho de Ministros nº 94 / 2006 de 4 de Agosto

Decreto-lei nº 244 / 2002 de 5 de Novembro – Altera a estrutura administrativa das Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS)

Decreto-lei nº 310 / 2003 de 10 de Dezembro – Segunda alteração ao D.L. nº 380 / 99 de 22 de Setembro

Resolução de Conselho de Ministros nº 105 / 2005 de 28 de Junho – Determina a revisão do Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão (POAAP)

Lei nº 58 / 2005 de 29 de Dezembro – Terceira alteração ao D.L. nº 380 / 99 de 22 de Setembro; Aprova a Lei da Água e estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas.

Resolução de Conselho de Ministros nº 28 / 2006 de 23 de Março – Determina a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo)

Resolução de Conselho de Ministros nº 94 / 2006 de 4 de Agosto – Aprova a revisão do POAAP e altera parcialmente a delimitação da Reserva Ecológica Nacional para as áreas dos municípios de Alandroal, Moura e Portel, abrangidas por aquele plano especial

Resolução de Conselho de Ministros nº 53 / 2007 de 4 de Abril – Define o Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT)

Resolução de Conselho de Ministros nº 109 / 2007 de 20 de Agosto - Versão final da Estratégica Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e respectivo Plano de Implementação da ENDS

Lei nº 54 / 2007 de 31 de Agosto – Primeira alteração à Lei nº 48 / 98 de 11 de Agosto, que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo

Lei nº 56 / 2007 de 31 de Agosto – Quarta alteração ao D.L. nº 380 / 99 de 22 de Setembro

Lei nº 58 / 2007 de 4 de Setembro – Aprova o Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

Anexo à Lei nº 58 / 2007 de 4 de Setembro - Programa de Acção do PNPOT

Anexo à Lei nº 58 / 2007 de 4 de Setembro - Relatório do PNPOT

Declaração de Rectificação nº 80 – A / 2007 de 7 de Setembro – Rectifica a Lei nº 58 / 2007 de 4 de Setembro

Decreto-lei nº 316 / 2007 de 19 de Setembro – Quinta alteração ao D.L. nº 380 / 99 de 22 de Setembro

Declaração de Rectificação nº 113 – A / 2007 de 2 de Novembro - Rectifica a Lei nº 58 / 2007 de 4 de Setembro

Decreto-lei nº 381 / 2007 de 14 de Novembro - Estabelece a Classificação Portuguesa de Actividades Económicas, Revisão 3, que constitui o quadro comum de classificação de actividades económicas a adoptar a nível nacional.

Regulamento nº 317-B / 2007 de 26 de Novembro – Aprova o Plano Pormenor do Parque Alqueva (Reguengos de Monsaraz)

Decreto-lei nº 42 / 2007 de 24 de Dezembro – Adequa a regulamentação do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva ao novo quadro regulador da gestão de recursos hídricos

Regulamento nº 49 / 2008 de 25 de Janeiro – Aprova o Plano Pormenor da Herdade do Barrocal (Reguengos de Monsaraz)

Decreto-lei nº 67 / 2008 de 10 de Abril – Estabelece o regime jurídico das Áreas Regionais de Turismo em Portugal continental, a sua delimitação e características, bem como o regime jurídico da criação, organização e funcionamento das respectivas entidades regionais de turismo

Portaria nº 1038 / 2008 de 15 de Setembro – Define que a Entidade Regional de Turismo do Alentejo adopta a denominação de Turismo do Alentejo, E.R.T. e estabelece os seus estatutos

Portaria nº 1151 / 2008 de 13 de Outubro – Define que a entidade regional de turismo do Pólo de Desenvolvimento Turístico do Alqueva adopta a denominação de Turismo Terras do Grande Lago Alqueva – Alentejo e estabelece os seus estatutos

Regulamento nº 565 / 2008 de 3 de Novembro – Aprova o Plano de Pormenor do Centro Náutico de Monsaraz (Reguengos de Monsaraz)

Decreto-lei nº 46 / 2009 de 20 de Fevereiro – Sexta alteração ao D.L. nº 380 / 99 de 22 de Setembro

Aviso nº 14010 / 2009 de 7 de Agosto – Aprova o Plano de Pormenor das Herdades dos Gagos e Xerez (Reguengos de Monsaraz)

Decreto-lei nº 187 / 2009 de 12 de Agosto – Alteração ao decreto-lei nº 67 / 2008 de 10 de Abril

Resolução de Conselho de Ministros nº 53 / 2010 de 2 de Agosto – Aprovação do Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo)

Declaração de Rectificação nº 30-A / 2010 de 1 de Outubro – Rectificação da Resolução de Conselho de Ministros nº 53 / 2010 de 2 de Agosto

Edital nº 1239 / 2010 de 13 de Dezembro - Aprova o Plano Pormenor da Herdade das Ferrarias (Mourão)

Edital nº 1246 / 2010 de 14 de Dezembro – Aprova o Plano de Urbanização da Herdade do Mercador (Mourão)

WEBSITES CONSULTADOS:

Agência Portuguesa do Ambiente.

Disponível em <http://www.apambiente.pt/Paginas/default.aspx>

Amieira Marina

Disponível em <http://www.amieiramarina.com/index.php?lang=pt>

ARH Alentejo - Administração da Região Hidrográfica do Alentejo I.P.

Disponível em <http://www.arhalentejo>

Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral

Disponível em <http://www.ambaal.pt/>

Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo - Turismo do Alentejo

Disponível em <http://www.visitalentejo.pt/vPT/>

Câmara Municipal de Alandroal

Disponível em <http://www.cm-alandroal.pt/pt>

Câmara Municipal de Barrancos

Disponível em <http://www.cm-barrancos.pt/>

Câmara Municipal de Moura

Disponível em <http://www.cm-moura.pt/>

Câmara Municipal de Mourão

Disponível em <http://www.cm-mourao.pt/pt>

Câmara Municipal de Portel

Disponível em <http://www.cm-portel.pt/pt>

Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz

Disponível em <http://www.cm-reguengos-monsaraz.pt/pt>

Comissão Europeia

Disponível em <http://www.ec.europa.eu>

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Disponível em <http://www.ccdr-a.gov.pt>

Confederación Hidrográfica del Guadiana

Disponível em <http://www.chguadiana.es/>

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano - Sistema Nacional de Informação Territorial

Disponível em <http://www.snit.pt>

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

Disponível em <http://www.dgotdu.pt>

Direcção Regional de Cultura do Alentejo

Disponível em <http://www.cultura-alentejo.pt/>

EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.

Disponível em http://www.edia.pt/portal/page?_pageid=53,1&_dad=portal&_schema=PORTAL

EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva S.A., *site* Museu da Luz.

Disponível em <http://www.museudaluz.org.pt/>

EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva S.A., *site* Parque de Natureza de Noudar

Disponível em <http://www.parquenoudar.com/pt>

GESTALQUEVA - Sociedade de Aproveitamento das Potencialidades das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão

Disponível em <http://www.gestalqueva.pt>

Liga para a Protecção da Natureza

Disponível em <http://www.lpn.pt/>

Instituto da Água, I.P.

Disponível em <http://www.inag.pt>

Instituto Nacional de Estatística

Disponível em <http://www.ine.pt>

Organização Mundial de Turismo

Disponível em <http://www.unwto.org>

Programa COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ESPAÑA – PORTUGAL 2007 – 2010

Disponível em <http://www.poctep.eu/>

Turismo de Portugal, I.P.

Disponível em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%c3%aas/Pages/Homepage.aspx>

Turismo de Portugal, I.P., *site* Descubra Portugal

Disponível em <http://www.descubraportugal.com.pt/edicoes/tdp/default.asp>

Turismo do Alentejo, E.R.T.

Disponível em <http://www.turismoalentejo-ert.pt/>

Turismo do Alentejo, ERT, site *No Alentejo Há Mais*

Disponível em <http://www.noalentejohamais.com/>

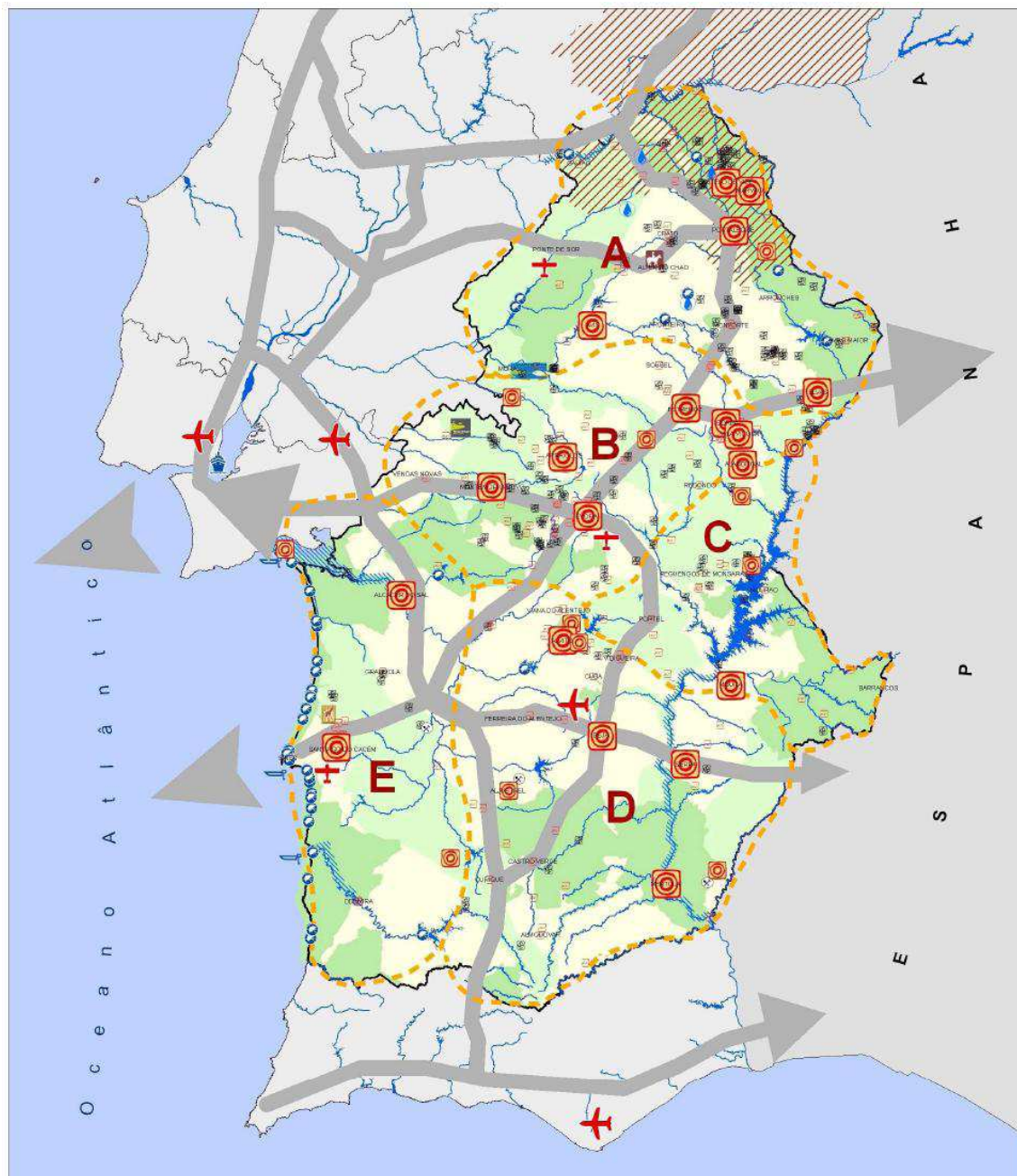
Turismo Terras do Grande Lago Alqueva, Alentejo

Disponível em <http://www.turismoalqueva.pt/>

NOTA: As citações incorporadas no texto extraídas dos *websites* consultados encontram-se devidamente referenciadas com o respectivo *link* e a data de consulta.

ANEXOS

ANEXO I | PROT ALENTEJO – SUBSISTEMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO



FONTE: RCM n.º 53 / 2010; 3001

**ANEXO II | PROJECTOS TURÍSTICOS COM PARECER FAVORÁVEL DO TURISMO DE
PORTUGAL I.P. NOS CONCELHOS DO DESTINO ALQUEVA (2005 / 2011)**

Designação	Tipologia	Concelho	Área (m2)	UA	Camas	Data despacho	Situação
Alqueva Nature Hotel	Hotel Rural	Alandroal	99132	52	104	27-07-2011	Parecer favorável
-	Hotel Rural	Reguengos de Monsaraz	não disp.	33	68	11-07-2011	PIP
Conjunto Turístico L'And Reserve Resort	Conjunto Turístico	Mourão	não disp.	237	836	22-03-2011	Parecer favorável
Hotel Rural Origem 1823	Hotel Rural	Mourão	697	21	42	30-12-2010	Parecer favorável
-	Hotel Rural	Moura	88003	88	176	26-11-2010	PIP
Alila Roncão Hotel	Hotel 5*	Reguengos de Monsaraz	102265	105	258	25-11-2010	Parecer favorável
-	Hotel 3*	Reguengos de Monsaraz	3421	86	172	19-07-2010	PIP
Hotel Rural Senhora de Manto Branco	Hotel Rural	Alandroal	10693	20	40	14-06-2010	Parecer favorável
-	Hotel Rural	Moura	3981	32	64	19-10-2009	Parecer favorável
Hotel Rural Estábulo de S. Leonardo	Hotel Rural	Mourão	542035	16	32	27-03-2009	Parecer favorável
-	Hotel Rural	Reguengos de Monsaraz	1675	32	64	25-03-2009	PIP
Hotel Rural Dona Amada	Hotel Rural	Reguengos de Monsaraz	3763	20	40	07-10-2008	Parecer favorável
-	Hotel Rural	Reguengos de Monsaraz	26176	52	104	05-08-2008	Parecer favorável
-	Hotel Rural	Moura	11076	16	32	30-03-2007	Projecto de Licenciamento
Hotel Al-Mogron	Hotel 3*	Mourão	1908	11	20	08-01-2007	Projecto de Licenciamento
Hotel Rural do Alandroal	Hotel Rural	Alandroal	15177	28	56	26-09-2006	Projecto de Licenciamento
Hotel Solar D'EL Rei 4*	Hotel 4*	Reguengos de Monsaraz	1247	40	78	07-11-2005	Projecto de Licenciamento
-	Hotel 5*	Mourão	7603	40	80	04-05-2005	Projecto de Licenciamento
Conjunto Turístico São Lourenço	Conjunto Turístico	Reguengos de Monsaraz	614 966	65	284	23-11-2011	Projecto de Licenciamento
Estalagem de Monsaraz	Hotel Rural 4*	Reguengos de Monsaraz		19	39	29-12-2009	Reconversão
Grande Hotel de Moura	Hotel 5*	Moura		68	133	06-10-2010	Projecto de Alterações
Hotel Rural Nave Terra	Hotel Rural 4*	Alandroal	3720	40	22	22-07-2010	Projecto de Alterações
Pensão @ Santa Comba	Hotel 2*	Moura		12	24	30-04-2009	Reconversão
Pensão @ Alentajana	Hotel 2*	Moura		30	58	28-04-2008	Reconversão

UA – Unidade de Alojamento; PIP – Pedido de informação prévio

FONTE: Turismo de Portugal, I.P. (25.11.2011)

APÊNDICES

APÊNDICE I | Nº DE UTENTES DOS POSTOS DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA DO DESTINO ALQUEVA - 2009

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Alandroal	143	473	422	794	563	447	344	419	402	505	450	377	5339
N	100	386	320	520	400	300	250	280	300	360	310	280	3806
E	43	87	102	274	163	147	94	139	102	145	140	97	1533
Barrancos	449	572	937	1629	1025	833	607	1008	489	704	554	483	9290
N	402	424	559	1296	906	698	523	786	428	580	384	355	7341
E	47	148	378	333	119	135	84	222	61	124	170	128	1949
Mourão	147	150	308	405	353	483	349	538	416	295	172	117	3733
N	94	97	157	172	154	189	157	284	231	191	119	56	1901
E	53	53	151	233	199	294	192	254	185	104	53	61	1832
Moura	72	91	203	402	298	176	248	423	183	195	159	131	2581
N	60	61	138	319	226	119	162	285	119	141	121	105	1856
E	12	30	65	83	72	57	86	138	64	54	38	26	725
R. Monsaraz	197	135	314	416	335	273	282	652	311	336	212	145	3608
N	119	57	204	275	236	184	202	532	186	234	145	91	2465
E	78	78	110	141	99	89	80	120	125	102	67	54	1143
Portel	102	163	228	221	420	392	229	588	285	189	150	327	3293
N	82	124	205	133	376	359	182	535	222	156	137	318	2829
E	20	39	23	88	44	33	47	53	63	33	13	9	464
TOTAL	1110	1584	2412	3867	2994	2604	2059	3628	2086	2224	1697	1580	27844
N	857	1149	1583	2715	2298	1849	1476	2702	1486	1662	1216	1205	20198
E	253	435	829	1152	696	755	583	926	600	562	481	375	7646

LEGENDA:

N – Nacionais; E – Estrangeiros

FONTE: Produção própria a partir de dados fornecidos pelas Câmaras Municipais de Alandroal, Barrancos, Mourão, Moura, Reguengos de Monsaraz e Portel

APÊNDICE II QUESTIONÁRIO AOS VISITANTES
--

LOCAL: _____

DATA: ____ / ____ / 2010

Bom Dia / Boa Tarde,

O presente inquérito realiza-se no âmbito de um projecto de investigação académica e científica - Tese de Mestrado em Turismo, da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril - sobre as potencialidades turísticas da zona envolvente à albufeira do Alqueva (Pólo de Desenvolvimento Turístico do Alqueva – Concelhos de Alandroal, Barrancos, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz).

O inquérito é anónimo e os dados recolhidos são confidenciais e serão sujeitos a tratamento estatístico adequado tendo em vista a divulgação de resultados agregados.

PARTE I – IDENTIFICAÇÃO DO(A) INQUIRIDO(A)*(Assinale com um X apenas uma opção em cada situação)*

<p>1. Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino</p> <p>2. Idade: <input type="checkbox"/> 15-30 <input type="checkbox"/> 31-45 <input type="checkbox"/> 46-60 <input type="checkbox"/> 61 e Mais</p> <p>3. Nacionalidade: _____</p> <p>4. País de Residência: _____</p> <p>5. Caso resida em Portugal, em que região (NUT II) tem o seu domicílio principal? <input type="checkbox"/> Norte <input type="checkbox"/> Centro <input type="checkbox"/> Lisboa <input type="checkbox"/> Alentejo <input type="checkbox"/> Algarve <input type="checkbox"/> Madeira <input type="checkbox"/> Açores</p> <p>6. Estado Civil: <input type="checkbox"/> Solteiro(a) <input type="checkbox"/> Casado(a) / União de facto <input type="checkbox"/> Divorciado(a) / Separado(a) <input type="checkbox"/> Viúvo(a) <input type="checkbox"/> Outro</p>	<p>7. Nível de escolaridade: <input type="checkbox"/> Sem escolaridade <input type="checkbox"/> Ensino básico (até ao 9ºano) <input type="checkbox"/> Ensino secundário (10º a 12º anos) <input type="checkbox"/> Ensino superior <input type="checkbox"/> Outro. Especifique: _____</p> <p>8. Situação Profissional: Activo: <input type="checkbox"/> Trabalhador por conta de outrem <input type="checkbox"/> Trabalhador por conta própria Não activo: <input type="checkbox"/> Desempregado(a) <input type="checkbox"/> Estudante <input type="checkbox"/> Reformado(a) <input type="checkbox"/> Doméstico(a) <input type="checkbox"/> Outra situação. Especifique: _____</p> <p>9. Nível de rendimento mensal líquido: <input type="checkbox"/> Até 500€ <input type="checkbox"/> De 501 a 1000€ <input type="checkbox"/> De 1001 a 2000€ <input type="checkbox"/> Mais de 2000€</p>
---	--

PARTE II – MOTIVAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA VISITA

10. Qual o motivo principal da sua visita à região do Alqueva?

(Assinale com um X apenas uma opção)

- Lazer / Férias
 Visita a familiares ou amigos
 Eventos Culturais e/ou Desportivos
 Negócios / Motivos Profissionais (Conferências, Congressos, Feiras, Exposições)
 Saúde
 Outro motivo. Especifique: _____

11. Indique o número de pessoas que o / a acompanharam nesta visita. |__|__|

12. É a primeira vez que visita a região do Alqueva (Concelhos de Alandroal, Barrancos, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz)?

- Sim
 Não. Se Não, quantas vezes visitou a região?
 Uma única vez
 Duas ou mais vezes

13. Como teve conhecimento da região?

(Assinale com um X as opções que considera convenientes)

- Internet
 Agência de Viagens
 Familiares e amigos
 Comunicação social (imprensa escrita, televisão, rádio)
 Publicidade das empresas
 Publicidade institucional
 Outro. Especifique: _____

14. Considerou outro(s) destino(s) antes de visitar a região do Alqueva?

- Não
 Sim. Especifique: _____

15. Qual o meio de transporte que utilizou para aceder à região?

- Automóvel próprio
 Automóvel alugado
 Transporte público rodoviário / Autocarro público
 Autocarro turístico (viagem organizada)
 Outro. Especifique: _____

16. Qual a duração da estadia?

- Não pernoitou
 Pernoitou – N° Noites: |__|__|

17. Caso tenha pernoitado, que tipo de alojamento utilizou?

- Hotel
 Pensão / Residencial
 Turismo no Espaço Rural (Turismo Rural, Turismo de Habitação, Agro-Turismo, Casas de Campo, Turismo de Aldeia, Hotel Rural, Parque de Campismo Rural)
 Parque de Campismo
 Residência de familiares ou amigos
 Residência alugada / Alojamento privado alugado
 Segunda residência própria
 Outro. Especifique: _____

(Se não pernitoou num empreendimento turístico - Hotel, Pensão / Residencial, Turismo no Espaço Rural ou Parque de Campismo - passar sff à questão nº19)

PARTE III – BOAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE NOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS

18. No empreendimento turístico onde pernitoou (Hotel, Pensão / Residencial, Turismo no Espaço Rural ou Parque de Campismo) observou se a unidade procedia às seguintes práticas?

(Assinale com um X a(s) situação(ões) verificada(s); responda apenas à(s) que conseguiu observar)

Boas Práticas de Sustentabilidade	SIM	NÃO
Separação de resíduos para reciclagem (ex.: ecoponto no quarto)		
Campanhas de sensibilização para a poupança de água e de energia		
Existência de sensores de movimento com temporizador (ex.: nos corredores)		
Existência de mecanismos para desligar automaticamente as luzes no quarto		
Uso de produtos regionais e locais (ex.: gastronomia e outros produtos)		

PARTE IV – SATISFAÇÃO DA VISITA E EXPECTATIVAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO DO ALQUEVA

19. Qual o grau de satisfação global da sua visita à região do Alqueva?

(Assinale com um X apenas uma opção)

Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito nem insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
__	__	__	__	__

20. Pretende regressar à região?

|__| Sim

|__| Não. Se Não, qual o principal motivo? _____

21. Recomenda o destino Alqueva?

|__| Sim

|__| Não

22. Em termos de futuro, quais as expectativas que atribui ao desenvolvimento turístico do Alqueva a médio prazo?

(Assinale com um X apenas uma opção)

|__| Diminuirá a sua incidência

|__| Manterá a posição actual

|__| Aumentará moderadamente a sua importância

|__| Aumentará muito a sua importância

|__| Não sabe/Tem dúvidas

23. Indique qual o grau de satisfação que atribui a cada um dos seguintes factores durante a sua visita.

(Assinale com um X apenas uma opção em cada factor)

	Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito nem insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
Sossego / Tranquilidade	__	__	__	__	__
Clima	__	__	__	__	__
Património histórico-cultural (ex: monumentos, museus, artesanato)	__	__	__	__	__
Património natural (ex: beleza paisagística, fauna, flora)	__	__	__	__	__
Gastronomia	__	__	__	__	__
Eventos Culturais e / ou Desportivos	__	__	__	__	__
Infra-estruturas para ocupação dos tempos livres	__	__	__	__	__
Oferta de produtos regionais (artesanato e outros)	__	__	__	__	__
Jardins e espaços verdes	__	__	__	__	__
Hospitalidade	__	__	__	__	__
Acessibilidade	__	__	__	__	__
Qualidade do alojamento	__	__	__	__	__
Qualidade do serviço de restauração	__	__	__	__	__
Relação preço / qualidade dos serviços	__	__	__	__	__
Serviços de informação turística adequados	__	__	__	__	__
Sinalética	__	__	__	__	__
Segurança pública	__	__	__	__	__
Serviços de Saúde	__	__	__	__	__
Limpeza	__	__	__	__	__

24. Identifique os principais problemas a resolver adequadamente nesta região.

(Assinale com um X todas as opções que considerar convenientes)

- | Valorização e preservação do património natural (ex.: beleza paisagística, fauna e flora)
- | Valorização e preservação do património histórico-cultural (ex.: monumentos, museus, artesanato)
- | Melhor qualidade da oferta de alojamento turístico
- | Mais oferta de outros equipamentos e serviços turísticos
- | Reforço da animação turística
- | Qualificação de recursos humanos do sector turístico
- | Campanhas de sensibilização ambiental a turistas e residentes
- | Melhoria da sinalização turística
- | Melhoria das infra-estruturas básicas (recolha de lixo, saneamento, abastecimentos de água, energia e gás)
- | Promoção turística (institucional e empresarial)
- | Dinamização empresarial no sector turístico
- | Melhoria das parcerias público/privadas

MUITO OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO!

Rita Espada - rita.espada@eshte.pt

APÊNDICE III | LISTAGEM NOMINATIVA DOS AGENTES TURÍSTICOS INQUIRIDOS**Institucionais:**

- Turismo de Portugal, I.P.
- Turismo do Alentejo, E.R.T.
- Turismo Terras do Grande Lago Alqueva - Alentejo
- Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo – Turismo do Alentejo
- Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz

Empresários:

- Estalagem de Monsaraz (Reguengos de Monsaraz)
- Hospedaria Pêro Rodrigues (Alandroal)
- Hotel Santa Comba (Moura)
- Hotel de Moura (Moura)
- Pensão Residencial Alentejana (Moura)
- Hotel Rural Refúgio da Vila (Portel)
- Gescruzeiros – Sociedade para o Aproveitamento da Actividade Marítimo-Turística no Grande Lago Alqueva, S.A. (Empresa de Animação Turística)
- Nautialqueva, Serviços Náuticos, Lda (Empresa de Animação Turística)
- Break! Momentos Fantásticos, Unipessoal Lda. (Empresa de Animação Turística)
- Herdade Monte do Outeiro (Alandroal)
- Casas de Campo - Casas do Montado (Portel)

NOTA: A ordem pela qual listamos os agentes turísticos inquiridos é arbitrária.

APÊNDICE IV | QUESTIONÁRIO AOS AGENTES TURÍSTICOS

O presente questionário realiza-se no âmbito de um projecto de investigação académica e científica - Tese de Mestrado em Turismo, da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril - sobre as potencialidades turísticas da zona envolvente à albufeira do Alqueva (Pólo de Desenvolvimento Turístico do Alqueva – Concelhos de Alandroal, Barrancos, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz).

As informações recolhidas serão sujeitas a tratamento estatístico e análise de conteúdo adequada, tendo em conta os objectivos específicos da investigação em curso.

Solicita-se que as respostas reflectam o parecer da entidade que V. Exa. representa face ao desenvolvimento turístico da região em estudo, doravante designada por destino Alqueva.

PARTE I – IDENTIFICAÇÃO DO INQUIRIDO

1. Identificação do Inquirido:

1.1. Nome: | _____ |

1.2. Cargo: | _____ |

PARTE II - OPINIÃO SOBRE O PLANEAMENTO TURÍSTICO AO NÍVEL DO DESTINO ALQUEVA

1. Identifique os principais problemas a resolver adequadamente no destino Alqueva de forma a impulsionar o desenvolvimento turístico:

(Assinale com um X todas as opções que considerar convenientes)

| Valorização e preservação do património natural (ex.: beleza paisagística, fauna e flora)

| Valorização e preservação do património histórico-cultural (ex.: monumentos, museus, artesanato)

| Melhor qualidade da oferta de alojamento turístico

| Mais oferta de outros equipamentos e serviços turísticos

| Reforço da animação turística

| Qualificação de recursos humanos do sector turístico

| Campanhas de sensibilização ambiental a turistas e residentes

| Melhoria da sinalização turística

| Melhoria das infra-estruturas básicas (recolha de lixo, saneamento, abastecimentos de água, energia e gás)

| Reforço da promoção turística (institucional e empresarial)

| Dinamização empresarial no sector turístico

| Melhoria das parcerias público/privadas

APÊNDICE V | INVENTÁRIO DOS RECURSOS TURÍSTICOS DO DESTINO ALQUEVA

RECURSOS TURÍSTICOS PRIMÁRIOS

1. Recursos Turísticos Primários – Património Natural – ocorrências:

CATEGORIA	TIPO	CONCELHOS						DESTINO ALQUEVA
		ALANDROAL	BARRANCOS	MOURA	MOURÃO	PORTEL	REGUENGOS DE MONSARAZ	
Natural	Rios / Ribeiras	4	2	11	5	6	11	39
	Serras	-	1	4	-	1	2	8
	Parques Naturais	-	1	-	-	-	-	1

2. Recursos Turísticos Primários – Património Cultural – ocorrências:

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	TIPO	CONCELHOS						DESTINO ALQUEVA
			ALANDROAL	BARRANCOS	MOURA	MOURÃO	PORTEL	REGUENGOS DE MONSARAZ	
Cultural	Monumental	Estações Arqueológicas	13	1	3	-	4	11	32
		Igrejas/Capelas/ Ermidas	27	1	19	19	31	21	118
		Conventos/Mosteiros	-	-	2	-	2	1	5
		Castelos / Fortes	4	1	1	1	1	4	12
		Pelouros/Cruzeiros/Obeliscos	2	-	1	-	-	1	4
		Torres	3	2	1	-	2	2	10
		Monumentos	2	-	-	-	5	5	12
		Coretos	-	-	-	1	1	-	2
		Fontes/Chafarizes/Aquedutos	5	1	3	-	6	.	15
	Artístico	Museus	-	1	6	1	-	1	9
		Escultura	-	1	-	-	-	1	1
		Azulejaria	-	-	-	-	1	-	1
		Bandas	1	1	5	2	1	3	13
		Grupos Corais	-	1	11	8	9	9	38
	Etnográfico	Artesanato	8	9	13	6	12	15	63
		Ranchos Folclóricos	1	-	-	-	-	-	1
	Complementar	Parques/ Jardins Públicos	5	1	3	3	10	3	25
Albufeiras/Barragens		2	1	1	1	2	1	8	
Miradouros		1	1	-	-	2	-	4	
Moinhos/Lagares/Espigueiros		1	11	10	20	3	7	63	
Conj. Urb. de Interesse Relevante		-	-	1	-	1	-	2	
Edifícios de Interesse Relevante		8	-	2	2	3	2	17	

3. Recursos Turísticos Primários – Actividades – ocorrências:

CATEGORIA	TIPO	CONCELHOS						DESTINO ALQUEVA
		ALANDROAL	BARRANCOS	MOURA	MOURÃO	PORTEL	REGUENGOS DE MONSARAZ	
Actividades	Roteiros	3	5	1	-	2	-	11
	Animação Turística	-	-	7	-	2	5	14

4. Recursos Turísticos Primários – Equipamentos – ocorrências:

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	TIPO	CONCELHOS						DESTINO ALQUEVA
			ALANDROAL	BARRANCOS	MOURA	MOURÃO	PORTEL	REGUENGOS DE MONSARAZ	
Equipamentos	Culturais	Artes e Espectáculos	9	-	2	1	-	2	14
		Ciências	1	2	7	4	2	2	18
	Desportivos	Campos e Instalações Especializadas	10	2	5	8	10	5	40
		Zonas de Caça	14	7	19	3	22	14	79
		Centros Hípicos	-	-	-	-	-	1	1
		Golfe	-	-	-	-	1	-	1
	Recreativos		11	6	9	13	19	13	71
	Negócios		-	-	7	1	1	5	14

5. Recursos Turísticos Primários – Eventos – ocorrências:

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	CONCELHOS						DESTINO ALQUEVA
		ALANDROAL	BARRANCOS	MOURA	MOURÃO	PORTEL	REGUENGOS DE MONSARAZ	
Eventos	Religiosos Culturais Animação Desportivos Negócios Mega Eventos	16	7	30	9	15	20	97

RECURSOS TURÍSTICOS SECUNDÁRIOS

6. Recursos Turísticos Secundários – Atividades – ocorrências:

CATEGORIA	TIPO	CONCELHOS						DESTINO ALQUEVA
		ALANDROAL	BARRANCOS	MOURA	MOURÃO	PORTEL	REGUENGOS DE MONSARAZ	
Atividades	Gastronomia e Vinhos	37	23	23	32	32	25	172
	Circuitos Turísticos	1	3	4	4	8	11	31
	Compras / Artigos Típicos	65	16	143	12	27	31	294

7. Recursos Turísticos Secundários – Equipamentos – ocorrências:

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	TIPO	CONCELHOS						DESTINO ALQUEVA
			ALANDROAL	BARRANCOS	MOURA	MOURÃO	PORTEL	REGUENGOS DE MONSARAZ	
Equipamentos	Turísticos	Parques Campismo e Caravanismo	1	-	-	-	-	-	1
		Estabelecimentos Hoteleiros	2	5	6	-	1	11	25
		Turismo no Espaço Rural	13	1	4	5	3	13	39
		Agências de Viagens	-	-	1	-	-	1	2
		Restaurantes	20	3	34	11	17	32	117
		Discotecas e Bares; Cafés, Casas de Chá, Gelatarias	45	17	-	4	6	7	79
	Transportes		2	2	2	2	2	2	12

FONTE: Produção própria a partir de

Câmara Municipal de Alandroal, acessido a 4 de Setembro de 2011, disponível em <http://www.cm-alandroal.pt/pt>

Câmara Municipal de Barrancos, acessido a 5 de Setembro de 2011, disponível em <http://www.cm-barrancos.pt/>

Câmara Municipal de Moura, acessido a 10 de Setembro de 2011, disponível em <http://www.cm-moura.pt/>

Câmara Municipal de Mourão, acessido a 10 de Setembro de 2011, disponível em <http://www.cm-mourao.pt/pt>

Câmara Municipal de Portel, acessido a 17 de Setembro de 2011, disponível em <http://www.cm-portel.pt/pt>

Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, acessido a 17 de Setembro de 2011, disponível em <http://www.cm-reguengos-monsaraz.pt/pt/home.htm>

DGT - Direcção-Geral de Turismo (2002), *Inventário dos Recursos Turísticos* [CD-ROM], DGT, Lisboa

Turismo do Alentejo ERT, *site No Alentejo Há Mais*, acessido a 10 Setembro 2011, disponível em <http://www.noalentejohamais.com/>

FERNANDO, António Almeida (2008), *Portel. Roteiro do Concelho. História – Património - Paisagem*, Câmara Municipal de Portel, Portel

EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva S.A., *site Museu da Luz*, acessido a 10 de Setembro de 2011, disponível em <http://www.museudaluz.org.pt/>

EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva S.A., *site Parque de Natureza de Noudar*, acessido a 5 Setembro de 2011, disponível em <http://www.parquenoudar.com/pt>

Terras do Grande Lago Alqueva, acessido a 12 de Setembro de 2011, disponível em <http://www.turismoalqueva.pt/>

Turismo de Portugal, I.P., Registo Nacional de Agentes de Animação Turística, consultado a 18 de Outubro de 2011, disponível em disponível em <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNAAT/MainPage.aspx>

Turismo de Portugal, I.P., Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos, consultado a 18 de Outubro de 2011, disponível em <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNET/PaginaPrincipal.aspx>